

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Isabela Machado de Aragão Gusman

**A NEGAÇÃO SISTEMÁTICA DA DEMOCRACIA DA TERRA E AS LUTAS
SOCIAIS DOS POVOS DOS CAMPOS, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS**

Juiz de Fora

2023

ISABELA MACHADO DE ARAGÃO GUSMAN

**A NEGAÇÃO SISTEMÁTICA DA DEMOCRACIA DA TERRA E AS LUTAS
SOCIAIS DOS POVOS DOS CAMPOS, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof. Dra. Mônica Aparecida Grossi.

Juiz de Fora

2023

Machado de Aragão Gusman, Isabela .

A Negação Sistemática da Democracia da Terra e as Lutas Sociais dos Povos dos Campos, das Águas e das Florestas / Isabela Machado de Aragão Gusman. -- 2023.

128 f. : il.

Orientadora: Mônica Aparecida Grossi

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2023.

1. Questão Agrária e Ambiental. 2. Violência. 3. Sujeitos Coletivos. 4. Lutas Sociais . 5. Desigualdade. I. Aparecida Grossi , Mônica , orient. II. Título.




ISABELA MACHADO DE ARAGÃO GUSMAN

**A NEGAÇÃO SISTEMÁTICA DA DEMOCRACIA DA TERRA E AS LUTAS SOCIAIS DOS
POVOS DOS CAMPOS, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof. Dra. Mônica Aparecida Grossi


Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 13 de julho de 2023, por banca composta pelos seguintes membros:



Prof. Dra. Mônica Aparecida Grossi – Orientadora



Prof. Dra. Elizete Maria Menegat - Avaliadora



Prof. Dra. Viviane Souza Pereira - Avaliadora

Nota: 100

Juiz de Fora
Julho/2023

Dedico este trabalho aos meus familiares, meus pais, irmão e avós, à todos os que me antecederam e que construíram as bases para essa jornada. Agradeço àqueles com quem pude somar forças nesse processo, aos companheiros e amores da vida, que sonharam e planejaram ao meu lado. Dedico em especial à Prof. Mônica Grossi pelos importantes ensinamentos e trocas. À todos os sujeitos coletivos e políticos, organizações e movimentos sociais, que exercem função essencial de questionar o que está posto e construir novas possibilidades.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal refletir sobre os rebatimentos históricos da falta da democracia da terra no Brasil, seu acesso, uso e sua apropriação privada, compreendendo os impactos desse processo na desigualdade social brasileira e nas lutas de classes, expressos na questão da violência e da fome. Os sujeitos coletivos representados pela APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) expressam a centralidade deste trabalho, que pretende analisar seus principais enfrentamentos na atualidade e o sentido de suas lutas. A metodologia de análise utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, seguida da análise dos principais sites que veiculam notícias acerca destes sujeitos. A relação entre estes recursos investigativos à luz do referencial teórico-metodológico marxista, possibilita a atualidade do debate e o embasamento da realidade material. Com a realização da pesquisa, foi possível concluir que a terra é elemento basilar e central tanto para os sujeitos que dela se constituem, quanto para aqueles que a transformam em mercadoria. As implicações sociais que estruturam a Questão Agrária e Ambiental no Brasil se articulam a partir da apropriação privada da terra, superexploração da força de trabalho, e da violência enquanto ferramenta histórica de controle da classe dominante, que também continua sendo central no Modo de Produção Capitalista, alijando todos os sujeitos coletivos historicamente massacrados no Brasil de qualquer possibilidade de existência democrática, e principalmente, da democracia da terra.

Palavras-Chave: Questão Agrária; Questão Ambiental; Sujeitos Coletivos; Lutas Sociais; Violência; Desigualdade.

RESUMEN

Este estudio trata principalmente de reflexionar sobre las repercusiones históricas de la falta de democracia de la tierra en Brasil, su acceso, uso y apropiación privada, comprendiendo los impactos de ese proceso en la desigualdad social brasileña y en las luchas de clases, manifestados en la cuestión de violencia y hambre. Los sujetos colectivos representados por APIB (Articulación de los Pueblos Indígenas de Brasil), CONAQ (Coordinación Nacional de Articulación de las Comunidades Negras Rurales Quilombolas) y MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra) expresan la centralidad de este trabajo que pretende analizar sus principales enfrentamientos en la actualidad y el sentido de sus luchas. La metodología de análisis utilizada fue la pesquisa bibliográfica y documental, seguida del análisis de los principales sitio webs que transmiten noticias acerca de esos sujetos. La relación entre esos recursos investigativos, a la vista del referencial teórico metodológico marxista, posibilita la actualidad del debate y el embasamiento de la realidad material. Con el desarrollo de la pesquisa, fue posible concluir que la tierra es un elemento basilar y central tanto para los sujetos que se constituyen a partir de ella, como para aquellos que la trasforman en mercancía. Las implicancias sociales que estructuran la Cuestión Agraria y Ambiental en Brasil se articulan a partir de la apropiación privada de la tierra, de la superexplotación de la fuerza de trabajo y de la violencia como herramienta histórica de control por la clase dominante, que continúa siendo central en el Modo de Producción Capitalista, alejando a todos los sujetos colectivos históricamente masacrados en Brasil de cualquier posibilidad de existencia democrática y, efectivamente, de democracia de la tierra.

Palabras clave: Cuestión Agraria; Cuestión Ambiental; Sujetos Colectivos; Luchas Sociales; Violencia; Desigualdad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Reportagem 1.....	87
Reportagem 2.....	87
Reportagem 3.....	88
Reportagem 4.....	89
Reportagem 5.....	90
Reportagem 6.....	91
Reportagem 7.....	92
Reportagem 8.....	92
Reportagem 9.....	96
Reportagem 10.....	97
Reportagem 11.....	98
Reportagem 12.....	99
Reportagem 13.....	100
Reportagem 14.....	101
Reportagem 15.....	102
Reportagem 16.....	103
Reportagem 17.....	107
Reportagem 18.....	108
Reportagem 19.....	109
Reportagem 20.....	110
Reportagem 21.....	111
Reportagem 22.....	112
Reportagem 23.....	113
Reportagem 24.....	114

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPÍTULO I – A TERRA COMO ELEMENTO FUNDANTE DA DISPUTA DE CLASSES: ASPECTOS DA INTERSEÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA, AMBIENTAL, VIOLÊNCIA E FOME.....	13
2.1 A RELAÇÃO COM A TERRA NA DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	13
2.1.1. Colonização, expropriação e violência como traços marcantes.....	16
2.2 O TRABALHO E A RELAÇÃO COM A NATUREZA: APROPRIAÇÃO E USO DA TERRA À LUZ DO CONCEITO DE METABOLISMO SOCIAL.....	24
2.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: SEU DESENVOLVIMENTO E SUAS EXPRESSÕES.....	28
2.3.1 Monopólio do campo e as classes agrárias hegemônicas no Brasil.....	34
2.3.2 O agronegócio e a contínua permanência das classes dominantes agrárias no cenário político e no imaginário social.....	39
3. CAPÍTULO II – OS POVOS, AS CLASSES E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA ENQUANTO CENTRALIDADE NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA DEMOCRACIA DA TERRA.....	44
3.1 VIA CAMPESINA, AS TRÊS RAÇAS TRISTES E A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	44
3.2 POVOS ORIGINÁRIOS DA FLORESTA: UMA HISTÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA.....	50
3.2.1 Marcas da colonização e a persistência do sentido da Terra.....	53
3.2.2 Resistência indígena: uma análise da construção da luta indígena e seus principais enfrentamentos.....	57
3.3 O QUILOMBO COMO ESTRUTURA DE RESISTÊNCIA: O DESTINO PÓS-ABOLIÇÃO, VIDA E TRABALHO NA PERIFERIA E O AQUILOMBAR-SE.....	64
3.3.1 O Quilombo como estrutura de resistência à escravidão e à monocultura.....	65
3.3.2. CONAQ e o sentido da Terra para os Povos Quilombolas.....	68
3.4 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: PRODUZINDO VIDA PELO USO DA TERRA; RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS E ORGANIZAÇÃO DE CLASSE.....	74
3.4.1. Reforma Agrária Popular e Agroecologia: construindo formas produtivas conscientes e novas sociabilidades.....	81
4. CAPÍTULO III – A ATUALIDADE E URGÊNCIA DA DEMOCRACIA DA TERRA: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ENFRENTAMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES (APIB, CONAQ E MST) NA ATUALIDADE.....	83
4.1. APIB/POVOS INDÍGENAS.....	84
4.1.1. Principais enfrentamentos e horizontes para os Povos Indígenas.....	93
4.2 CONAQ - POVOS QUILOMBOLAS.....	96
4.2.1. Principais enfrentamentos e horizontes para os Povos Quilombolas.....	104
4.3. MST - TRABALHADORES DA TERRA.....	107

4.3.3 Principais enfrentamentos e horizontes para os Povos do Campo.....	115
5. CONCLUSÃO.....	118
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122

1. INTRODUÇÃO

A relevância deste trabalho se expressa na atualidade e necessidade do debate acerca do acesso à terra, com a contínua ascensão e fortalecimento da extrema direita, como uma das grandes responsáveis pelo ataque à democracia, aos movimentos sociais e às ruralidades. Há ainda uma urgência em relação à temática, já que existe, historicamente, um conjunto de tentativas políticas que atuam enquanto retrocesso às lutas e aos avanços conquistados pelos movimentos sociais e organizações populares, de modo atrelado a uma agenda de desmontes das políticas públicas voltadas para a população rural, ribeirinha e das florestas. O estudo em questão pode ser útil para auxiliar no entendimento dos entrelaces e contradições que se expressam no Brasil a respeito da situação de distribuição e acesso à terra, sendo uma das características estruturantes da formação social brasileira.

A motivação e interesse em relação ao tema se construiu através de estudos acerca da temática da terra e dos movimentos que lutam por ela, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foram vivenciados no decorrer da faculdade de Serviço Social. De modo associado, a temática me atravessa a partir de outras vivências pessoais e acadêmicas que construí em outra graduação, de Psicologia, em que pude experienciar um projeto de avivamento de memória com os moradores do distrito rural de Sarandira – MG, provocando uma ampliação do olhar acerca da importância da relação com a terra, da construção coletiva, da natureza e da alimentação.

A pergunta central que move a construção do trabalho em questão é entender por que existe historicamente uma ameaça à Reforma Agrária e ao acesso democrático e coletivo à terra, às águas e às florestas. A principal hipótese é de que a disputa pelo território, e pelo monopólio deste, aparece enquanto consequência do processo de colonização, e posteriormente do capitalismo, de modo que se constrói uma estratégia de controle sobre a natureza. Todas as ações de trato com os bens naturais, desde então, se constituem enquanto uma forma de restrição do acesso à terra, da insuficiência e do desmonte das políticas públicas voltadas para a população rural, ribeirinha e povos da floresta que, concomitantemente, abre-se espaço para o avanço do agronegócio, para a acumulação e uso indevido da terra,

além de ampliar a destruição natural, piorar a qualidade de vida, e causar massacres de populações originárias e dos povos advindos da diáspora africana.

Os ataques aos sujeitos demandantes da Reforma Agrária e da demarcação de territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, são historicamente presentes na vivência brasileira, em que apresentaram momentos de mais intensidade, como é o caso do governo de Jair Bolsonaro, que se estabeleceu entre os anos de 2018 - 2022, que tinha como uma de suas agendas aumentar a intensidade exploratória do agronegócio em seu acúmulo de terras e concomitantemente invisibilizar e atacar os movimentos sociais, comunidades rurais e das florestas, e toda a população marginalizada no Brasil. Como início da análise, torna-se importante resgatar no contexto brasileiro como se estabelece a relação com a terra, entendendo a correlação de forças que sempre esteve presente no cenário rural. Ressalta-se a importância de pesquisar e discutir a respeito dessa temática, para que se efetivem maiores enfrentamentos aos retrocessos democráticos, uma vez que a produção acadêmica, vinculada à luta dos movimentos sociais e organizações populares, são importantes ferramentas para a construção de um modelo societário capaz de vislumbrar o direito coletivo à terra, à moradia e à alimentação de qualidade.

Isto posto, para a construção desse trabalho foram utilizados autores centrais como Karl Marx, João Pedro Stedile, Octavio Ianni, Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Josué de Castro, Aimé Césaire, entre outros, que auxiliaram na compreensão da realidade material, das implicações históricas da relação com a terra, da construção social brasileira a partir da concepção interseccional de raça, gênero e classe, para além de outras categorias capazes de iluminar o caminho construído neste trabalho.

De modo a fundamentar o título deste trabalho, delimita-se a escolha da compreensão da categoria “democracia” a partir dos estudos de Carlos Nelson Coutinho (1979), que define o processo democrático através do fortalecimento e potencialização das ações das classes subalternas, que visem, numa cadeia de construção coletiva, consolidar caminhos e espaços que culminam na edificação de um novo projeto societário (DURIGUETTO, 2008). Afirma-se também a compreensão de que nunca houve uma democracia plena e efetiva no Brasil.

Podemos dizer que persistem tentativas de processos de democratização mas que nunca deixaram de se enfrentar com traços antidemocráticos estruturais. O trabalho em questão pretende mencionar a organização popular e coletiva enquanto fundamento importante para os avanços em direção à essa democracia “em processo”, que tenha condições de construir suas bases para se opor ao capitalismo e construir efetivamente uma outra sociabilidade.

O objetivo central do trabalho consistiu em analisar os processos (anti)democráticos relacionados à terra, destacando os principais sujeitos sociais coletivos dos campos, das águas e das florestas na luta por direitos, no enfrentamento ao Estado, às classes dominantes, e à desigualdade de acesso aos bens naturais. Enquanto objetivos específicos, pretendeu-se: resgatar historicamente no contexto brasileiro como se estabeleceu a relação com a terra; analisar os principais elementos relacionados ao impedimento de acesso à terra ; compreender a organização dos povos dos campos, das águas e das florestas no enfrentamento às ameaças e ataques sofridos, demarcando estes conflitos no contexto do governo Bolsonaro (2018 – 2022) e na atualidade até o término deste trabalho (julho de 2023), que ameaçaram os povos indígenas, quilombolas e a organização do MST.

A metodologia utilizada para a construção deste trabalho foi a análise bibliográfica e documental, além do acompanhamento dos principais sites e jornais da APIB (Articulação dos Povos indígenas do Brasil), do CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e de outros veículos. A intenção de articular a bibliografia com as reportagens atuais promove a possibilidade de contextualizar o debate para o cenário da atualidade, entendendo as principais pautas e enfrentamentos hoje discutidos por esses principais sujeitos.

O trabalho está estruturado a partir das seguintes reflexões, o Capítulo I apresenta uma análise acerca da categoria terra e o estabelecimento de suas disputas no processo de consolidação do capitalismo, constituindo a Questão Agrária, Ambiental, a Violência e a Fome como grandes expressões. O Capítulo II, portanto, coloca em foco os sujeitos políticos e coletivos (APIB, CONAQ e MST) que exercem o contraponto, o enfrentamento, às disputas pelo território, apresentando

suas constituições históricas e suas principais defesas. O Capítulo III, em continuidade, aponta para a atualidade das disputas e violências em relação à terra, demarcando através de reportagens e notícias, alguns exemplos relacionados à o que os povos dos campos, das águas e das florestas estão enfrentando no Brasil.

As principais categorias e temas que estruturam o trabalho são, portanto, a terra em sua centralidade histórica e os sentidos que assume para cada um dos sujeitos mencionados; o capitalismo enquanto ponto alto da exploração e da transformação da terra enquanto mercadoria central voltada para o monopólio e para o acúmulo de riquezas. Além disso, outra centralidade se relaciona às expressões da Questão Social identificadas no sentido da desigualdade, da violência, da fome, da pobreza e da impossibilidade de acesso pleno aos territórios e aos bens coletivos, enfrentados pela população negra, periférica, pelas mulheres, pessoas LGBTQIAP+, por todos aqueles que compõem os sujeitos coletivos dos campos, das águas e das florestas, mas que também estão presentes nas cidades e que sofrem a violência e a exploração do Modo de Produção Capitalista.

2. CAPÍTULO I – A TERRA COMO ELEMENTO FUNDANTE DA DISPUTA DE CLASSES: ASPECTOS DA INTERSEÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA, AMBIENTAL, VIOLÊNCIA E FOME

2.1 A RELAÇÃO COM A TERRA NA DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A terra, em seu significado coletivo, de uso comum, sempre foi artigo de muita importância para toda civilização que dependesse dela para sua subsistência. O domínio e manejo da terra são saberes muito antigos que foram sendo construídos e reconstruídos na história humana compreendendo particularidades a depender das regiões e do momento histórico que se vivenciava. As problemáticas da questão agrária, portanto, compreendem-se a partir da politização desse acesso à terra, entende-se enquanto o momento em que a coletivização de seu uso passa a ser artigo de luxo, restrito a determinados grupos de poder, que foram se delimitando e se definindo no processo de constituição do capitalismo, de transição e complexificação do feudalismo para a formação da acumulação primitiva. Dessa forma, “o termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza

dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra.” (STÉDILE in Dicionário do Campo, p. 641)

A relação com o uso, posse e propriedade da terra necessitam ser analisados à luz da categoria marxista acerca da acumulação primitiva, entendida enquanto momento que antecede a acumulação capitalista, aquilo que a inicia (MARX, 2013). Esse processo se expressa com a quebra do sistema feudal enquanto capacidade de organização e reprodução da sociedade, no contexto da Inglaterra do século XIV, no qual se transformam as relações de poder estabelecidas a partir da politização e desenvolvimento da burguesia local. Se antes o poder de um feudo estava necessariamente associado a quantidade de seus súditos, que representava um contexto de divisão da terra entre os camponeses que se tornavam vassallos do senhor feudal (MARX, 2013), a partir desse momento de transição, foram desfeitos os aglomerados feudais, constituindo uma massa proletária “livre” que, com isso, dependeria da venda da única coisa que possuíam, sua própria força de trabalho.

Em relação aos que possuíam a terra e aqueles que não mais podiam contar com ela para sobreviver:

[...] os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2013, p. 960)

O entendimento, portanto, da constituição dessa massa de trabalhadores livres, que em liberdade própria só havia a condição de venda de sua força de trabalho, se constitui enquanto mão-de-obra, para que aqueles donos das riquezas da terra, e dos meios de produção, tivessem condições de acumular riquezas e construir seu aporte de propriedade privada, a partir da apropriação do capital. Cria-se uma condição de dependência de opostos que é ferramenta necessária para a constituição e manutenção desse sistema de acumulação, e principalmente capaz de transformar dinheiro e mercadoria em capital. A relação desenvolve um sistema que conduz a uma parcela da população, aquela alijada de sua condição de subsistência, a vender e transformar sua força de trabalho em valorização de quantidade de valor que é apropriado pelo capitalista (MARX, 2013).

Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013. p. 960-961)

Seu destaque se encontra, diante do exposto, do movimento contraditório e cruel que acontece com aquele trabalhador recém-liberto, podendo assim articular com a temática central proposta por esse trabalho, que diz sobre a retirada forçada do acesso à terra. Tem-se clareza de que nenhum processo de dominação, violência e dependência, implicam em capacidade de condução de um sistema justo e igualitário, destacando o motivo pelo qual o feudalismo apresentou complexas condições para os agricultores que estavam submetidos aquele cenário, porém, a transformação e transição desse modelo não foi capaz de solucionar as problemáticas anteriores, pelo contrário, utilizou-se da condição da liberdade para aprisionar os trabalhadores de outra forma.

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua

existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. (MARX, 2013, p. 961-962)

Compreende-se, a partir da análise marxista, que foi necessariamente o movimento de expropriação da terra, o responsável por dar base e condição material para que se aprofundassem os outros processos, que podem ser claramente percebidos hoje. A relação com a terra, desse modo, todo formato e condição diferente, passa a se nutrir da violência de sua disputa, do uso indevido de seus meios, e da acumulação de seus bens produzidos. Essa dinâmica traduz para os trabalhadores da terra, e para os estudiosos da área, que esse movimento é que dá base para as desigualdades vivenciadas no modo de produção capitalista. Esse acesso negado, essa condição de (des)pertencimento são ao mesmo tempo lamurio e motor de luta e resistência para os povos historicamente negados de seu acesso.

2.1.1. Colonização, expropriação e violência como traços marcantes

A expropriação das terras do continente sul-americano como um todo, se deu a partir de contínuos processos colonizatórios e de exploração que foram vivenciados ao longo dos séculos. São esses processos que irão traçar as pistas para o entendimento de como essa relação desigual com a terra sofre diversos agravos relacionados à violência, extermínio e construção de um ideal científico-social que fosse elaborado na tentativa de justificar e legitimar todas as consequências e embates dessa relação colonial

De modo a compreender os reflexos da construção de uma colonialidade na lógica da dinâmica de poder construída com o mundo ocidental, é necessário apontar que diante dos contextos e estruturas particulares de cada território, a forma como essa colonialidade se constituiu, irá refletir as dinâmicas de poder, capacidade produtiva de cada região, os sujeitos que estão estabelecidos na correlação de força, entre outros fatores singulares e históricos.

Um aspecto muito importante sobre a particularidade brasileira é que o terreno encontrado com o processo exploratório da colonização, foi um aspecto fundamental para a constituição de uma estrutura social e produtiva tão consolidada e tão chamativa aos olhos colonizadores, a fertilidade das terras brasileiras. A impressionante capacidade produtiva encontrada no Brasil foi um grande achado na

corrida pela ampliação internacional do comércio europeu, que o colocaria enquanto centralidade econômica no ranking mundial, tendo o Brasil como seu quintal, em que fora sugada por séculos suas riquezas e sua mão de obra.

Isso implica que, ao pensar no contexto de consolidação do processo colonial existente no Brasil, é necessário destacar a contribuição teórica do autor Jacob Gorender no livro “O Escravismo Colonial” (2016).

[...] o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características *novas*, antes desconhecidas na história humana. (GORENDER, 2016, p.88)

A tese defendida pelo autor é construída pela ideia de que há algo de inédito na forma como o modo de produção e a estrutura social brasileira foram constituídas. Gorender diz que não houve uma soma ou processo de simples imbricação entre o feudalismo europeu e a organização social aqui estabelecida pelos indígenas antes de 1500, ou seja, “o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese dos modos de produção preexistentes, no caso do Brasil. Seu surgimento não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo nem do difusionismo.” (GORENDER, 2016).

[...] a abundância de terras férteis e de fácil acesso constitui uma das condições primordiais do desenvolvimento do escravismo colonial. Saliente-se: condição e não causa determinante. A plantagem, por sua vez, determinou a utilização do fator terra sob a forma de grande propriedade e grande exploração. (GORENDER, 2016, p. 403)

O sistema produtivo de plantation foi a centralidade do modo de produção agrícola do escravismo colonial brasileiro, que se utilizou da mão de obra escrava, atrelada aos mecanismos abusivos em relação ao solo, para conseguir uma produção em larga escala, voltada para a monocultura e para a maior absorção de lucro possível. Este sistema está diretamente relacionado com a constituição do latifúndio e com a desapropriação e roubo de terras dos povos indígenas, que irão conformar o mapa exploratório até hoje visto na dinâmica agrária brasileira. Tendo como centralidade a mão de obra escrava, é importante mencionar como esses aspectos irão se imbricar para construção social brasileira.

A escravidão é uma categoria social que, por si mesma, não indica um modo de produção. (...) No entanto, desde que se manifesta como tipo fundamental e estável de relações de produção, a escravidão dá lugar não a um único, mas a dois modos de produção diferenciados: o escravismo *patriarcal*, caracterizado por uma economia predominantemente natural, e o escravismo *colonial*, que se orienta no sentido da produção de bens comercializáveis. (GORENDER, 2016, p.93)

É a partir da construção desse escravismo colonial que todas as relações sociais, raciais, de classe, gênero e território serão transformadas no Brasil, impactadas de modo a conseguirem perpetuar lógicas muito enraizadas e semelhantes até hoje. O cenário de horror e desigualdade foi tão bem estabelecido e relacionado no imaginário social, que todas as dimensões apontadas na temática de acesso democrático à terra e sua atualidade, se defrontam nos limites de poucos avanços conquistados desde essa época. Muito disso se deve ao lugar que são colocados os povos e sujeitos coletivos tão aclamados neste trabalho, os indígenas e a população negra foram para sempre marcados pela estrutura escravista colonial.

O autor irá traçar, para além disso, dimensões de análise muito importantes sobre a condição de escravo no sistema colonial brasileiro, dimensões estas que consistem em compreender que “[...] a característica mais essencial, que se salienta no ser escravo, reside na condição de *propriedade* de outro ser humano.” (GORENDER, 2016, p.93). Essa relação de propriedade, muito relacionada à dimensão de propriedade privada da terra, acima mencionada, coloca para o sujeito escravizado, uma relação de animosidade. Quando se estabelece que esse ser, apenas diante de sua diferença de cor e território, possa ser considerado propriedade de um grupo específico, dominante, do colonizador, se perde uma relação fundamental para a condição social e democrática, a humanidade.

Ser propriedade (com o seu correlativo da sujeição pessoal) contribui o atributo *primário* do ser escravo. Desde atributo primário decorrem dois atributos *derivados*: os da perpetuidade e da hereditariedade. O escravo o é por toda a vida e sua condição social se transmite aos filhos. (GORENDER, 2016, p.94)

Isto posto, a lógica hereditária da subordinação dos corpos escravizados é um dos grandes traços do impedimento de acesso democrático aos bens naturais, e conseqüentemente estabelece como reflexo desse processo, a desigualdade. Para

a classe dominante, todo e qualquer fragmento dos povos que os relacionam aos grupos historicamente massacrados no Brasil, já são atributos suficientes para a eterna lógica escravista. Isso implica que, a classe dominante no Brasil não quer ver os descendentes negros e indígenas terem acesso às dimensões básicas e humanas aqui discutidas. Não há rompimento com essa lógica, muito menos responsabilização efetiva pelo racismo e discriminação, não existem, até o momento de construção deste trabalho, mudanças estruturais no território brasileiro que vão na contramão do olhar colonizador sob os corpos dos sujeitos coletivos que lutam por uma democracia efetiva.

A violência desse processo é uma das dimensões centrais para trabalhar a relação estabelecida com os sujeitos sociais alvos da exploração. Não é possível dizer a respeito da exploração de uma sociedade sob a outra sem revelar a crueldade e violência que coroam todos os processos, desde a chegada – invasão –, até a constituição de um novo sistema produtivo, econômico e social, que perpassa, necessariamente, pela aniquilação do antigo. Não há harmonia na história pós-europeia construída na América Latina pois uma das grandes semelhanças que unem todas as vivências colonizatórias no continente é, justamente, a violência.

O grande pensador e escritor da Martinica, Aimé Césaire, elabora uma obra intitulada “Discurso sobre o colonialismo” (1978), que retrata de forma intensa e extremamente necessária, como a ideia sobre o processo colonizatório, o discurso construído pelo colonizador, tem embasamentos muito violentos que não são efetivamente considerados pela parcela dominante. Isso aponta para uma compreensão muito dura de que muito se é relativizado do massacre construído e reiterado pela Europa e Estados Unidos em relação aos diversos países colonizados pelas consideradas "potências" mundiais.

A verdade é que a civilização dita <<europeia>>, a civilização <<ocidental>>, tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois problemas maiores que a sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que, essa Europa acusada no tribunal da <<razão>> como no tribunal da <<consciência>>, se vê importante para se justificar; e se refugia, cada vez mais, numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos susceptível de ludibriar. A Europa é indefensável. (CÉSAIRE, 1978, p.13)

Há uma barbárie relativizada no discurso a favor da história invasora, e torna-se urgente e necessário destrinchar e explicitar as reais faces e intenções desse processo, que de avanço e desenvolvimento não tem nada. O autor aponta que muito do que se discute sobre o que é a colonização, como se deu esse processo, e o que se conhece a partir do discurso coletivo das classes dominantes não tem nada de material do que de fato ocorreu. Aimé (1978) descreve bem sobre o antagonismo desses entendimentos ao apontar a necessidade de responder à questão primária sobre o que é, de fato, a colonização:

Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de Deus, nem extensão do Direito; admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projectada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, a alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas. (CÉSAIRE, 1978, p.14-15)

O poeta aponta sobre a hipocrisia instaurada com esse entendimento falho sobre a suposta lógica de desenvolvimento e ampliação humana e mundial a respeito do sentido da colonização. Não há dimensão civilizatória, de contato entre culturas diferentes, “e digo que da colonização à civilização a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano.” (CÉSAIRE, 1978, p.15-16).

O percurso, portanto, dispõe desde o seu princípio, da violência enquanto ponto de partida e motor de constância e propagação com o passar dos anos. Isso implica que não apenas a constituição colonizatória se utilize da violência para sua instauração, como também, o rompimento com esse processo necessariamente se concretiza enquanto muito violento. A descolonização enquanto percurso contínuo demanda um confronto e embate gigantescos para que se efetive, ela faz com que os povos aniquilados necessitem de muita organização e resistência para confrontar o sistema que lhes impõe tal condição. Desse modo:

A extraordinária importância de tal transformação é ser ela querida, reclamada, exigida. A necessidade da transformação existe em

estado bruto, impetuoso e coativo, na consciência e na vida dos homens e mulheres colonizados. Mas a eventualidade dessa mudança é igualmente vivida sob forma de um futuro terrificante na consciência de uma outra “espécie” de homens e mulheres: os colonos. A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. (FANON, 1968, p.26)

A luta entre as classes é a base e cerne para a constituição da sociedade capitalista, o aspecto da desigualdade é o motor para a constituição de constantes embates que são necessários para a conquista de direitos sociais básicos reivindicados pelos sujeitos sociais mencionados neste trabalho. Faz-se necessário lembrar constantemente que essa distância entre aquele que coloniza, explora e destrói é muito grande em relação aos povos cotidianamente explorados. Isso é escancarado cada vez mais na sociedade atual, mas desde o princípio desse processo colonizador isso já estava claramente estabelecido. Essa distância tem causalidade, ela não se dá de modo despretensioso, ela se estabelece enquanto mais uma forma de legitimação da violência e abuso com para com os sujeitos explorados. A classe dominante precisa ver esses sujeitos de forma distante para que não haja reconhecimento em sua humanidade.

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. [...] Este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça.” (FANON, 1968, p.28)

Aimé (1978) aponta a colonização como uma “civilização da barbárie”, e é disso que se constitui a classe dominante, esse sistema introjetado de superioridade racial e territorial que legitima a subordinação dos povos não-brancos, no simples entendimento de que eles são merecedores da violência. A desumanização

provocada pela ideia da conquista e do acúmulo de riquezas, como aponta o autor, é capaz de instaurar socialmente um verdadeiro desprezo pela população indígena, e negra, e para além disso, legitimar a propagação e a instauração desse desprezo nas ações sociais e políticas de uma sociedade. O que significa que, para além do olhar coletivo dominante se relacionar desse modo boçal para com os povos, o Estado Burguês posterior vai dar conta de legitimar essas violências por dentro da sua própria instituição.

Essa dimensão se encontra no tema discutido nesse trabalho, já que pensar a construção democrática de acesso à terra tem em seu impasses um aspecto muito central que são as faltas de políticas públicas destinadas a essa garantia. Esse ponto será mais trabalhado adiante, quando serão discutidos os principais movimentos brasileiros, que historicamente encontram formas de construir diversos impedimentos para que os sujeitos coletivos tenham de fato um acesso seguro à terra.

[...] ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida [...]. (CÉSAIRE, 1978, p.21).

Para além da violência, aniquilação e desumanização dos corpos, o processo colonial europeu constrói uma lógica muito estratégica e destrutiva de eurocentrização do conhecimento. Isso implica dizer que uma outra consequência grave do percurso histórico a partir da Europa, é o de aniquilar qualquer modo de vida e conhecimento que seja diferente do que seus ideais propagam. Como aponta o autor Carlos Walter em “De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana” (2010), há uma necessidade em

[...] retirar o caráter unidirecional que os europeus impuseram a essa ideia (eurocentrismo), e afirmar que as diferentes matrizes de racionalidade constituídas a partir de diferentes lugares [...], são passíveis de serem universalizados, o que nos obriga a considerar os processos por meio dos quais os conhecimentos podem se relacionar. Enfim, o que se visa é um diálogo de saberes que supere a colonialidade do saber e do poder (PORTO-GONÇALVES, 2010 apud QUIJANO, 2005, p.42)

Esse movimento diz sobre considerar que não há universalidade teórica e social que se baseie exclusivamente na lógica Europeia para tentar enquadrar o

mundo, em sua pluralidade, dentro de um único sistema de pensamento. A “desprovincianização da Europa” (PORTO-GONÇALVES, 2010, p.42) insere a possibilidade e o direito de outras culturas, territórios, sociedades e sujeitos coletivos, conseguirem dizer, produzir e construir a partir de sua própria história. Não há apenas uma linha do tempo no curso da história, a mudança do olhar cronológico sobre a civilização é uma ação política e humana para validar as histórias conhecidas nas vivências indígenas e negras para além do percurso da colonização. O direito dos povos terem suas próprias narrativas é uma das dimensões básicas para conseguirem lutar e garantir o direito sobre suas terras, por exemplo. É necessário que os povos possam demonstrar o lugar social da terra para suas comunidades, o lugar de importância de seus territórios, para conseguirem reivindicar seus direitos sociais.

A terra na lógica narrativa burguesa e europeia ocupa, necessariamente, a perspectiva do lucro e da acumulação de riqueza, caminhando na contramão de seu sentido coletivo e embrionário como foi discutido no início do Capítulo I. Para os povos que se utilizam de outra relação com a terra, numa perspectiva humana, através do trabalho, respeitando os ciclos naturais de recuperação da natureza, se utilizando apenas do necessário sem comprometer os bens naturais, essa relação de conexão, vida e humanidade, precisa ser absorvida pela cultura e sociedade Brasileira, como algo material, urgente e necessário.

Para quem pensa o mundo numa perspectiva emancipatória e a partir da América, sobretudo da América negra, indígena e mestiça e dos segmentos excluídos da riqueza, mas não das relações de dominação e produção, é fundamental compreender esse caráter colonial-moderno do sistema mundo que conformou um complexo de classes sociais embebido na racialidade (Quijano), para que possamos apontar outros horizontes nesse mundo em transformações em que estamos mergulhados. [...] Afinal, a América é moderna há 500 anos. Aqui se inventou a Revolução (1776) antes dos franceses e iniciou-se a descolonização ainda que permanecendo prisioneiro do pensamento colonial. Outros protagonistas deixaram marcas nessa história, como Tupac Amaru, Tupac Katari, Toussant de L'Overture e Jean-Jacques Dessaline¹ entre outros. Hoje nos encontramos em plena descolonização do pensamento e, por isso, olhamos o mundo dialogando com o

¹ Tupac Amaru: Líder Indígena Peruano; Tupac Katari: Líder Indígena Boliviano; Toussant de L'Overture: Revolucionário Negro Haitiano; Jean-Jacques Dessaline: Líder da revolução Haitiana responsável por proclamar a independência do Haiti.

pensamento subalterno que vem sendo construído nesses 500 anos, como nos alertam os zapatistas. (PORTO-GONÇALVES, 2010, p.45)

2.2 O TRABALHO E A RELAÇÃO COM A NATUREZA: APROPRIAÇÃO E USO DA TERRA À LUZ DO CONCEITO DE METABOLISMO SOCIAL

O tópico 4.1 introduz o trabalho apresentando como a forma de utilizar, apossar-se e apropriar-se da terra definem e representam o movimento da questão agrária, a partir da acumulação primitiva no Modo de Produção Capitalista. Para além disso, torna-se extremamente relevante pensar mais sobre como se constitui a relação com a terra, e conseqüentemente com a natureza, a partir da perspectiva do trabalho, compreendendo, à luz da dimensão materialista histórica dialética marxista, que a relação do ser humano com a natureza se ampara necessariamente no trabalho em sua perspectiva fundante e originária. Dessa forma, a partir dos estudos do Capital livro 1, Marx (2013) afirma que

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p.327)

Nesse sentido, torna-se fundamental ilustrar que essa dimensão fundante, a partir do trabalho, que estrutura a relação do ser humano com os bens naturais é muito anterior ao capitalismo, é originária e basilar da existência humana. Como complementa Grossi (2009) acerca do processo de trabalho, o ser humano atua e transforma sua realidade, cria e produz a vida a partir do trabalho, sendo que esse processo resulta em uma modificação de si mesmo. Desse modo, compreender que o sistema influencia e impacta diretamente a forma como se dá a relação com a terra, promove uma desnaturalização da forçada monocultura que começa a ser disseminada no contexto colonizatório, que será devidamente explicitado nos tópicos a seguir.

Entende-se, portanto, que práticas originárias de manejo e cultivo da terra, construídas por povos originários e advindos da diáspora Africana, acabam por serem constante e forçadamente apagadas e esquecidas quando o uso dessa terra é transformado com o processo de acumulação. Como forma de contribuir para essa análise, é relevante pontuar a produção de Josué de Castro sobre as resistências a esse processo de produção, e forma de relação com a terra, que se expressam no que ele categoriza como Agricultura de Sustentação, sendo que essa:

[...] representa a construção de um modo de vida e de trabalho que se estabelece em direção oposta aos grandes empreendimentos capitalistas no meio rural. A atualidade da agricultura de sustentação encontra-se expressa na luta dos trabalhadores do campo por um projeto sustentável de vida e de trabalho frente à expansão do agronegócio. (SCHAPPO, 2012, p.87).

Josué de Castro pontua aspectos importantes da dimensão da agricultura popular, da policultura, enquanto forma de subsistência da vida, que serão mais aprofundados em outro tópico, remetendo à contribuição marxista acerca do caráter mais embrionário da categoria de trabalho. Marx (2013, p.329-330) categoriza e compreende que “(...) a terra é seu armazém original de meios de subsistência (...)”, dessa forma, se constitui enquanto relação principal para a reprodução da vida, já que ela “(...) fornece ao trabalhador o locus standi [local] e, a seu processo de trabalho, o campo de atuação (field of employment)”.

Desse modo, todas essas dimensões proporcionam a possibilidade de construir um olhar diferente sobre essa terra tão explorada, compreendendo sua relevância primordial, e contribuindo para a construção de um raciocínio capaz de explicar por quê há tanta disputa acerca de um bem que deveria ser tão coletivo e que é socialmente determinado e construído. Para tanto, é imprescindível reforçar que não há uma naturalidade no curso dessas disputas pelo território, da mesma forma que não há naturalidade na relação que o sistema capitalista constrói com a natureza.

A relação sociedade/natureza assume novas determinações a partir das contradições de classe inerentes ao modo de produção capitalista. Entender o processo e os elementos constitutivos do capital e o desenvolvimento das relações sociais propriamente capitalistas é central para o entendimento da desigualdade entre classes sociais expressa nos seus aspectos econômicos, políticos e

culturais e, particularmente, na desigualdade das classes no acesso, domínio e uso dos recursos naturais, fator constitutivo do que entendemos por questão ambiental. (GROSSI, 2009, p.37)

Com isso, compreender as relações e imbricações da relação do ser humano com a natureza significa considerar os percursos históricos que desembocam numa mercantilização do meio ambiente, assimilando aspectos relacionais com a negação da democracia da terra. Ora, se a natureza, a terra, passam a ser um produto visado no capitalismo, em que a partir do monopólio e exploração se constitui um acúmulo exacerbado de riqueza, necessariamente podemos pensar quais as relações e impactos que esse aspecto causa na expropriação de pequenos produtores e da agricultura familiar.

É esse metabolismo, caracterizado por Marx como a interação, a relação, o elo entre o ser humano e a natureza que explicita essa capacidade da sociedade em agir e transformar a natureza através do trabalho (GROSSI, 2014). Nesse sentido, o sistema capitalista direciona as relações entre o ser humano e a natureza de um modo diferente a partir da intervenção do trabalho assalariado, destacando uma falha nesse processo de metabolismo, de modo que “[...] está separado do processo de produção como elemento criativo, da terra como recurso natural de produção e da própria possibilidade de produzir, se não for através da venda de sua força de trabalho” (GROSSI, 2014, p.35).

Para além disso, pensar a falta de acesso à terra, a desigualdade em seu uso e distribuição, implica, necessariamente, em considerar a fome como uma centralidade nesse debate. Desse modo, a apropriação privada e a venda subordinada da força de trabalho não apenas distancia o ser humano de sua relação fundamental com a natureza, assim como já foi mencionado, como também têm entre suas consequências a produção de desigualdades constitutivas do Modo de Produção Capitalista, tendo a fome como um elemento expressivo e impossível de ser desassociado de toda a engrenagem do sistema.

Um estudo realizado pela “Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan)” concluiu no ano de 2022, a materialidade em relação à forma como a desigualdade social está diretamente conectada à Questão Racial no Brasil (ROCHA, 2022). O estudo aponta que houve

um aumento em relação ao número de pessoas que viviam em insegurança alimentar no período de pandemia da Covid-19, que chegou a 125 milhões de pessoas. A questão mais alarmante diante deste dado demonstra que “dos mais de 33 milhões de brasileiros que passam fome, 70% são negros” (*ibid.*), o que escancara a discrepância de acesso à alimentação no Brasil, reforçando mais uma vez a urgência em construir possibilidades para a Reforma Agrária Popular e para a Agroecologia enquanto estratégia de enfrentamento às expressões da Questão Social, que serão mais trabalhadas no decorrer do trabalho.

Isto posto, Nascimento (2009, p. 201) em “A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras” aponta que o entendimento da fome enquanto Questão Social no Brasil circunda o início do século XX quando ela “(...) é encarada não mais sob o ponto de vista médico-patológico e nutricional ou de forma natural, como no caso das secas, mas de forma contínua e social”. De modo complementar, Grossi (2014) relembra que é expressamente importante destacar que após as guerras mundiais e com a instauração de um novo padrão capitalista de agricultura, a “revolução verde” se insere na agenda pública em diversos países, mas principalmente nos países tropicais, enquanto um suposto modo de lidar com o problema da fome, instaurando uma degradação expressiva da relação com o solo, com a natureza, e com os próprios trabalhadores e consumidores dos alimentos produzidos nesse contexto.

[...] o problema da fome era exponencial e sua solução foi buscada do revolucionamento técnico da agricultura, uma vez que se considerava que o problema da fome, para ser solucionado, deveria ultrapassar as restrições técnicas da agricultura. Assim, o discurso dominante sustentava que somente uma agricultura moderna de alta produtividade poderia viabilizar a ampliação da produção de alimentos para acabar com a fome no mundo. (GROSSI, 2014, p.133)

A problemática desse contexto histórico se destacava tanto pela forma como se remodela a agricultura, com o “[...] aproveitamento de produtos, como tanques de guerra e gases mortais, que se transformaram em máquinas e venenos (agrotóxicos) a serem utilizados na sustentação da agricultura capitalista monocultora de grande escala [...]” (GROSSI, 2017, p.133-134), mas também instaurando uma grande falácia em relação ao trato da fome. A monocultura, e principalmente a monocultura baseada no uso de agrotóxicos, não foi e não é capaz

de acabar com a fome, assim como era veiculado nas propagandas da “revolução verde”, que irá chegar com mais potência no Brasil no período da ditadura militar, a partir de 60, que será melhor explorada no decorrer do trabalho.

2.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: SEU DESENVOLVIMENTO E SUAS EXPRESSÕES

A compreensão do percurso histórico da relação com a terra é extremamente relevante para entender as correlações de força presentes hoje no cenário brasileiro, dessa forma, o passo seguinte para construir o arcabouço que guiará o trabalho é entender como a dinâmica agrária se desenvolve e se expressa a partir da concepção elencada acima de propriedade privada da terra. Como forma de análise, o presente estudo parte do momento de invasão europeia como forma de traçar o caminho e a relação sobre a terra, já que o marco da colonização expressa um importante fator na relação societária e ambiental ainda hoje marcado na história brasileira. Isso significa dizer que as relações coloniais para com os trabalhadores explorados e para com a natureza ainda podem ser percebidas hoje, demonstrando que o ranço da colonização impregnou as relações que se constituíram no território.

Para compreender, portanto, a forma como se organiza o modo de produção no Brasil, é igualmente importante realizar o resgate dos moldes implementados pós-colonização. Dessa forma, o economista e membro da direção nacional do MST, João Pedro Stedile, aponta que:

Com a invasão dos europeus, a organização da produção e a apropriação dos bens da natureza aqui existentes estiveram sob a égide das leis do capitalismo mercantil que caracterizava o período histórico já dominante na Europa. Tudo era transformado em mercadoria. Todas as atividades produtivas e extrativistas visavam lucro. E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação capital. (STÉDILE, 2011, p.20)

Essa relação de dependência com a metrópole traçou e constituiu o território, promovendo e dando base para o desenvolvimento e construção do monopólio europeu, construindo a relação de subordinação dos países colonizados, em destaque, os países latino-americanos e o Brasil. Como aponta Stédile, em um primeiro momento, portanto, exploram-se a terra e a mão de obra da população escravizada, trazida à força na diáspora do continente Africano, em busca de ouro e

outros bens minerais como o ferro e a prata. Porém, a partir do momento que é descoberto o potencial produtivo das terras, inicia-se em larga escala, a produção e exportação de produtos como a cana-de-açúcar, o café, algodão, criação de gado, entre outros.

Esse modelo chamado agroexportador constrói as bases das relações internacionais com o Brasil, sendo esse formato de relação produtiva exploratória, o molde para a constituição do capitalismo no território. De acordo com o autor, o modelo de produção *plantation*, foi aquele adotado pelos colonizadores para a construção da produção e exploração das terras nacionais, sendo entendido como a maneira de organização da “produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau (...) etc., com o emprego de mão de obra escrava.” (STÉDILE, 2011, p.21).

Dessa forma, portanto, entende-se que esse poder sobre o que se produz no território se expressa também na relação de domínio dessas terras, ou seja, esse formato de produção já denuncia como se constitui a relação de propriedade com a terra que foi expropriada de seus verdadeiros donos. Sendo assim, a propriedade privada da terra se expressa, a partir desse momento histórico da colonização, como o principal modelo constituído no Brasil, em que se extingue seu uso coletivo e ecológico, para uma relação inteiramente individualista e exploratória. Importante retomar a atualizada concepção Marxista de propriedade privada enquanto categoria essencial para compreender as relações que se constituíram a partir desse período no Brasil.

Entende-se que em um primeiro momento, após o início da exploração europeia no continente, quando há uma apropriação das terras brasileiras pelos colonizadores, não existe ainda uma relação mercadológica com essa terra, já que todas as terras eram pertencentes da Coroa portuguesa, concedendo seu uso para pessoas específicas e privilegiadas, como é destacado no trecho a seguir:

Em relação à propriedade da terra, a forma adotada pelos europeus foi a do monopólio da propriedade de todo o território pela monarquia, pela Coroa. Assim, o fato de a propriedade de todo o território ter sido exclusiva da Coroa, não havendo propriedade privada da terra, determina que a propriedade da terra não era

capitalista. Porém, para implantar o modelo agroexportador e estimular os capitalistas a investirem seu capital na produção das mercadorias necessárias para a exportação, a Coroa optou pela “concessão de uso” com direito à herança. Então, utilizando diversos critérios políticos e sociológicos, a Coroa entrega, a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terra – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos. Assim, os capitalistas-colonizadores eram estimulados a investir seu capital no Brasil para a produção de alguma mercadoria para exportação, com a Coroa garantindo a posse de imensas extensões de terra para tal finalidade. O critério fundamental para a seleção dos eleitos pela “concessão de uso” das terras era – muito além do que simples favores a fidalgos próximos – a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu. (STEDILE, 2011, p.21-22)

Como fica nítido, essa “concessão de uso” não foi destinada para qualquer pessoa, pelo contrário, se expressa de forma completamente seletiva e excludente, destacando o início de um processo contínuo de expropriações, em que pessoas negras escravizadas, e pessoas indígenas, jamais puderam ter acesso legal a esses territórios. Isso demonstra que esse período histórico é importante para compreender as continuidades desse acesso negado à uma democracia da terra, destacando que nunca houve rupturas com esse formato, algo que continuará sendo trabalhado e será mais aprofundado no decorrer do trabalho.

Ao apanhar o modo pelo qual a mão-de-obra se insere no processo produtivo, nas condições reais da economia nacional, explicam-se as transformações responsáveis pelas modificações na composição e na estrutura da camada dos trabalhadores agrícolas, artesanais e fabris. Nesse quadro, o imigrante e o escravo são vistos como trabalhadores, isto é, produtores de valor. Em particular, a imigração e a abolição aparecem como manifestações do processo mais amplo de formação do mercado de mão-de-obra baseada no trabalhador livre. (IANNI, 1987, p.23)

De forma estratégica, assim que foi necessário cessar o uso da mão de obra escravizada para a constituição de um trabalho assalariado, a partir de todas as pressões Inglesas, a Coroa portuguesa que se viu obrigada a “reorganizar” as relações de produção no Brasil, antes de iniciar o processo abolicionista (que ainda hoje não foi completamente findado), promulgou em 1850 a Lei de Terras. É importante destacar a função social original dada pela construção dessa lei, já que havia um anseio da Coroa em não permitir que os futuros trabalhadores pudessem se apossar das terras brasileiras, dessa maneira, essa lei pode ser entendida enquanto a regulamentação formal de uma exclusão de acesso a essas terras.

A Lei de Terras, de 1850, de acordo com o autor João Pedro Stédile (2011), caracterizou-se enquanto início da constituição da propriedade privada das terras no Brasil. Desse modo, constrói-se um “[...] fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço.” (*ibid.* p.22-23). Assim, o acesso à terra condicionado, necessariamente, a sua compra, sendo obrigado pagar determinado valor diretamente à Coroa, impedia que aqueles trabalhadores recém libertos da escravidão tivessem condições materiais de arcar por esse acesso, sendo obrigados a continuar dependentes dos fazendeiros que os exploravam. Com isso, a Lei de Terras inaugura no Brasil a possibilidade de constituição dos latifúndios, concentrados nas mãos de pequena parcela dona dos meios de produção, constituindo-se enquanto o momento que consolida a desigualdade da terra nacionalmente.

De acordo com Adalberto Martins (2022) na obra “A Questão Agrária no Brasil: da Colônia ao governo Bolsonaro”:

Com o fim do trabalho escravizado, em 1888, emergiu no Brasil uma nova forma de organização do trabalho no campo, com base em homens livres, mas submetidos ao controle político dos senhores das terras. Agora a dominação não se dava mais pela feitorização da mão de obra negra, submetida à condição de escravizados, mas se dava pelo controle e domínio das terras. Num país com uma população essencialmente rural, com sua economia baseada na agricultura de exportação, controlar o acesso à terra significava dispor sobre o destino de um grande contingente de trabalhadores. Assim, quem controlava a terra controlava também o destino das pessoas. (MARTINS, 2022, p.84)

Importante destacar que esse processo foi duramente enfrentado pelas organizações e lutas sociais do período em questão, podendo-se referenciar a constituição dos quilombos como importante forma de organização e resistência dos povos negros. Portanto, apenas em 1888 com o marco de promulgação da Lei Áurea que garantia a efetivação do processo abolicionista, sendo esse aplicado de forma completamente desigual e ineficaz, na qual permitiu a contínua exclusão dos povos escravizados, e a manutenção da relação de subordinação, é importante pontuar o movimento de periferização iniciado a partir de então no Brasil.

A população excedente do Rio de Janeiro tem sua origem na abolição da escravidão de 1888, que libera a força de trabalho

escrava. Não incorporada em sua totalidade nos processos produtivos em curso no país, seja na agricultura ou na indústria incipiente, vai pouco a pouco se incorporando às precárias condições de vida da cidade. (...) Além dos ex-escravos e dos soldados, engrossaram as ocupações pobres da então capital da República imigrantes europeus, atraídos pelo processo de industrialização, em especial no início do século XX. (FARAGE, 2014, p.92)

O movimento que expropria a possibilidade de vida livre dos trabalhadores no campo, condiciona essa relação à contínua dependência para com os “novos” donos da terra. Desse modo, Stédile (2011, p.24) afirma que, um grande contingente abandona o trabalho no campo, “[...] quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, [...] e se dirigem para as cidades, em buscas de alguma alternativa de sobrevivência vendendo “livremente” sua força de trabalho”. O êxodo forçado provoca a busca por um lugar nas cidades, se constituindo, portanto, nas primeiras formações periféricas, destacando o contínuo processo de negação de cidadania.

Como aponta Stédile (2011), a venda “livre” da mão de obra, ilustra a crise do sistema produtivo de *plantation* baseada na exploração da mão de obra escravizada e desmonta uma crise no próprio modelo agroexportador, que sofre interferências mais severas com o desembocar da I Guerra Mundial no período de 1914-1918, atrapalhando as relações comerciais até então fortalecidas entre a Europa e a América Latina. Nesse contexto, a constituição da força de trabalho no Brasil sofre os impactos dos intensos processos migratórios de países europeus, corroborando para uma continuação do alijamento da população negra recém-liberta da qual não era destinada para o recebimento de terras ou mesmo para trabalhos com melhores condições. Para além disso, atrelado ao espírito da época, a abertura para o intenso processo migratório estava diretamente relacionada com a perspectiva de “modernização” do território brasileiro, sendo essa dimensão envolvida na lógica da limpeza social, a partir de perspectivas eugenistas de branqueamento social.

Os eugenistas defendiam a ideia de que as qualidades raciais das futuras gerações dependeriam de um controle social que visasse o melhoramento da espécie humana. Para isso, desenvolveram diversos métodos que tentassem impedir que “maus elementos” se reproduzissem, sobretudo indivíduos de raça negra. Entre os diversos temas que se propunham a estudar, um dos mais comentados era a imigração. Seus ideais de branqueamento estavam explícitos nos textos que apresentaram e publicaram no

Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 e no Boletim de Eugenia, traçando uma série de críticas sobre quem seriam os bons e os maus elementos aptos ou não para entrarem no Brasil. Seus propósitos tinham total relação com as noções nacionalistas do país em voga entre a elite liberal. (FORMIGA; PAULA; MELO, 2019, p. 93-94)

De maneira a elucidar um pouco mais sobre as ideologias do branqueamento social, é imprescindível apontar que existiam discussões de cunho “científico” em que se pretendiam dizer sobre os prejuízos das “misturas de cores” para a conformação de um estado brasileiro moderno e promissor. Como foi mencionado na citação acima, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 representou a expressividade desse movimento no cenário nacional, em que haviam produção de textos e materiais que embasaram as conspirações de uma preservação da evolução humana, que necessariamente dizia de uma exclusão de todas as etnias que não fossem brancas, preferencialmente europeias.

Como apontam Dayane Formiga, Ana Beatriz de Paula e Charles Melo no artigo O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929 -1933), a partir da análise do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, retira-se a frase marcante de Azevedo Amaral (1929) que representa com clareza a forma que a racionalidade da elite branca relacionada à formação social brasileira se estabeleceu nesses encontros:

[...] não devemos, é claro, esquecer que os elementos emigratórios, cuja entrada no país pode ser tolerada, devem pertencer exclusivamente à raça branca. Embora a nossa formação nacional tenha sido em grande parte conseguida pela contribuição de um vasto elemento africano – o índio representou papel relativamente secundário na composição étnica brasileira – seria inadmissível que consentíssemos na entrada de imigrantes de raça negra. A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma civilização do tipo europeu e para atingir esse objectivo temos necessidade de não agravar, com o accrescimento de elementos étnicos à raça branca, a desvantajosa posição em que nos encontramos no continente, em relação a outros povos mais imunes do que nós da mistura de raças coloridas (AMARAL, 1929 apud FORMIGA; PAULA; MELO, 2019, p. 90)

Desse modo, fica nítida a tentativa das elites em diversos momentos da história brasileira, tanto a agrária que se preocupava com os destinos dos monopólios da terra com a crise do sistema de *plantation*, quanto com camadas da elite médica e psiquiátrica com as concepções do movimento higienista, como

também as camadas médias que davam suporte à essa ideologia de limpeza e afastamento. Como modo histórico de enfrentamento a esses e todos os outros movimentos e tentativas, desde o processo colonizatório até a consolidação do capitalismo, estão os povos escravizados, os quilombolas, os indígenas, a população periférica, os trabalhadores rurais e urbanos, a agricultura familiar, as mulheres pretas e pardas, que sempre se consolidaram enquanto enfrentamento ao sistema, e que devem ser constantemente lembrados e mencionados por sua viva e constante atuação.

2.3.1 Monopólio do campo e as classes agrárias hegemônicas no Brasil

O autor Adalberto Martins (2022) ao trabalhar “A Questão Agrária no Brasil: da Colônia ao Governo Bolsonaro” faz um resgate que pretende estruturar os principais acontecimentos e as dimensões mais relevantes que constituem a histórica disputa pela terra no Brasil. Dentre todos esses elementos que vão realizando o desenho do que se entende por ser o cenário de disputas, conflitos no campo e acúmulo de poder, destacam-se aspectos importantes para o Brasil, como a formação do capitalismo dependente, tendo um forte viés de manutenção das bases oligárquicas, atrelada ao controle da propriedade privada da terra, para a constituição dessa estrutura que combinava o arcaico com o moderno, como Florestan Fernandes irá delimitar enquanto categoria de análise destacando duas obras importantes: “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica” (2006) e “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” (1975).

A Política do Café com Leite ilustra uma dimensão essencial para se pensar a autoridade política das oligarquias-autocráticas no Brasil que se mantiveram em atividade desde a instauração da República Velha, em 1898, até a conformação da Revolução Burguesa de 1930, enquanto centralidade, sendo um importante período para o fortalecimento do poder agrário e do monopólio no campo. Destaca-se aqui, de antemão, que nunca houve uma substituição da grandiosidade dessa força no Brasil, mesmo com o avançar do Capitalismo. O campo sempre foi uma das principais fontes econômicas do Brasil. Adianta-se que esses aspectos são extremamente necessários para compreender como se estabelecem as forças das

classes agrárias no território brasileiro hoje, a partir da potência do agronegócio e da mecanização do campo.

Sobre o movimento de controle político por parte da classe agrária, Adalberto Martins aponta que

Para Florestan, a oligarquia converteu-se no “pião” da transição do Brasil moderno. Por isso ela moldou a mentalidade burguesa e marcou o padrão de dominação da burguesia na medida em que a ordem capitalista competitiva avançava para uma economia urbano industrial. A própria oligarquia no final do século XIX se diferenciou/transitou de uma “oligarquia tradicional” (agrária) para uma “oligarquia moderna” com fortes vínculos com o mercado urbano, envolvendo-se com os setores comercial-financeiro e industrial. (MARTINS, 2022, p. 108)

Desse modo, a classe burguesa que se conforma nesse momento, não produz uma ruptura na estrutura que promovia uma continuação com a reprodução de modelos antigos e atrasados, ainda atrelados à superexploração da mão de obra negra recém-liberta em consonância ao acúmulo de terras e à produção de produtos agrários primários. Destacando, portanto, que

Para Florestan, esse surto inicial de nossa industrialização se deu entre 1980 e 1930. O capitalismo competitivo dependente amadureceu, forjando um arranjo social (aceito pela classe dominante brasileira) duplamente articulado: uma articulação no plano interno, entre o setor arcaico e o setor moderno, primeiramente urbano comercial e posteriormente urbano industrial, que se beneficiava da manutenção de relações arcaicas no setor agrário, mergulhado em relações de trabalho pré-capitalista, proporcionando a extração de um sobretrabalho essencial à acumulação originária de capital. E uma segunda articulação no plano externo que envolvia o complexo econômico agrário-exportador com as economias capitalistas centrais. Essa articulação promovia o aprofundamento das relações com as economias centrais, aceita pela classe dominante, como a única saída para a industrialização. (MARTINS, 2022, p. 109)

O desenvolvimento dependente do capitalismo Brasileiro, assim como estabeleceu Florestan, irá impactar diretamente na estrutura social, econômica, política e até mesmo cultural e imaginária. A burguesia que se conforma com o processo de industrialização, portanto, não é capaz de realizar mudanças estruturais na dinâmica de produção já existente há décadas. Isso provocou impactos significativos e marcantes para a estrutura social brasileira e latino-americana, como é constatado a seguir:

Dessa forma, para Florestan, essa transição de uma economia colonial para uma economia nacional e de uma transição de um capitalismo comercial para um capitalismo industrial produziu três realidades estruturais na América Latina e, portanto, também no Brasil: a primeira foi a concentração de renda, de prestígio social e de poder nos estratos sociais que possuíam importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa; a segunda foi a coexistência de estruturas econômicas socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e expansão de toda a economia como base para a exploração externa e para a concentração interna de renda, de prestígio social e de poder; a terceira foi a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento do sistema (Fernandes, 1972). Neste sentido, para Florestan (1975), a grande vítima dessas transformações em nossa sociedade foi o negro, para quem não houve alternativa histórica. (MARTINS, 2022, p. 111)

Como foco de destaque em relação a principal questão deste trabalho, é relevante pontuar, assim como afirma Florestan (1975) a partir do destaque de Adalberto Martins (2022), que os principais sujeitos que irão sofrer as consequências mais nefastas de todo esse processo elucidado até aqui, são os povos negros, acrescentando ainda, os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores rurais e trabalhadores da cidade, pobres, mulheres, sujeitos que historicamente vão sendo realocados para a periferia do sistema, sem possuírem outra chance na realidade social brasileira.

As classes dominantes agrárias, em oposição à classe trabalhadora em sua pluralidade acima mencionada, mesmo após a introdução da dinâmica industrial, a partir de grandes investimentos, tendo a cidade enquanto foco central para o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, nunca perdeu seu lugar ao sol. Sendo colocada de modo secundário no Governo Vargas,

[...] pela primeira vez a agricultura aparece como parte de um projeto nacional, deixando de ser um todo em si mesma, tendo que cumprir algumas funções, como suprir com alimentos a população, gerar divisas garantindo as importações, ocupar o território e gerar empregos. (LINHARES E TEIXEIRA DA SILVA, 1999 *apud* MARTINS, 2022, p. 117).

Para elucidar um pouco mais sobre essa questão do desenvolvimento que tem o intuito de conservar suas bases, ao mesmo tempo que alguns passos são importantes são dados, é possível demonstrar que algumas coisas não podem ser rompidas. Nesse período houve a conformação de um novo Código Eleitoral (1933)

em que mulheres passaram a poder exercer o direito do voto, em conjunto com a criação de uma Constituição (1934) que propiciou a criação de outras leis importantes, como a própria criação de leis trabalhistas, que foram compiladas com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - 1943). Porém, “[...] essas leis trabalhistas foram vetadas para os trabalhadores que viviam no campo. Ao trabalhador rural não foram concedidos carteira de trabalho, descanso remunerado nos finais de semana, férias, organização em sindicatos, entre outros direitos (MARTINS, 2022, p.118).

O ranço colonial escravista no campo, portanto, ainda era útil para a relação de superexploração do trabalhador rural, e para a manutenção do monopólio econômico-político, dos grandes possuidores de terra. Registra-se, portanto, mais um aspecto de como é difícil para a classe dominante garantir os direitos básicos dos trabalhadores de forma integral. Muito disso está atrelado ao imaginário de subserviência, e principalmente, à lógica de que trabalhadores do campo são sujeitos subalternos, iletrados, que não precisam de ter acesso às dimensões políticas e sociais, não se garante nem o status de cidadania, sendo mais uma forma de violência. Como processo de continuação da contradição,

Foi nesse ambiente que o governo federal reassumiu o controle das terras públicas, voltando a centralizá-las, e extinguiu o sistema de arrendamento de terras. Também passou a exigir os títulos de propriedade para comprovação da posse e autorizar desapropriações de terra por utilidade pública (algo inédito no Brasil), agilizando o processo de colonização e expandindo a fronteira agrícola (MARTINS, 2022, p.119).

Pensando nos limites do trabalho, não é possível pontuar o conjunto de movimentações, articulações e imbricações que estavam colocadas para a realidade nesse momento histórico. Porém algumas questões ainda são importantes de serem ressaltadas, como a conformação do Estado Novo, a partir da ditadura Vargas em 1937 que, como afirma (MARTINS, 2022), estabeleceu um outro movimento de desenvolvimento das bases industriais, sendo essa agora articulada com as empresas estatais, colocando para as cidades uma centralidade cada vez maior, impactando o aumento demográfico de concentração nessas regiões, mas que ainda não foi capaz de mudar o cenário do campo e da produção agrária. De forma submissa aos processos do capitalismo imperialista internacional, a realidade brasileira agravou as expressões da Questão Social, sendo a desigualdade um

grande aspecto a ser ressaltado. Porém, mesmo que as atenções econômicas, nesse momento, estivesse priorizando outras classes políticas dominantes, ainda sim,

[...] para seguir sua política de industrialização, o governo ditatorial de Vargas estabeleceu um acordo velado com as oligarquias regionais, não alterando a estrutura fundiária nas regiões consolidadas nem reconhecendo os direitos trabalhistas no campo, mas promovendo, no entanto, a colonização nas regiões da fronteira agrícola, bem como organizando, pela primeira vez na nossa história, uma política setorial para os diferentes ramos da agricultura². (MARTINS, 2022, p.122)

Atrelado a todos esses ramos voltados para a agricultura, é imprescindível pontuar sobre a criação da “[...] Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), instituída pelo Branco do Brasil, em 1937, disponibilizando recursos ao setor agrário”, sendo que estes financiamentos conseguiram alcançar no ano de 1948 9.482 contratos (GONÇALVES NETO, 1997 *apud* MARTINS, 2022, p.125). Em relação a este momento, essa escolha da classe dominante reitera para os sujeitos do campo um não-lugar no cenário político e social. Como o autor destaca (2022), é possível considerar que esse momento impactou no adensamento das lutas do campo realizadas entre a década de 50 e 60, que muito vão pontuar a indignação diante desse processo histórico de negação sistemática de democracia.

O que se observa nesse período é que esses elementos serviram de base para a regulamentação do poder nas mãos dos mesmos sujeitos historicamente hegemônicos, e que mesmo com o avançar da história, com a transformação de alguns aspectos no cenário político e social, algumas estruturas não são modificadas e nem perdem sua relevância. Ainda sobre as classes dominantes agrárias, é necessário aproveitar esse espaço no trabalho, para construir o raciocínio de como se dá a manutenção dessa dominação no próprio imaginário social, impactando a racionalidade brasileira, e como esses novos sujeitos, representantes dos mesmos arcaicos anseios de dominação da terra e

² De modo a exemplificar estes ramos: Em 1931 - criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), que se transformou posteriormente em Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), auxiliando na mediação “entre os interesses da agroindústria processadora (usinas) e os fazendeiros fornecedores de cana-de-açúcar, bem como órgão regulador entre os interesses paulistas e nordestinos” (MARTINS, 2022, p.124). Além disso, outros exemplos são: a criação em 1938 do Serviço Federal de Comércio da Farinha; em 1930, o Departamento Nacional do Café (DNC) que passou a realizar a queima do excedente; em 1938, o Instituto Nacional do Mate, entre muitos outros.

superexploração da força de trabalho negra, se estabelecem hoje, revitalizados pelo banho de atualidade e modernização, mas que não são capazes de se descolar do ranço colonial.

2.3.2 O agronegócio e a contínua permanência das classes dominantes agrárias no cenário político e no imaginário social

Considerando a força ideológica do agronegócio e da defesa pela mecanização do campo no Brasil, que foi construída em um processo longo e antigo, com o auxílio intenso da mídia burguesa, é possível pensar como essa narrativa perpetua no pensamento brasileiro em diversos âmbitos sociais. Dentro deste imaginário, majoritariamente, se desconhece a verdadeira face da produção agrícola brasileira, e que em meta de alcance final, se depara com o agronegócio sendo uma produção em larga escala, que não apresenta relação alguma com o combate à fome. Essa reflexão acerca do discurso da ideologia hegemônica, expõe um conjunto de emaranhados complexos que ajudam na compreensão do porquê, ainda hoje, é socialmente aceito e naturalizado, a criminalização de movimentos populares que lutam por uma agricultura familiar e saudável, ao mesmo tempo em que existe uma defesa cega pela estrutura de monopólio industrial agrícola responsável por diversos males sociais, incluindo a falta de acesso coletivo à terra, o nível expressivo de doenças advindas do uso abusivo de agrotóxicos, entre diversas outras dimensões evidenciadas até aqui, e que serão mais aprofundadas no processo de construção do trabalho.

Isto coloca em evidência a responsabilidade midiática brasileira enquanto grande disseminadora do ideal capitalista, assim como foi uma importante ferramenta no período ditatorial, entre diversos outros momentos, que escancaram escolhas nítidas de classe que em sua maioria vão contra qualquer avanço e luta da classe trabalhadora. Como forma de demonstrar esse processo, as autoras Camila Nobrega e Olívia Bandeira, apresentam na reportagem “Agronegócio e mídia brasileira: onde duas monoculturas se conectam” (2019), sobre a estrutura midiática enquanto importante construtora ideológica em defesa do agronegócio.

Em letras garrafais, o prefixo “Agro” ocupa espaço em um conjunto de peças publicitárias exibidas há cerca de dois anos na emissora de maior audiência do país, a Rede Globo, exaltando principalmente produtos voltados para exportação e a produção agrícola em massa. Em uma dessas propagandas, a voz de um narrador introduz o vídeo

com a frase “cana é agro”, para em seguida conduzir o telespectador por duas ilustrações que reproduzem um engenho dos tempos coloniais. Nas imagens, pessoas mantidas escravizadas carregam nos ombros o corte do canavial. A voz completa a narrativa, dizendo que “desde o Brasil colonial, a cana ajuda a movimentar a nossa economia”. Nada é dito sobre a estrutura social daquele tempo histórico. Ao contrário, o vídeo da campanha segue com imagens dos maquinários utilizados no campo hoje e termina com um tom de conclusão absoluta: “Cana é agro. Agro é tech, é pop, é tudo”. [...] Sobre a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”, um texto publicado no site G1 sob o título Agronegócio é valorizado em campanha da Rede Globo já deixa bastante evidente a abordagem. Em palestras, o diretor de Marketing da emissora, Roberto Schmidt, falou no sentimento de aproximação e de “criação de orgulho” em relação ao agronegócio por meio da campanha. Ao mesmo tempo, o histórico da nova ministra também traz elementos. Na Câmara, ela teve atuação marcada pela defesa à aprovação do Projeto de Lei 6.299, de 2002, que flexibiliza as regras para fiscalização e aplicação de agrotóxicos no país. (NOBREGA, Camila; BANDEIRA, Olívia in DIPLOMATIQUE, 2019, recurso online)

Fica nítida a intencionalidade desse discurso, que tem como foco principal o fortalecimento de um setor estrutural e político da sociedade brasileira, que tem uma expressividade econômica e um alcance gigantescos. Essas estruturas, midiáticas e industriais, que estão estritamente relacionadas, causam grandes impactos na construção de consciência da população brasileira, reforçando, cada vez mais, a ideia da urgência em se criminalizar e até mesmo eliminar as forças de resistência que lutam por outro modelo societário, e que necessariamente coloque em xeque a estrutura de manutenção de poder nas mãos de poucos.

No Brasil, a situação é preocupante: apenas cinco grupos concentram mais da metade dos cinquenta veículos de comunicação de maior audiência, segundo dados do Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor – MOM), pesquisa realizada pelo Intervezes e pela Repórteres Sem Fronteiras e publicada no final de 2017. De acordo com o estudo, o sistema de mídia brasileiro tem alta concentração de audiência e alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências políticas, religiosas e econômicas. Entre as interferências econômicas, um dos destaques é que parte dos proprietários dos meios de comunicação de maior alcance no país possuem negócios no setor agropecuário. As relações entre os grandes grupos de mídia brasileiros e o agronegócio são antigas. A *Folha de S.Paulo*, por exemplo, jornal impresso de maior tiragem do país, teve origem na Folha da Manhã S.A., empresa constituída em 1931 tendo em seu quadro de diretores e acionistas nomes como Otaviano Alves de Lima, que reforçou a adoção de uma linha editorial voltada para os “lavradores de São Paulo”, como o jornal designava os proprietários de terras, principalmente os cafeicultores. Essas relações se mantiveram ao longo do tempo. De um lado, há

aqueles que são ao mesmo tempo proprietários de terras e de veículos de comunicação. (NOBREGA, Camila; BANDEIRA, Olívia in DIPLOMATIQUE, 2019, recurso online)

A realidade concreta que se observa, na verdade, é que o agronegócio não é o maior setor responsável pela alimentação do povo brasileiro. Isso demonstra, como foi elucidado acima, diferente da intencionalidade de legitimação da burguesia agrária, que o que ocorre na verdade é que a principal dimensão desse setor é a produção de commodities e o acúmulo expressivo de lucros às custas do monopólio da terra e da superexploração do trabalhador. A mídia, atrelada a essa dinâmica de poder, conclui com êxito a introjeção forçada do entendimento de que “Agro é tech, agro é pop e agro é tudo”. Porém, a reportagem a seguir demonstra a verdadeira estrutura de base alimentar da sociedade brasileira, que além de ser apagada e criminalizada pela mídia, ainda sofre com investimentos nacionais mínimos, em comparação aos grandes produtores de *commodities* do Brasil.

[...] o Plano Safra 2022/2023, que define os valores a serem destinados pelo governo para a produção agrícola do ano-safra, beneficia exportadores em detrimento dos reais produtores de alimentos que poderiam estar também na mesa desses brasileiros famintos. Quando se consideram os alimentos efetivamente consumidos no país, 70% vêm da agricultura familiar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São pequenos agricultores que plantam para abastecer a família e vendem o que sobra da colheita – como mandioca, feijão, arroz, milho, leite, batata. [...] Do total de R\$ 340,88 bi, apenas R\$ 53,61 bilhões irão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O restante, R\$ 287,27 bilhões, será destinado aos grandes latifúndios, que produzem basicamente soja, milho e algodão, em sua grande maioria no centro-oeste brasileiro. (JORNALISTAS LIVRES, 2022, recurso online)

Este contexto demonstra que, para além da tentativa de apagamento simbólico da agricultura familiar, da policultura e da agroecologia enquanto forma produtiva com estrutura e grande potencial de desenvolvimento coletivo e sustentável, ainda existem embargos econômicos e destinos financeiros que em nada favorecem produções como de comunidades quilombolas ou do próprio MST. Mesmo que a alimentação do trabalhadores do campo e da cidade no Brasil sejam frutos desse modo de produção que em nada se parece com a escolha do agronegócio, ainda sim existem formas materiais e tentativas constantes de apagar essa realidade e favorecer, cada vez mais, o monopólio de produção mecanizada e voltada para o mercado externo.

Para compreender um pouco mais sobre a gigante estrutura de poder econômico que os grandes produtores do agronegócio possuem no Brasil, é necessário pontuar como essa camada se coloca no conjunto político enquanto estrutura de poder institucionalizada que movimenta a correlação de forças enquanto hegemonia poderosa dentro do Congresso Federal na conjuntura atual. De modo alarmante, “[...] Impulsionada pela eleição de uma bancada recorde do PL em 2022, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) cresceu 24% na Câmara dos Deputados em relação à legislatura anterior, chegando a 300 membros.” (SOUZA, Hugo in DE OLHO NOS RURALISTAS, 2023, recurso online). Para além de ser um número expressivo, dentre os principais partidos políticos que compõem a bancada, o que possui o maior número de integrantes é o PL (Partido Liberal), com 77 pessoas no ano de 2023 (ibid.).

Com 300 membros em uma casa de 513 deputados, a FPA corresponde hoje a 58% da composição total da Câmara. Antes da posse dos parlamentares eleitos em outubro, a bancada ruralista tinha 241 deputados e equivalia a 47% da Câmara. Na época, da 55ª Legislatura, quando a Câmara votou pelo impeachment de Dilma e por manter Temer, a bancada ruralista compunha cerca de 45% da Casa. [...] Historicamente, a bancada ruralista vota em bloco nas pautas fundiárias, contra os indígenas e contra o ambiente, mas não apenas. Entre 2016 e 2017, por exemplo, 83% dos votantes da FPA na Câmara foram favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff e, depois, 72% deles votaram pela rejeição da denúncia de corrupção passiva da Procuradoria Geral da República contra Michel Temer. A FPA compôs 50% dos votos pelo impeachment de Dilma e 51% dos votos para manter Temer. (SOUZA, Hugo in DE OLHO NOS RURALISTAS, 2023, recurso online)

O trecho acima demonstra claramente quais são os interesses relacionados ao agronegócio no Brasil. Os anseios de uma classe dominante conservadora e retrógrada que preza pelo retrocesso da democracia e pela defesa de pautas que favoreçam o aumento da exploração da mão de obra, a intensificação da produção agrícola apenas para os grandes produtores, além da destruição da natureza, e defende qualquer aspecto que garanta sua ação de modo a reduzir ao máximo qualquer tipo de enfrentamento aos seus projetos e perspectivas. Isso significa que, qualquer governo que tenha em seu intuito a defesa básica dos direitos humanos, do desenvolvimento mínimo de políticas sociais e que não favoreça com intensidade a ampliação de suas ações, será tranquilamente enfrentado e até mesmo derrotado com um golpe.

A página Agrofy News publicou em Março de 2023, elementos perfeitos que auxiliam na ilustração do que foi colocado acima:

Quais os possíveis impasses e principais necessidades para o desenvolvimento da agropecuária brasileira? A resposta, de acordo com integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), está diretamente relacionada à dois temas: invasões de terra e reforma tributária. [...] Além de protocolar o pedido da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), chamada de CPI do MST, integrantes da FPA apresentaram projetos de lei que ampliam as punições aos invasores. Um deles, de autoria do deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS), possibilita retirada de invasores sem mandato judicial. Outro propõe a exclusão do Bolsa Família para quem invadir ilegalmente. “Os temas são de extrema importância e vão requerer grande empenho da nossa bancada. É por isso, que estaremos sempre à disposição de todos vocês e trabalhando em sintonia para fortalecer o agro”, diz o vice-presidente da FPA na Câmara dos Deputados, deputado federal Arnaldo Jardim (CD-SP). [...] Arnaldo lembrou, ainda, que a reforma tributária em análise pelo atual Governo também será tratada junto a algumas comissões. Ele afirmou que vai pedir ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Arthur Lira (PP-AL), um tempo para que seja assimilado o impacto da reforma dentro do setor agropecuário. “A FPA não vai apoiar qualquer ponto sem ter a certeza dos resultados para o agro brasileiro. Estamos avaliando algumas ponderações para que não cometamos equívocos”. (AGROFY NEWS, 2023, recurso online)

Como a página pontuou, o projeto está claro, fica nítido que serão gravemente atacados: os movimentos sociais, as organizações dos trabalhadores do campo e da cidade, e quaisquer sujeitos que façam a defesa de outro projeto societário ou que questionem as bases de produção de um sistema mortífero como este em questão. A atualidade da importância do debate acerca da democracia da terra fica explícita quando no ano de 2023 uma CPI é instaurada para investigar o MST, sendo denominada enquanto organização de “invasores” da terra. O movimento social em questão será abordado a seguir no trabalho, elencando outros desafios para seu processo de manutenção, e quais são os verdadeiros anseios de uma organização popular do campo, que não invade terras, e sim se estrutura a partir de uma ocupação organizada e fundamentada de terras improdutivas para a possibilidade de produção agrícola familiar, comunitária, que visa o acesso coletivo e consciente ao bem comum que é a terra.

3. CAPÍTULO II – OS POVOS, AS CLASSES E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA ENQUANTO CENTRALIDADE NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA DEMOCRACIA DA TERRA

3.1 VIA CAMPESINA, AS TRÊS RAÇAS TRISTES E A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Os povos dos campos, das águas e das florestas são a dimensão mais fértil deste trabalho. Pensar a forma como se estabelecem, se relacionam e estão posicionados na dinâmica de forças políticas da sociedade brasileira torna-se essencial para apreender um pouco mais sobre a relevância de suas lutas e enfrentamentos cotidianos. Para delimitar os limites e possibilidades do trabalho e mencionar sobre o foco de análise escolhido, é necessário pontuar que não foi possível um aprofundamento denso acerca da pluralidade e diversidade acerca do que são as comunidades tradicionais, como elas se identificam em sua identidade, e qual o sentido da Terra para todos os sujeitos coletivos que dela vivem. A escolha por abordar apenas os sujeitos aqui mencionados diz sobre as possibilidades da pesquisa e sobre uma análise conjuntural que analisa como os povos mencionados no trabalho em questão estão, de algum modo, atravessados com mais intensidade por disputas e conflitos políticos no momento da escrita.

Desse modo, para compreender um pouco mais sobre a politização acerca da terra, faz-se necessário pontuar como se funda essa categoria de “Povos dos Campos, das Águas e das Florestas” a partir da Via Campesina, sendo a organização responsável por articular todos estes sujeitos com demandas muito diversas, mas com um aspecto central que os une, a defesa da Terra em sua historicidade e através de sua relação produtiva e social com os seres humanos, da vida, e dos bens coletivos e naturais. A Via Campesina está estruturada, atualmente, ano de 2023, em 182 organizações de 81 países, abarcando aproximadamente 200.000.000 de mulheres e homens, camponeses, trabalhadores sem-terra, ribeirinhos e indígenas, quilombolas, entre outros sujeitos políticos.

Nosotrxs, La Via Campesina, la voz internacional de millones de campesinxs, mujeres y hombres, jóvenes, agricultorxs de pequeña y mediana escala, agricultorxs familiares, trabajadorxs sin tierra, pueblos indígenas, migrantes y trabajadorxs agrícolas nos hemos

rehusado a desaparecer y continuamos creciendo y fortaleciéndonos. A través de la persistencia, la perseverancia y la esperanza, hemos cosechado grandes victorias: el reconocimiento y la adopción de la Soberanía Alimentaria por algunos países, el reconocimiento y el apoyo a la Agroecología por parte de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (la FAO, por sus siglas en inglés) y la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de lxs Campesinxs y de Otras Personas que trabajan en las Zonas Rurales (UNDRIP por sus siglas en inglés) adoptada por la Asamblea General de la ONU. Continuamos ocupando espacios multilaterales de gobernanza de la alimentación y a influir en el debate en apoyo a la Soberanía Alimentaria, la Agroecología y la Reforma Agraria Popular. (LA VIA CAMPESINA, 2022, recurso online)

Desse modo, ao articular a luta de diferentes sujeitos políticos que se estabelecem e se constroem a partir da relação orgânica e respeitosa com a terra e os bens naturais, a Via Campesina amplia a definição de camponês, construindo uma simetria para toda a categoria de trabalhadores do campo, representando uma “[...] unidade dada pelo trabalho na agricultura.” (VIEIRA, 2008, p.10). Como aponta a autora, a Via Campesina se posiciona de modo contra-hegemônico ao estabelecer “[...] que a agricultura seja descentralizada através da produção, por cada população, de seus próprios alimentos, e diversificada, uma vez que os agricultores de cada país vão produzir a totalidade de seus produtos agrícolas” (VIEIRA, 2008, p.08).

O raciocínio contra-hegemônico da relação com a produção agrícola, relação natural com o meio ambiente, aponta necessariamente para um horizonte de reforma agrária, para que sejam efetivados os anseios de uma democracia da terra para todos os povos que constroem a batalha contra o grande capital, contra a indústria alimentícia produtora de doenças pelo uso abusivo de agrotóxicos e, principalmente, contra o grande latifúndio que é um dos principais vetores para a reiterada e histórica desigualdade de acesso aos campos, às águas e às florestas. É deveras necessário pontuar que a luta contra o latifúndio e o agronegócio é uma luta a favor da ciência, sendo essa o conjunto dos saberes dos povos tradicionais e atrelada à tecnologia, para constituir, em centralidade, uma melhoria da vida, melhoria da saúde, recuperando áreas devastadas e reconstruindo a história tendo como guia o conhecimento de diferentes povos e trabalhadores que sabem de fato cuidar da terra e dos bens naturais.

Os sujeitos representados pelas diversas organizações que compõem a Via Campesina, como os Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Quilombolas (CONAQ), Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Comissão Pastoral da Pesca (CPP), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e tantos outros, são os principais sujeitos coletivos que compõem a trajetória de lutas e enfrentamentos no Brasil. Pensar a forma como se dão e se constituem as resistências desses povos é refletir sobre a formação social brasileira enquanto teia de entrelace para a compreensão deste trabalho. Outros aspectos acerca daquilo que circunda a formação social como trabalho, propriedade privada, escravidão, questão agrária, já foram brevemente apontados até aqui, porém, faz-se relevante ressaltar um pouco mais sobre a dimensão principal para discutir a falta da democracia da terra no Brasil, aqueles que lutam por ela.

Isto posto, o pensador brasileiro Octavio Ianni (2004) elabora importantes categorias para reafirmar sobre as dimensões estruturais e conjunturais que se esbarram e se entrelaçam ao pensar a relação com a terra no país. Para pensar a terra e seu uso, é necessário refletir sobre quais sujeitos dão sentido à essas dimensões, e como eles se constituem e se transformam ao agir na realidade. O autor, em seu texto “As três raças tristes”, aponta para essa importantíssima dimensão de constituição do povo brasileiro. Ianni direciona-se para as problemáticas comuns encontradas em análises antropológicas que pretendem se aproximar do sentido do povo brasileiro, destacando defasagens em suas perspectivas. Para o autor, em diversas situações,

[...] os dados e análises antropológicas apresentados por esses autores, afirmam-se ou insinuam-se os atributos psicológicos, morais, culturais e outros considerados peculiares de cada raça e cada mestiço. Por meio de uma taxionomia inocente, constroem-se os elos e as cadeias de uma estrutura na qual se distribuem os puros e impuros, superiores e inferiores, civilizados e bárbaros, históricos e não históricos. As coletividades anormais, fetichistas, fanáticas, carismáticas podem ser compostas de raças classificadas como inferiores, ou mestiços nos quais predominam os traços dessas raças inferiores. Fala-se, às vezes, em mestiços superiores,

os raros que têm a sorte de ganhar os traços dos brancos que entraram na mescla. [...] Há de tudo: determinismo geográfico, racismo, darwinismo social, positivismo e outras correntes de pensamento. Mas também há a perspectiva social, histórica. (IANNI, 2004, p.124)

O trecho em questão revela muito sobre a construção e o olhar científico que se constitui nessa histórica tentativa de compreender as relações sociais e que, por muitas vezes, constroem-se a partir de categorias conservadoras, positivistas, que se baseiam em um racismo científico e que deixam escapar dimensões mais urgentes e necessárias de análise, como a relação política entre os diferentes povos, a classe social, o lugar que a cor e a etnia ocupam na dimensão societária, e como isso tudo impacta significativamente a forma como esses sujeitos irão se agrupar, se desenvolver e construir suas narrativas. Desse modo, por mais que o debate da problemática racial ocupe espaço de análise para diversos setores da sociedade, historicamente, como aponta Ianni, essas análises vão dizer de direcionamentos parciais, muitas vezes biologicistas e que se esbarram no racismo e em um eurocentrismo, de modo a prejudicar uma compreensão crítica e eticamente posicionada dessa realidade.

As raças se constituem, mudam, dissolvem ou recriam historicamente. É óbvio que têm algo a ver com categorias biológicas. Mas têm muito mais com as relações sociais que as constituem e modificam. As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, no engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, [...]. Entram em linha de conta caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama das relações sociais. Quem inventa o negro do branco é o branco. E é este negro que o branco procura inculcar no outro. Quem transforma o índio em enigma é o branco. Nos dois casos, o branco é o burguês que encara todos os outros como desafios a serem desfeitos, exorcizados, subordinados. (IANNI, 2004, p.127)

Destaca-se enquanto centralidade a problemática do branco enquanto agente transformador que é capaz de transformar, no percurso da história, a diferença fenotípica, em desigualdade e ferramenta para a opressão. O autor Aníbal Quijano (2005) em “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” aponta sobre esse curioso aspecto de que “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem

história conhecida antes da América. [...] desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos” (p.117). A tese de Quijano direciona para a importante historicização da inauguração dessa dimensão racial, que conversa diretamente com o que Ianni constrói em seu raciocínio.

Quijano (2005) completa a forma como a diferenciação entre as raças, ainda em contexto de dominação na América, por parte dos colonizadores europeus, inaugura uma legitimidade ao trato asqueroso no contexto de dominação. Havia uma passabilidade para a exploração em massa, a morte, a exploração do trabalho negro e indígena, justamente pela construção desse ideal da diferença, que subordinava os dominados por uma dimensão ideológica construída de inferioridade. As três raças tristes apontadas no trabalho de Ianni, estão dialeticamente apresentadas na correlação de forças dos povos em conflito, desde o processo colonizatório. Essa junção contraditória e conflituosa dos imigrantes, os negros e os indígenas estabelece, ao mesmo tempo, as bases e o processo construtivo que desemboca na constituição de um povo brasileiro que ainda hoje se ampara na diferença enquanto oposição como base para a discriminação e, para além disso, estabelecendo lugares específicos para cada um desses sujeitos políticos. Fica nítido, portanto, quais são os lugares dados para a população negra, indígena e mestiça. Não é o lugar da democracia, muito menos do acesso democrático à terra.

Entender a forma contraditória como se constroem as bases de uma sociedade inteira necessariamente perpassa o lugar do negro e do indígena nessa realidade, principalmente tratando-se de Brasil e América Latina. É sufocante a reflexão acerca dessa desigualdade legitimada, em que, historicamente, se utiliza da força de trabalho de povos que não podem acessar os frutos de tanto suor e esforço. E é essa articulação entre povos que escancara a forma como foram construídas as violências que permanecem ativas e reiteradas, o que aponta que “as diversidades raciais tanto se recriam continuamente como sempre escondem desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais” (IANNI, 2004, p.132).

O autor aponta sobre essa não concretude democrática, não há um momento na história do Brasil em que as três raças tristes, os negros, os indígenas e o

imigrante alcançassem um patamar de dignidade no acesso aos direitos. Desse modo, Ianni aponta sobre a forma como se consolida a revolução burguesa no Brasil, cunhada do alto, e voltada não para uma solução do “problema racial”, mas há uma tentativa de mascarar as relações de exploração. Transformaram as três raças tristes apenas em um conjunto, uma massa de mão de obra. Não há dimensão de cidadania, reconstrução do passado, reparação histórica, mas sim, uma falsa liberdade que equipara os explorados à meros trabalhadores que precisam se adequar aos anseios do mercado e vender sua força de trabalho. Esse modo de apaziguamento dos conflitos sociais reforça a exclusão dos povos oprimidos, ao passo que de modo histórico há uma tentativa da burguesia de eliminar o debate de raça, da opressão e do racismo.

[...] a revolução burguesa reitera a tese de que a humanidade se divide em povos históricos e não-históricos. Todos os europeus e seus descendentes brasileiros seriam históricos, civilizados, brancos, superiores, dominantes. Todos os outros, no caso do Brasil, índios e negros, seriam não-históricos, fetichistas, bárbaros, inferiores, dominados. Nesse sentido é que a revolução burguesa não resolveu o problema racial. Transformou negro, índio e imigrante em trabalhadores; mas não os transformou em cidadãos. Nos institutos jurídicos obviamente está estabelecido o princípio de que todos são iguais perante a lei, independentemente de raça, sexo, religião, classe e outras diversidades sociais. Mas essa igualdade jurídica é formal, abstrata, ilusória, quando se trata de camponeses, operários, empregados, funcionários, na fazenda, fábrica, escritório. Na prática há uma larga desigualdade racial, entre outras desigualdades sociais, além das diferenças entre classes. (IANNI, 2004, p. 140)

Esse mito da democracia racial - trabalhado na obra *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, a partir de uma falsa dimensão de harmonia social e igualdade racial entre os brancos e negros - que surge numa tentativa de legitimar a liberdade do capital, impede que seja possível cunhar avanços significativos na luta pela verdadeira democracia, e pela liberdade intransigível dos povos. O fantasma da igualdade racial no Brasil assombra o cotidiano da sociedade, dificulta a reflexão, o debate, embaça os olhos. A luta por uma democracia plena, por direitos igualitários, e por uma democracia da terra, racializada e libertadora é dever constante de todas as instâncias sociais, debate esse que necessita ocupar todos os espaços, para que se possa almejar caminhos e horizontes de transformação societária. É por essa democracia que o trabalho em questão se direciona, em que as três raças tristes

trabalhadas por Ianni sejam, em coletividade, capazes de vivenciar condições essenciais da vida.

3.2 POVOS ORIGINÁRIOS DA FLORESTA: UMA HISTÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA

Extermínio, escravidão e resistência traçaram a história dos povos originários a partir do momento em que se inicia a exploração brasileira com o processo de colonização. Histórias ceifadas, tradições massacradas, em prol da “conquista” das belas terras, as quais eram tão bem cuidadas e mantidas pelos povos da floresta e das matas. Diante da imensa diversidade e pluralidade de povos, organizações e sujeitos coletivos que retiram seu sentido de vida e subsistência da floresta, não foi possível, devido aos limites deste trabalho, abarcar com profundidade as diversas organizações e coletividades que vivem da floresta e das matas.

Com o intuito de registrar a diversidade, antes de aprofundar um pouco mais sobre os povos indígenas, escolhidos como um dos focos de análise do trabalho, é preciso delimitar alguns dos sujeitos que compõem as florestas, e que atuam cotidianamente para a sua manutenção, preservação, a partir de uma relação caracterizada pela perspectiva da Agricultura de Sustentação, como aponta Josué de Castro (SCHAPPO, 2012). Para contemplar essa dimensão, é importante destacar que muitos povos se definem pela atividade que exercem, os povos seringueiros, por exemplo, realizam a extração da borracha para sua subsistência. Para além destes e de povos quilombolas, ribeirinhos, pescadores, catadores de coco babuaçu, que também tem a floresta como modo de vida, é necessário destacar as populações tradicionais de piaçabeiros - que fazem a extração da fibra da palmeira da piaçava - e peconheiros - que realizam a extração do açaí - (Definição ISPN, [2020], recurso online).

A popularização acerca da diversidade das populações tradicionais teve uma gigantesca influência de Chico Mendes, importante ativista e seringueiro que batalhou pela melhoria de condições de vida de seringueiros e pela defesa da biodiversidade e da floresta. Chico Mendes obteve diversas conquistas por conta de seus enfrentamentos, entre elas a criação de reservas extrativistas na década de 90. Por conta de sua força política, de seu embate, e do prestígio que estava

ganhando, inclusive internacionalmente, Chico Mendes foi assassinado no ano de 1988, marcando para sempre a história brasileira na luta pelos direitos trabalhistas dos povos que cuidam, e vivem, da floresta (Memorial Chico Mendes, [2018], recurso online).

Tendo as Reservas Extrativistas como uma de suas grandes conquistas no período mencionado acima, é interessante analisar como a União dos Povos da Floresta, criada no ano de 1985, como importante estratégia de organização das lutas naquele momento foi essencial para a concretude de diversos outros processos. Os “extrativistas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas reuniram-se para defender territórios de madeireiros e grileiros” (Rede Brasil Atual, 2020, recurso online) foi essencial para pressionar as forças políticas e conquistar os territórios em questão naquela época. No ano de 2020, a Aliança dos Povos da Floresta retorna sua atividade como forma de organização para reivindicar a permanência dos territórios no período do governo Bolsonaro, que ameaçou diretamente a existência dos Povos Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e outros sujeitos coletivos.

A luta de 40 anos atrás era pelo reconhecimento do território e, agora, é para a gente preservar o nosso legado. A quantidade de terras em conservação que estão reconhecidas e demarcadas é muito grande. É uma conquista enorme dos povos da floresta e não podemos deixar isso ser destruído”, afirmou, em entrevista à repórter Juliana Almeida, da **Rádio Brasil Atual**. Em um documento oficial do encontro dos povos indígenas do Xingú, a aliança reafirma o comprometimento com a população indígena do país e não só a região Norte, como diz o presidente da CNS. “Estamos deixando claro que, diferente de 1989, quando estávamos olhando para a Amazônia, estamos ampliando nossa luta para outros biomas, que também estão ameaçados. O Cerrado, o Pantanal e a Caatinga fazem parte da nossa luta e precisamos ter uma agenda comum”, acrescenta Julio. (Rede Brasil Atual, 2020, recurso online)

A aliança dos povos é uma forma essencial para o enfrentamento às ameaças dos grileiros e madeireiros no território, para além disso, torna-se essencial para a potencialização de forças para os momentos de reivindicação frente ao Estado nos processos de demarcação de terras e de acesso às políticas públicas. Um exemplo das resistências urgentes são as ações durante o período da pandemia do Covid-19 por parte desta União, que atendeu uma média de 3.638 famílias, tendo como uma das representantes a filha do Chico Mendes, Ângela Mendes.

Para isso, o grupo lançou, na última segunda-feira (27), uma campanha on-line chamada Empate 2020 – Povos da Floresta na Luta contra Covid-19, que visa angariar verba para garantir a alimentação de famílias indígenas e extrativistas. Todo valor arrecadado será destinado à compra de álcool em gel, máscaras e alimentos, dando preferência para comércios locais. Os itens são os mesmos que o governo federal forneceria, se o presidente Jair Bolsonaro não tivesse vetado dezesseis dispositivos de um projeto de lei, o PL nº 1142/2020, que previa medidas urgentes de apoio aos indígenas na pandemia, como a garantia de atendimento médico, a entrega de alimentos e o acesso à água potável. (FERNANDES, Sarah in MST, 2020, recurso online)

Retomando as análises sobre os Povos da Floresta, um aspecto de representação de sua multiplicidade, pensando como centralidade a floresta Amazônica, diz sobre a categoria caboclo e cafuzo, que irá se relacionar diretamente com o processo de construção social brasileira, com a imigração e os demais reflexos da colonização, como o processo compulsório de miscigenação. De acordo com Gilberto de Souza Marques em *Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque*, “os governos do novo estado estimularam a formação de uma economia de subsistência e a miscigenação racial entre o branco e o indígena, originando o caboclo (ou cabôco) - o ribeirinho dos rios amazônicos” (2019, p.45).

Para além dessas considerações, em sua dimensão originária e pejorativa:

O caboclo não é só filho da miscigenação entre o índio e o branco: é também o índio deculturado subsequentemente que assumiu os padrões e os costumes do colono, inclusive pela conversão ao cristianismo, através do trabalho do missionário. No mesmo sentido, a miscigenação entre o índio e o negro deu origem ao cafuzo, que também assumiu os padrões e os laços culturais do colono, sob as ordens de quem trabalhava e, na linguagem regional, tornou-se também um caboclo (RIBEIRO *apud* MARQUES, 2019, p.46).

Desse modo, esse termo em sua origem representa o “abandono” da tradição, já que foi incorporado socialmente a partir de uma perspectiva pejorativa, como se houvesse de fato “[...] uma espécie de pacto no qual os índios aceitam as regras originalmente das relações de servidão, agora em forma de clientelismo” (GOMES *apud* MARQUES, 2019, p.46). Com o processo histórico, e com o fortalecimento da identidade indígena e com o resgate de memória e a organização da luta, há a construção de um novo sentido para as populações que se reconhecem e se organizam a partir dessa identidade. Em contraponto a essa primeira definição, o pertencimento caboclo para as populações ribeirinhas se

estabelece enquanto reivindicação real identitária que atravessa a dimensão pejorativa da origem da categoria, e se transforma em classificação de defesa para uma parcela dos povos da Amazônia, como afirma Marques (2019).

Isto posto, destaca-se que existe uma necessidade, cada vez maior, em destacar a heterogeneidade daqueles que compõem as Florestas. Inclusive este é um passo muito necessário para refletir a real necessidade de todos esses sujeitos que apresentam atravessamentos, particularidades e necessidades diversas. A partir disso, e da centralidade dada à resistência indígena neste trabalho, serão demarcados elementos de organização nacional, contemplados com a APIB (Articulação dos Povos Indígenas no Brasil), além de serem dimensionados alguns aspectos relacionados ao sentido da Terra e as principais reivindicações de algumas das 305 etnias indígenas com suas 274 línguas (IBGE, 2010, recurso online). Diante dos limites postos a este trabalho, irão ser apontadas as reivindicações das populações indígenas que estão com maior visibilidade durante o processo de construção do trabalho, avaliando as dimensões políticas e sociais possíveis.

3.2.1 Marcas da colonização e a persistência do sentido da Terra

Primeiro escravizados e depois catequizados à força, os indígenas precisaram construir estratégias de sobrevivência e organização, luta e enfrentamento, para resistirem aos ataques que se reatualizam com o avançar da história. Essa resistência reflete na capacidade de conseguirem realizar a manutenção de práticas, tecnologias, modos de vida, de relacionamento com a natureza, com a terra, com as águas e seus pares, que são patrimônio imaterial (e material) de cultura e saber. Como exemplo desse outro formato de relacionamento com a terra, Ailton Krenak, importante ativista e representante do movimento em defesa dos direitos indígenas e da natureza, aponta que:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, Ailton, 2020, p.6)

Essa outra dimensão do que é a Terra, em letra maiúscula como forma de representar sua centralidade, e de como é necessário relacionar-se com ela a partir da dimensão de unidade, é resistência histórica, permanente e necessária. A relevância dessa dimensão originária da terra, se constitui enquanto base para as dinâmicas de resistência, seus processos e enfrentamentos. Desse modo, é muito importante que esse trabalho aponte com clareza de que as dimensões aqui defendidas sobre o território vão muito para além do sentido mercantilizado atrelado à terra pelo sistema capitalista. Como aponta Nice Tupinambá, jornalista indígena do povo Kamuta Tupinambá:

A terra é mãe, é alimento, é sustento. Poluir, degradar, desmatar não é coisa dos povos tradicionais, porque vivemos e respeitamos a nossa terra, a Amazônia. E a Amazônia só vai sobreviver enquanto todos nós entendermos que devemos protegê-la. A Amazônia é a vida e nós indígenas garantimos a vida nela. Quando nós respeitamos a natureza, estamos garantindo a vida no planeta. (TUPINAMBÁ, 2022, recurso online)

O sentido da implicação coletiva da terra, entendida de modo integrado, a partir de uma relevância central para a existência humana, não apenas a Amazônia, como foi pontuada pela jornalista Nice, mas também de modo amplo e diverso, a terra garante a propagação da vida, a partir da relação entre ser humano e os bens naturais. De forma já antes mencionada, esse sentido originário é forçadamente transformado com a introdução de elementos que formam as bases do sistema capitalista brasileiro com o processo de colonização. O que implica reforçar, como essas estruturas e conjunturas impactaram, e de forma reiterada e histórica, persistem em deixar marcas gigantes na sociabilidade dos povos indígenas.

A relevância desse debate e da defesa da terra a partir desse sentido coletivo e transformador, se expressa na construção do fragmento de carta escrita por Ailton Krenak para o livro *Cartas Para o Bem-viver* (2020), com o título de “De Ailton Krenak para quem quer cantar e dançar para o céu”

A ideia da terra como nossa mãe é muito repetida entre nós, indígenas. A poética expressa nessa imagem da mãe-terra pode ser até ingênua para alguns, mas ser filho da terra é aprender que estamos em relação com todos os outros seres sagrados que constituem o mundo. Se esse giro de forças pudesse ser pensado não como ingenuidade nossa, mas como nosso modo de agir no coletivo, provavelmente não seríamos nós, os indígenas, os povos

sem o lugar de viver e o lugar de morrer na grande história do mundo. (KRENAK, Ailton apud COSTA; XUCURU-CARIRI, 2020, p.20)

Desperta e reforça a concepção de como esse sentido sobre a terra foi de fato deturpado e cooptado pelo sistema colonial-capitalista, a partir de uma perspectiva desorganizada e desconexa de um viver coletivo e voltado para a existência pacífica com os bens naturais e o território. Como compreender, portanto, o impacto que a influência da destruição colonialista teve em relação à vivência cotidiana dos povos indígenas? O trabalho em questão tem como intenção apontar, para além do reconhecimento de um impedimento de acesso democrático à terra, como se constroem as bases para a execução desse processo contínuo, e o que isso verdadeiramente impacta na existência coletiva dos povos aqui elencados. Sobre a captura das terras, complementa Krenak que:

Essa lógica que o Ocidente criou de demarcar território, de enquadrar as formas de vida dos povos originários causou danos irreversíveis às nossas formas de estar no mundo, danos que se repetem por falta de um bom encontro que possa reconciliar essas perspectivas de mundo em disputa. Pensar o mundo pela lógica das disputas virou a razão da humanidade, como se essa ideia tivesse uma natureza própria. Em outras palavras, o verbo disputar virou verbo vida, passou a nomear o princípio das coisas do mundo. Mas como estar além da violência que confirma todos os dias o equívoco da narrativa que diz que o mundo foi criado para nos servir e que nós estamos aqui para incidir sobre ele? Como estar além? Como deixar de acreditar no mundo como uma plataforma extrativista? Como escapar desse vírus gigante homo sapiens, essa bactéria que come o planeta? (KRENAK, Ailton apud COSTA; XUCURU-CARIRI, 2020, p.21)

Adalberto Martins, a partir do livro “A Questão Agrária no Brasil: da Colônia ao governo Bolsonaro” (2022), aborda elementos fundamentais para entender o processo de extermínio dos povos indígenas e a destituição de suas terras enquanto aspectos demarcados na história brasileira, e que encontraram maneiras de reatualização e “modernização” até os patamares atuais, apontando para uma ininterrupta violência. A resistência indígena, portanto, enfrentou no percurso histórico diversos momentos de embates e enfrentamentos com o sistema colonial, de modo geral, e com os abusos e saques realizados no território brasileiro como um todo.

O estabelecimento de povoados e de engenhos de açúcar nesse início de colonização portuguesa com uso da mão de obra

escravizada de indígenas implicou fortes lutas e resistências dos povos que aqui viviam. Muitos foram os conflitos ocorridos ao longo do século XVI, envolvendo, por exemplo, os tupinambás na Bahia (1549) e no planalto paulista (1562); os goitacazes no Rio de Janeiro (1534); os tobajaras em Pernambuco (1547); e os tamoios no litoral carioca (1567) e paulista (Santos e São Vicente); os tupiniquins em Ilhéus/BA (1557); os aimorés no sul da Bahia (1568); os potiguara na Paraíba e no Rio Grande do Norte, entre as décadas de 1580 e 1590, e os Guarani sobretudo na região antes pertencente à Espanha (PREZIA, 2017 apud MARTINS, 2022 p. 37-39)

É importante sinalizar que a sociedade indígena que constituía e guiava o território pré-colonização, é extensa e diversificada. Adalberto (2022) acrescenta uma observação notória e importante para entender o tamanho dessa dimensão e o impacto que a violência colonial causou para a disseminação de diversos povos, culturas, modos de lidar com a terra, modos de sociabilidade, formas de pensar e ver o mundo, que vão muito além do que simples mortes. O genocídio indígena corresponde a uma tentativa de estancar possibilidades diferentes de se relacionar com a terra, de frear um processo histórico e ancestral que os povos construíam no mundo onde a centralidade econômica e social ainda não era o povo europeu.

Estima-se que cerca de 5 milhões de indígenas habitavam aqui, sendo 3 milhões na Amazônia, outro 1 milhão englobando os tupinambás, vivendo em toda costa brasileira e outro 1 milhão distribuído em 150 povos, a grande maioria considerados tapuias. Ao final do período colonial, estima-se que restassem 600 mil índios, contabilizando os aldeados e ex-missionizados aos livres e autônomos (GOMES, 1988 apud MARTINS, 2022, p. 37. nota de rodapé 50)

Para além do extermínio, os indígenas ocuparam em grande expressão o lugar de mão-de-obra explorada para a construção das bases do Brasil. Apesar de que, pelo grande conhecimento do território e das matas, a resistência indígena conseguia ser grande diante desse processo. Ainda sobre a exploração inicial das terras, que constituem os primeiros degraus para o monopólio territorial, destaca-se como esta contou com um auxílio crucial dos bandeirantes para assegurar a eficiência da “conquista” e do “avanço”. Avanço esse de destruição e morte, abertura de terreno e mata para a produção da monocultura e para a exploração dos bens minerais que foram altamente extraídos e roubados pelas coroas europeias. O movimento dos bandeirantes representa um elemento crucial de exploração da terra e aprisionamento dos corpos, já que representava as

[...] expedições militares compostas por homens livres, escravos e indígenas aliados organizados por bandeirantes, que entraram no interior de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, chegando ao Rio Grande do Sul, na busca por pedras preciosas (ouro e prata) - encontradas em Minas Gerais e Mato Grosso -, bem como para saquear e aprisionar indígenas. Os bandeirantes eram descendentes de primeira ou segunda geração de portugueses em São Paulo, e eram os capitães das Bandeiras, que chegavam a contar com 270 homens. (MARTINS, 2022, p.40)

A caravana mortífera se espalhou pelo Brasil, se multiplicou feito praga em plantação fértil, movimentou as estruturas do comércio internacional que garantiu o enriquecimento da colônia e o sucesso do processo de colonização. As bases instauradas nesse período foram essenciais para a movimentação econômica e social da desigualdade, do racismo, da desapropriação de terra, da exploração negra e indígena, da instalação de uma mercantilização do campo e dos bens naturais, da construção de uma sociabilidade que mudou para sempre o rumo da história.

O impacto da colonização espanhola e portuguesa nas populações originárias foi profundo. No início da ocupação portuguesa na costa africana, em 1420, estimava-se que a população originária na América fosse de 50 milhões de habitantes. Em 1600, a estimativa indicava a existência de somente 10 milhões, revelando a trágica política colonial de extermínio dos nossos povos originários. (GOMES, 2019 apud MARTINS, 2022, p. 42)

3.2.2 Resistência indígena: uma análise da construção da luta indígena e seus principais enfrentamentos

Pensar a história de resistência indígena, para além dos aspectos até aqui mencionados, que incorporam a colonização europeia e seus reflexos, considera-se relevante abordar outro momento histórico brasileiro, já no avanço de muitos anos, em que se construiu uma nova forma de adentrar a Amazônia, e conseqüentemente, interferir na sociabilidade dos povos que ali se estabeleciam. No período da ditadura Vargas havia propagandas e divulgações a respeito da necessidade de ocupar o território amazônico, como se não houvesse famílias e diferentes comunidades, organizações e aldeias estabelecidas na imensidão do território. “A Marcha para o Oeste (1938) representou, de forma mais sintomática, essa tentativa do governo varguista de impulsionar a ocupação e o povoamento das regiões fronteiriças ao oeste do litoral brasileiro.” (SANTOS, 2019, p.461).

Para além do apagamento dos sujeitos coletivos existentes na região, contemplando uma diversidade imensa de povos da floresta, havia sido instaurada uma dinâmica de ampliação da região para a produção industrial, desenvolvimento econômico, e conseqüentemente, abertura maior para a entrada de garimpeiros, estabelecimento de postos de mineração, e destruição da floresta para o engrandecimento do agronegócio na região. Ademais, o segundo governo de Vargas (1951-1954) contou com o estabelecimento do “Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)” (SANTOS, 2019, p.461), que representava uma intensa infiltração sob as terras amazônicas, contando, inclusive, com financiamento estatal.

Prosseguindo com as atuações anteriores, Juscelino Kubitschek (1956-1961) instaura duas importantes instâncias que investiram nos empreendimentos capitalistas da região, que são expressos pela “[...] construção da rodovia Belém-Brasília e a criação da Zona Franca de Manaus.” (SANTOS, 2019, p.461). De modo contínuo, na década de 70, ocorre um momento que impacta diretamente o imaginário popular acerca da Amazônia, ao mesmo tempo que abre cada vez mais espaço para a descaracterização do funcionamento orgânico e natural com o território. Essa dimensão tem início, nesse período histórico, no reforço da ideia de que ainda não existiam pessoas vivendo nas terras da Amazônia, o que implicava em desconsiderar uma imensa diversidade de povos e comunidades que ali resistiam e cuidavam da natureza ao seu redor. “Em 1970, o Governo Médici promete terras para homens sem terras. A Amazônia ocupa o lugar do Paraíso.” (MORBACH, 2001, p.2).

No começo da década de setenta, a Amazônia foi palco do mais ambicioso projeto de colonização agrária da história do Brasil República. Com o objetivo de fixar à terra 100.000 famílias de trabalhadores rurais, militares debruçaram-se sobre o mapa da região e configuraram uma estratégia. Naquela estratégia desenhou-se um lugar e elaborou-se as idéias centrais do projeto de colonização. Era uma Amazônia sem homens para os homens sem terra do Nordeste e Centro-Oeste. [...] Conceitos como “vazio demográfico” e “terras sem homens” ocuparam o imaginário coletivo, estabelecendo estreitas relações entre as metas de ocupação dos militares e os desejos das populações rurais. O tempo, rapidamente, desvelaria as reais intenções da ocupação. Elas se distanciariam, diametralmente, dos ideais de propriedade privada da terra, elaborados para os trabalhadores rurais, e retornariam à histórica

política de exclusão a que são submetidas as populações rurais, no Brasil. (MORBACH, 2001, p.1-2)

Este projeto de “integração nacional” consistia, também, em um incentivo para o envio de força de trabalho barata para a região que se expandia economicamente, e conseqüentemente demandaria de esforços humanos para a execução de sua exploração, já que nas bases de todo grande empreendimento se encontra uma vasta gama de trabalhos precarizados, arriscados, desumanos, e em modelo de escravidão.

Esse sentido de integração da Amazônia tem, pela via tecnológica, um campo frutífero. É muito interessante constatar a quantidade de imagens aéreas que são veiculadas em qualquer reportagem sobre a Amazônia, assim como os tratores e demais maquinários utilizados nas aberturas de estradas. Essas imagens estão presentes em inúmeras publicações, desde os informativos de associações comerciais, até as grandes revistas de circulação nacional. Esse conceito, na propaganda de ocupação, constrói o real. A elaboração do sentido de homogeneidade, como efeito do real, aparece na fotografia do período. Esse sentido é bastante significativo; à partir de uma fotografia aérea da Amazônia é possível incorporar a qualidade de homogêneo à paisagem, pelo fato de que todas as partes ali se apresentam idênticas, aqui e ali entremeadas pelos rios, simples traçados de um mapa. Além disso, a própria configuração da foto passa a impressão de infinitude, já que não é possível traçar limites entre o que é, ou não, floresta (falando sobre a existência concreta de diversidade de vida), ficando apenas a visão de uma grandeza incomensurável. (MORBACH, 2001, p.4)

Interessante constatar como essa lógica incutida no imaginário brasileiro contribui para um constante distanciamento dos povos indígenas, da importância do território amazônico para a subsistência destes, e de como se dá a importância de preservar essa região. Tudo fica deturpado e é inteiramente consumido pela ótica do vazio e da necessidade de ocupação, mas uma ocupação que não se refere à uma lógica de acesso democrático à terra por parte dos povos historicamente injustiçados nesse país. O que está em pauta, na verdade, é a análise de onde o capitalismo ainda não havia colocado por completo seus tentáculos, portanto, como seria possível executar com êxito um projeto de mercantilização das terras da floresta e exploração de mão de obra barata e descartável.

Todas essas categorias mencionadas auxiliam na decodificação dessa imagem indígena, sempre colocada à margem, sempre longe dos interesses nacionais e da compreensão social. A luta dos povos indígenas por muito tempo foi

uma luta invisibilizada e realizada apenas por suas próprias mãos, sem muito apoio de outros setores da sociedade, mas isso nunca provocou sua extinção, muito pelo contrário, diversos enfrentamentos persistiram nesse processo até o cenário atual.

O movimento indígena, portanto, encontra-se permanentemente combativo, desde o contexto da Confederação dos Tamoios e da Guerra dos Bárbaros e dos Guaranis, por exemplo, até os inúmeros embates recorrentes no cenário atual como os enfrentamentos contra a evolução do garimpo ilegal em diversas partes da Amazônia dando destaque para as áreas dos povos Yanomami e Ye'kwana, possíveis de serem compreendidos no relatório “Cicatrizes da Floresta: Evolução do Garimpo Ilegal na TI Yanomami em 2020” (Sistema de Monitoramento de Garimpo Ilegal – SMGI, 2021).

A análise demonstra a consolidação de uma tendência de aumento da degradação na Terra Indígena Yanomami. Ao final de 2020, somavam-se 2.400,00 hectares de área degradada na Terra Yanomami. Desse total, 500 hectares foram registrados entre janeiro e dezembro de 2020, um aumento de 30%, com um crescimento mais pronunciado no primeiro semestre. Analisados por macroregião a partir das calhas dos principais rios da TIY, os dados indicam que a atividade garimpeira disparou nas bacias dos rios Mucajá, Uraicoera, Catrimani e Parima. Entre as regiões administrativas da TIY afetadas pela atividade, Waikás lidera o ranking com cerca de 35% do total degradados, seguido de Kayanau, com 23%, e Aracaá, com 17%. (HUTUKARA Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2021, p.3)

Ao tratar da importância das articulações para o enfrentamento de constante ameaça à vida nas florestas, é necessário pontuar sobre a APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, criada em 2005, enquanto maneira necessária de organizar e articular a nível nacional os indígenas. “Em sua missão está a promoção e defesa dos direitos indígenas, por meio da articulação e união entre os povos e organizações indígenas das distintas regiões do país” (GUAJAJARA, 2021, p.18). O livro “Uma anatomia das Práticas de Silenciamento Indígena”, coordenado por Sônia Guajajara, ilumina assuntos extremamente necessários sobre os enfrentamentos dos povos indígenas, destacando casos reais acerca de diversas criminalizações e assédios sofridos por lideranças indígenas em diversos lugares do país. Esse relatório esclarece a atualidade e constância dessa violência, numa impiedosa tentativa de extermínio e silenciamento, acompanhada de uma necessidade do

capital de se apropriar dos territórios possuídos por esses povos, para um movimento de degradação da natureza e absorção de lucros. Para tanto,

O movimento indígena articulado pela APIB reivindica ante o Estado Brasileiro, sobretudo, o atendimento de demandas fundamentais para a democracia como o cumprimento de convenções e declarações internacionais de direitos humanos dos povos indígenas e meio ambiente, bem como a implementação das garantias de direitos reconhecidos nacionalmente. A exemplo, destacamos o direito à autodeterminação e à consulta livre, prévia e informada, a titulação jurídica e proteção das terras indígenas, implementação efetiva de políticas públicas diferenciadas (saúde, educação, gestão territorial e sustentabilidade), além de mecanismos eficazes para a participação e controle social pelos povos indígenas. (GUAJAJARA, 2021, p.19)

A luta pelos direitos da população indígena não é atual, o mesmo relatório aponta que a construção desse enfrentamento histórico tem pequenos frutos que são extremamente recentes diante da linha do tempo dos direitos no Brasil. Isso significa que os direitos da população indígena que dizem respeito à dignidade de vida, saúde, alimentação, capacidade de conduzir e decidir sobre seus próprios territórios, de gestar a vida, cuidar da terra, são direitos arrancados das vivências das aldeias e dos próprios indígenas que vivem nas cidades, sendo essa uma experiência que extrapola os limites nacionais e encontra semelhanças em outras realidades de povos originários. Dessa forma, considerar que a Terra para os povos indígenas se constitui como coisa única, de relação, como parte do corpo, assim como aponta Krenak (2020), e considerar os abusos da exploração sobre essa Terra, é pensar em uma violação que se expande para diversas dimensões. Violam-se o corpo físico e o espírito, violam-se o ecossistema, a casa, o mundo e as crenças, violações dolorosas que deixam marcas profundas e particulares para a vivência de cada um desses povos.

Na ciência da sociedade Ikpeng, todos os seres têm vida. A pedra é um ser que aparentemente não tem vida, mas na verdade é viva. Se não tivesse vida a pedra não existiria e não atrairia muitos peixes que ficam ao seu redor. Na nossa sociedade tem regra para quem tem filho pequeno, a pessoa não pode subir em cima da pedra, porque ela é uma casa dos espíritos dos peixes e de outros seres. A pedra pode ser muito perigosa, porque o espírito dela pode pegar a criança para ela. A praia também tem vida, tem seu espírito muito forte, por isso ela não desaparece e nada de um lugar para outro.

Ela é traiçoeira, ela atrai vários espíritos. A natureza tem vários tipos de ecossistemas porque existe vida e espíritos diferentes em cada local. Por isso cada ecossistema tem a cor de terra diferente, os tipos de mato são diferentes, assim como entre os seres humanos existem pessoas gordas, altas, magras, baixas, cada um com sua vida e espírito. (TRONCARELLI, *et al*, 2005, p. 34)

A natureza construída pelas simbologias e sentidos, essa Terra que é tão viva e tão desrespeitada pela exploração dos povos colonizadores, é centralidade para o debate do trabalho em questão, que pretende apreender um pouco dos diversos sentidos que a terra tem para os povos da floresta, da terra e das águas, e discutir como que se dá historicamente a falta desse pleno pertencimento político dos povos que se constroem a partir da própria natureza, mas que delas não podem desfrutar. Ainda como é demonstrado por Guajajara (2021) a respeito dos desafios políticos dos indígenas no Brasil, tem-se que:

[...] há menos de quarenta anos os indígenas não podiam sair das suas aldeias, da sua casa, sem pedir autorização do órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Ser indígena era, por lei, proibido de ir e vir, castigados por falarmos suas línguas maternas, obrigados a trabalhos forçados. Aquele que teimasse e falasse sua própria língua, quando não morto, tinha sua língua cortada. Como vocês sabem, os militares desse país, sempre se esforçaram bastante para aniquilar não só os corpos indígenas, mas as almas e ainda destruir todos os nossos ecossistemas, aniquilando culturas, insistindo em impor vestimentas, ensinando as mulheres a costurar e os homens a plantar. “Os índios precisam ser úteis para a nação”, diziam. Era assim que nós, indígenas, éramos tratados. Apesar de todos os avanços democráticos que se seguiram com a Constituição de 1988, que conseguiu minimizar o autoritarismo militar e trouxe a esperança de direitos coletivos, a gente vê esse discurso voltar. Aos poucos, voltam os militares para os postos de governo e, com eles, seus discursos e práticas da ditadura e do colonialismo. (GUAJAJARA, 2021, p.13)

Afirma-se mais uma vez, portanto, como a relação para com os povos indígenas originários é historicamente pautada em marginalização, extermínio, quando não em fetiche e abusos sexuais. Como pode ser destacado ainda em “Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena” (GUAJAJARA, 2021) um único lugar é dado para os indígenas, uma “cartilha da inclusão branca”, em que é demandado uma série de comportamentos, posicionamentos e ações por parte dos

povos para que sejam inseridos, ainda que de maneira completamente excludente, na sociedade. Aqueles que ficam submissos aos mandos dos brancos, podem ser considerados “bons selvagens”, tendo ainda que serem coniventes à exploração das terras, ao uso de agrotóxicos, apoiando o agronegócio, ou seja, se colocando contra sua própria existência viva. Para aquele povo combativo, que luta pela preservação da natureza, que luta contra o lucro do grande capital, resta apenas “criminalização e exclusão, isso quando não é assassinado”. Essa exclusão também está relacionada ao encarceramento dessa população, provocando que “[...] entre os anos 2005 a 2019, a população indígena encarcerada aumentou em 500%, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública [...]” (GUAJAJARA, 2021, p.20).

Com a entrada do governo Bolsonaro (2018-2022), o cenário de violências contra a população indígena aumentou exponencialmente. A fala do Cacique Babau confirma essa afirmativa:

O Brasil é muito claro, primeiro tenta todo mundo corromper nós [...] as ameaças de morte, começou a vir pra mim através de policiais que se diz contratado por fazendeiro ou como na entrada do governo Bolsonaro que foi bem terrível, quando fui informado que meu assassinato estava planejado e que a ordem viria de Brasília [...] as ordens de matar não para. - Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido como Cacique Babau, possui 46 anos e é uma liderança indígena da terra Tupinambá de Olivença, cacique na aldeia Serra do Padeiro desde 2003. Sua criminalização está intrinsecamente relacionada com sua luta pela demarcação da terra indígena, ainda não finalizada pelo governo brasileiro. (GUAJAJARA, 2021, p.49)

Analisar, portanto, como a falta histórica de uma democracia da terra afeta o cotidiano dos povos originários da floresta, é imprescindível para entender a relação de forças que se estabelece no âmbito do agronegócio, da exploração desenfreada da natureza e da acumulação absurda de lucros por parte dessa burguesia. Deste modo, pensar o desenvolvimento desse setor na sociedade, que consegue se inserir inclusive no Senado Federal, levando suas pautas de aumento de enriquecimento privado para dentro das discussões políticas, demanda, necessariamente, um extermínio da luta coletiva pela terra, dos bens naturais e de seus verdadeiros donos, os povos originários, povos indígenas. Colocar-se contra esse projeto de morte desenvolvido pelo agronegócio é, necessariamente, posicionar-se a favor da

agricultura familiar, de subsistência, do uso coletivo da terra, da proteção da natureza e dos bens naturais, e principalmente, a favor da luta indígena por direitos de vida, pelo direito à terra e pela reafirmação de serem os verdadeiros donos da floresta.

3.3 O QUILOMBO COMO ESTRUTURA DE RESISTÊNCIA: O DESTINO PÓS-ABOLIÇÃO, VIDA E TRABALHO NA PERIFERIA E O AQUILOMBAR-SE

A marca colonizatória deixada na população negra brasileira se constitui enquanto forma de atravessamento histórico do extermínio e exploração que pessoas trazidas à força do continente Africano, e seus descendentes, sofreram e ainda sofrem no território. O que se encontra das marcas desse período conduz e determina o destino social imposto para essas pessoas, que assim como já foi mencionado, está atrelado a uma não garantia de cidadania e muito menos do entendimento democrático e igualitário. O povo negro, portanto, se depara com um cenário que lhes conduz à desigualdade, à discriminação e à eterna associação dessa marca que não foi apagada.

Desse modo, por mais que o trabalho tenha em sua dedicação o aspecto de resistência dos quilombos enquanto forma de territorialização e pertencimento, não é apenas desse espaço que se ocupam as populações negras. O destino pós-abolicionista que não garante a cidadania para pessoas negras, é o mesmo que não permite a manutenção deste nos centros das cidades, provocando a construção de suas residências em condições afastadas e isoladas da dinâmica social central, nas favelas e periferias.

Assim, considerar o quilombo (espaço transmutado), o cortiço e a favela como formas espaciais de resistência ao poder constituído é restabelecer a lógica das classes populares, tornando os ocupantes desses espaços como sujeitos responsáveis pela história sócio-espacial das cidades. Para contraporem tal situação, as classes dominantes percebem os grupos pobres como indivíduos que vivem no limite da marginalidade, passíveis de serem tratados como uma questão de polícia e nunca como uma questão social. (CAMPOS, 2010, p.66)

O autor Andreilino Campos (2010) constrói a categoria de reflexão a respeito de como o sentido da marginalização permaneceu atrelado tanto aos quilombos no contexto de sua maior emergência, como também às periferias em sua constituição

e totalidade, podendo ser percebida socialmente desta maneira até os dias atuais. Pontua-se, enquanto forma de análise, a importância da territorialização e da democracia também no espaço urbano, nas periferias e favelas, já que nem este foi garantido para essa população que está sujeita à desigualdade e à precarização, apenas por sua condição ancestral. Destaca-se, desse modo, antes de aprofundar um pouco mais sobre a resistência quilombola enquanto formação social-política ligada diretamente à terra, sobre o aquilombamento construído nos territórios periféricos e como isso também precisa ser entendido enquanto formato de resistência e luta da população negra.

O aquilombamento que será discutido a seguir é sobre este sentido de pertencimento e coletividade que não se limita apenas à vida no campo, mas que também está atrelada à coletividade, ancestralidade e ao território de modo geral. O trabalho e a manutenção da vida nas periferias dos grandes centros, apesar de serem num primeiro momento o único destino possível àqueles rejeitados pelo sistema, ainda sim sempre foi terreno fértil para a produção de ciência, cultura, resistência e para a construção de laços sociais, para a manutenção da ancestralidade e de fato se ressignifica em seu sentido mais amplo de pertencimento, que realizam a manutenção da memória e dão sentido à suas vivências.

3.3.1 O Quilombo como estrutura de resistência à escravidão e à monocultura

Pensar a resistência aos processos de uso, posse e apropriação da terra nos moldes excludentes de sua coletivização, e voltados para a ampliação da monocultura, se torna essencial na construção desse trabalho. A prática policultora é deveras fundamental para a sobrevivência da diversidade alimentar, e como já foi demonstrado acima, o sistema que se volta para a produção focalizada e em massa, para a apropriação privada e limitada da terra, se constitui enquanto forte ameaça para a produção familiar e para a permanência de modos de utilizar a terra e a natureza, que são históricos e constitutivos das relações de povos originários e povos advindos da diáspora africana, no que pode ser entendido através da categoria de metabolismo social anteriormente explicitada.

O etnólogo brasileiro Edison Carneiro (1958) aponta que no contexto de colonização, um dos movimentos de resistência à exploração europeia era o da “fuga para o mato”. Dá-se a essa movimentação uma das formas de constituição dos quilombos, que se mostram enquanto espaço de agrupamento e que “[...] apresentam uma fisionomia comum – tanto nos motivos que impeliram os negros para o recesso das matas como na organização social e econômica resultante da vida em liberdade” (CARNEIRO, 1958, p.13). Desse modo, muito além de mero refúgio, os quilombos são espaços de resistência, experiência de inserção e sociabilidade que se opõem aos moldes hegemônicos e excludentes de sociabilidade que podem ser vistos reatualizados no capitalismo.

O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombolas estava tão próximo do tipo de organização então dominante nos Estados africanos que, ainda que não houvesse outras razões, se pode dizer, com certa dose de segurança, que os negros por ele responsáveis eram em grande parte recém-vindos da África, e não negros (...) nascidos e criados no Brasil. Os quilombos, deste modo, foram - para usar a expressão agora corrente em etnologia - um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos. (CARNEIRO, 1958, p.13-14)

Outrossim, a constituição dos quilombos sempre foi grande responsável para a histórica resistência e manutenção da policultura como prática de cuidado com a terra, com a alimentação saudável e com a diversidade alimentar, ao contrário do que hegemonicamente era, e ainda é, construído e investido na realidade brasileira com a forçada monocultura – e uso do latifúndio – para a produção de produtos primários para a exportação. Desse modo, a organização social dos quilombos constrói ainda hoje formas densas de oposição à exploração, ao lucro exacerbado do sistema capitalista, mantendo formas tradicionais e saberes africanos ancestrais de cuidado e relação com a terra e com a comunidade, e por isso pontua-se, também, enquanto relevância estrutural para o debate da terra no Brasil.

A terra se vincula ao sentido de territorialidade, pertencimento e identidade. Para os habitantes das comunidades quilombolas, a posse da terra constitui um mecanismo que faz surgir os laços familiares e as relações que se desenvolvem no território, sendo responsável pela permanência das pessoas na localidade. É dela e é

nela que os moradores vivem e lutam. Para esses moradores, a terra não é valor de troca, pois ela pertence ao grupo e é dela que eles sobrevivem. A terra é o único bem desses sujeitos sociais e representa a sua identidade. A terra concretiza as relações de trabalho e de sobrevivência. (MIRANDA, 2013, p.257-258)

No artigo “Agricultura de Sustentação sob os olhares de Josué de Castro” a autora Sirlândia Schappo realiza uma análise sobre a forma como o autor trabalha a categoria em suas obras. Como destaque a um dos trechos que dizem sobre essa dimensão de resistência e preservação da vida, Josué aponta que “[...] o negro nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor à terra e às plantações, apesar da brutalidade com que fora arrastado de sua terra, com todas as raízes culturais violentamente arrancadas” (CASTRO, 1946, p.114 apud SCHAPPO, 2012, p.91). Essa citação coloca uma reflexão acerca da capacidade que os povos negros que foram brutalmente escravizados – e como consequência os que descendem e se avivam neles – tiveram de manter com tanta lucidez e intensidade, a memória-viva. Não é memória apenas por capacidade de lembrança, não é memória pela quantidade de registros, é memória histórica, constitutiva, que orienta-se em embasar a vivência no mundo, alimenta o corpo e a alma, transmite conhecimento e tradição, é essa memória resgatada aqui.

A relação com a terra a partir dessa dimensão originária, central da relação humana, é elemento constitutivo e basilar para todos os movimentos e organizações rurais que pretendem enfrentar a sociedade capitalista e sua forma de destruição dos bens naturais. Aquilombar-se seria, portanto, resistir em comunidade, encontrar-se na sociabilidade e troca, na produção natural, na divisão de tarefas e na partilha com os demais, é esse fenômeno de tradição histórica de povos originários e trazidos pela diáspora africana, que encontram-se os remanescentes de sua resistência ainda hoje em diversos territórios espalhados pelo Brasil. A organização quilombola nacional CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) expressa, portanto, como se estrutura esta organização enraizada, e reafirma sobre a importância coletiva desses quilombos no cenário nacional.

O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas

africanas, sob todos êstes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar, - uma síntese dialética. (CARNEIRO, 1958, p.24)

Interessante destacar como a relação com os quilombos, ou com toda e qualquer produção ainda hoje exercida por esses povos e organizações historicamente explorados e destruídos, não muda tanto no processo da história. O autor Edison Carneiro ainda em sua obra “O quilombo dos Palmares” (1958), ao fazer a articulação sobre os quilombos no contexto da escravidão e sua crise, para depois aprofundar mais sobre a experiência de Palmares, destaca um aspecto importante de ser analisado a respeito da relação entre àqueles que se utilizavam da produção voltada para a monocultura para com os próprios quilombos:

As vilas vizinhas, entregues à monocultura ou sujeitas à precariedade da lavoura de mantimentos, socorriam-se dessa atividade polimorfa dos negros aquilombados. Os frutos da terra, os animais de caça e pesca, a cerâmica e a cestaria dos negros trocavam-se por ferramentas industriais e agrícolas, roupas, armas de fogo e outros produtos de manufatura. (CARNEIRO, 1958, p.22)

O pequeno trecho escancara uma dimensão que não pode ser esquecida no percurso deste trabalho. A associação dialética e contraditória da relação no campo, atravessada pelo monopólio da monocultura, impactada pela repressão da agricultura familiar, que causa graves disputas e lutas sobre o uso dessa terra, e que se esbarra em uma dimensão fundamental: a humanidade necessita da diversidade produtiva. Justamente partindo deste aspecto central que entende-se que a população negra foi a grande responsável para que a diversidade alimentar permanecesse viva, é sobre isso que o trecho em questão se trata. Ao mesmo tempo em que há uma necessidade em consumo de alimentos saudáveis e diversos para a sobrevivência – estes que não incluem o que a monocultura produz, como: soja, milho, algodão e cana-de-açúcar – há um movimento de extinção dos responsáveis por fazerem a manutenção da alimentação no Brasil, e isso é extremamente atual e cruel.

3.3.2. CONAQ e o sentido da Terra para os Povos Quilombolas

Para abordar a luta nacional quilombola no Brasil compreende-se como necessário pontuar a centralidade do CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) para a sistematização do

enfrentamento e para uma representação ampliada do movimento quilombola. Compreende-se, a partir disso, a relevância em dimensionar e caracterizar o lugar da terra para esses povos, entendendo o motivo desta para a caracterização de suas lutas.

O movimento quilombola, organizado em nível nacional a partir de 1995, traz a retórica identitária como um elemento central de suas reivindicações e do estabelecimento da coesão de grupo. A partir dessa identidade étnica, os quilombolas construíram sua linha central de luta que é a defesa de seus territórios. São critérios político-organizativos que estruturam essa perspectiva de pertença étnica. (Definição CONAQ, [s.d.], recurso online)

A terra dimensiona fator extremamente central e basilar para a conformação dos quilombos, seu uso e a consequente subsistência a partir disso, demonstram que há uma necessidade contínua e um dever social pela demarcação efetiva dos quilombos, já que estes representam a alma e o sentido de existência dos sujeitos a ele pertencentes. De forma central e simbólica, “a palavra quilombo é originária do idioma africano Quimbunco, que significa: sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupo étnicos desenraizados de suas comunidades” (Definição CONAQ, [s.d.], recurso online), e por isso representa importante aspecto histórico e social para o Brasil e seus povos.

Os objetivos da CONAQ é lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela em harmonia com o meio ambiente. (Definição CONAQ, [s.d.], recurso online)

O trecho acima retirado do site oficial da Coordenação Nacional representa o sentido e necessidade desta luta ampliada e coletiva. A importância da defesa do território quilombola representa, entre muitas dimensões, um reparo histórico que sistematiza um conjunto de resistências e formas de sobrevivência e organização, sociabilidade e modos de viver, cuidado e manejo com a terra, que compõem a história de diversos sujeitos descendentes de povos Africanos.

O Território Remanescente de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afro descendente no Brasil, fruto das várias e heróicas resistências ao modelo

escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica. [...] Além de oriundos dos antigos quilombos de escravos refugiados é importante lembrar que muitas das comunidades foram estabelecidas em terras oriundas de heranças, doações, pagamento em troca de serviços prestados ou compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição. (Definição CONAQ, [s.d.], recurso online)

O quilombo se constitui enquanto respiro, modo de ser que escapa das amarras coloniais e consegue se assentar a partir de alianças comunitárias que não se constituem pela via da opressão e da violência colonialista. Representa uma essência de cultivo ancestral de tudo aquilo que constitui pessoas pretas e pardas em sua mais potente forma. O quilombo representa tudo aquilo que o colonizador tenta desfazer e apagar no percurso da história, representa a ciência contra-hegemônica, as religiões não-cristãs, a agricultura de sustentação, a forma de vida cultural de povos não-brancos. Desse modo, resistir e aquilombar-se demonstram que existe um movimento de persistência e luta dos povos que vão na contra-mão de todas as injustiças e violências construídas pelo colonialismo e reiteradas pelo capitalismo.

Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto-atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. [...] A chamada comunidade remanescente de quilombo é uma categoria social relativamente recente, representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar ao meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé. (Definição CONAQ, [s.d.], recurso online)

A Constituição Federal de 1988 representou importante avanço no processo de demarcação e definição de terras quilombolas, porém, apenas com o Decreto Federal Nº 4.8878, promulgado durante o governo Lula em 2003, que foram efetivadas as possibilidades de legitimação dos territórios quilombolas. “[...] Foi concedido a essas populações o direito à auto-atribuição como único critério para identificação das comunidades quilombolas, tendo como fundamentação a

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [...]” (Definição CONAQ, [s.d.], recurso online). Para além de representar importante avanço em termos técnicos, representou uma mudança de paradigma em relação às terras quilombolas e os povos que constroem esse território, ao passo que

A partir do texto do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 transcrito acima, o termo quilombo assumiu um novo significado, não mais atrelado ao conceito de grupos formados por escravos fugidos. Hoje, o termo é usado para designar a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravizados; de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravizados organizados em quilombos. Nesse contexto, os quilombos foram apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das “terras de uso comum”, categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional. (Definição CONAQ, [s.d.], recurso online)

Constata-se importante reforçar a humanização em relação à diversidade dos povos que é alcançada com a Constituição de 88, que não apenas representava o resultado do conjunto de enfrentamentos trilhados por todos os sujeitos coletivos que estavam construindo sua resistência e passando por um momento de intenso tensionamento e terror com a Ditadura civil-militar, mas também inaugura uma dimensão inédita no Estado brasileiro, com a presença de um aparato constitucional cidadão, humano e plural. Faz-se necessário considerar que a conquista desse período precisou de muito chão e muita luta até ser atingido seu espaço a nível nacional. Isso aponta, também, para um aspecto essencial de qualquer luta e organização política, a força coletiva, a união. Em relação a este aspecto, referente à dimensão de comunidade para a constituição da resistência, os quilombos e quilombolas apresentam um elemento essencial para o reconhecimento e permanência de seus enfrentamentos: a irmandade.

A ideia de irmandade, de união entre as comunidades quilombolas das mais distintas e longínquas localidades é ressaltada na teia de relações e compartilhamentos existentes entre as comunidades, e é uma questão presente em diversas narrativas de lideranças quilombolas. Esse ponto constitui-se como fundamental para a construção da luta comum, que tem como principal ponto a luta pelo direito à terra. (SOUZA, 2013, p.5)

É a partir desta conexão, de irmandade, que o CONAQ se organiza em sua comunicação com os mais diversos povos quilombolas das diferentes regiões do Brasil. Essas relações organizam e conectam todas as comunidades quilombolas pertencentes e identificadas até então, que não correspondem ainda a um número exato por existirem comunidades ainda em processo de identificação e reconhecimento, mas de acordo com o IBGE, existe uma estimativa calculada em 2019 que corresponde a um total de aproximadamente “5.972 localidades quilombolas, divididas em 1.672 municípios brasileiros [...] O Nordeste é a região do Brasil que concentra o maior número de localidades quilombolas, 3.171.” (IBGE, 2023, recurso online).

Como foi considerado até aqui, a dimensão de irmandade e identidade são pontos essenciais para a autodeclaração dos povos quilombolas, a partir deste sentimento de pertença e identificação. Essa dimensão, como afirma a autora Bárbara Souza (2013) está intrinsecamente ligada ao entendimento de territorialidade, de ligação com a terra. Isso aponta que, para a perspectiva de entendimento deste trabalho, que aponta a luta pela democracia da terra como urgência brasileira, apresenta um reforço de entendimento ao pensar nos povos quilombolas enquanto centralidade dessa dimensão. A democracia da terra é uma urgência para os povos quilombolas devido a uma importância estrutural que compõe e fornece sentido de existência a estes povos. A terra e seu uso comum, portanto, são fundamentais para a sua luta e para a permanência desses sujeitos diante de sua ancestralidade e de seus conhecimentos coletivos.

A perspectiva identitária tem íntima relação com a noção de territorialidade. As Comunidades Quilombolas são circunscritas e estabelecem íntima relação territorial com seus territórios, denominados de diversas formas tais como terras de preto, mocambo. Essa perspectiva territorial é conceituada como o espaço territorial passado pelas várias gerações sem a adoção do procedimento formal de partilha, e sem que haja posse individualizada. Givânia Maria da Silva apresenta reflexão sobre a dimensão da territorialidade para a identidade quilombola: “O pertencimento em relação ao território é algo mais profundo. A luta quilombola existe porque há um sentimento por parte dos quilombolas de que aquele território em que eles habitam é deles. Mas não é deles por conta de propriedade, é deles enquanto espaço de vida, de cultura, de identidade. Isso nós chamamos de pertencimento. Nem é porque nossas terras sejam as mais férteis que nós lutamos por elas. Elas muitas vezes não são as mais férteis, se nós concebermos o fértil no usual da economia. Mas ela tem uma

fertilidade que para nós que estamos ali ela é a melhor. A nossa luta pela terra não é pautada por princípios econômicos e sim por fundamentos culturais, ancestrais. É o sentimento de continuidade da luta e resistência”. (Definição CONAQ, [s.d.], recurso online)

A continuidade da luta e resistência encontrada no caminho dos povos Quilombolas, para além de significar a vida da classe trabalhadora negra que se estabelece no campo, também se constitui a partir da dimensão de saúde da terra. Portanto, para a preservação da qualidade da terra e dos alimentos, é necessário que a classe que trabalha no campo, a partir da agroecologia e dos princípios e práticas de uma agricultura ancestral, tenha acesso às suas terras. A demarcação efetiva e segura, portanto, é a ferramenta capaz de garantir uma amenização dos conflitos do campo, a certeza da preservação do território e, ainda, a garantia de uma relação saudável com a terra.

O combate ao agronegócio é uma necessidade de sobrevivência das comunidades tradicionais, como os quilombolas. Isso demonstra que, se há uma urgência em preservar a natureza, é preciso que se preserve a vida dos sujeitos que de fato constituem uma relação de trabalho com essa terra, a partir de uma dimensão integrada, ecológica e saudável. As práticas tradicionais ancestrais precisam ser preservadas para que a relação com o campo e com os alimentos não seja uma relação de exploração mercadológica.

De modo a ilustrar o conflito no campo e as ameaças destrutivas do capitalismo ao meio ambiente, a revista RADIS (2021) realizou uma entrevista com a engenheira agrônoma e quilombola Fran Paula, que reside no Pantanal, que retratou sobre a importância das comunidades quilombolas para a preservação dos solos, da natureza, para a produção de alimentos e para o controle de queimadas. No ano de 2020 houve um recorde de queimadas no Brasil, com registro de 222.798 focos, “[...] de acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.” (REDE BRASIL ATUAL in BRASIL DE FATO, 2021, recurso online), porém, o bioma que mais sofreu com as queimadas foi o Pantaneiro. “No Pantanal, que registrou 22.119 ocorrências, os focos de queimada cresceram cerca de 120% a mais que no ano anterior. É o maior número de queimadas observadas no bioma desde o início da série histórica do Inpe, em 1998.” (*ibidem.*).

Os incêndios no Pantanal, na Amazônia e no Cerrado não acontecem por acaso: eles são parte de um “intenso e acelerado processo de desregulação ambiental e desconstrução do aparato institucional”. [...] A resistência contra a devastação também tem levado à valorização de práticas de agricultura sustentável, sem agredir a terra, que fazem parte da cultura dos povos tradicionais. “O agronegócio é um modelo de destruição, relacionado às mudanças climáticas, de não produção dos alimentos”, aponta Fran, lembrando que esse modelo não garante comida na mesa dos brasileiros. [...] Os saberes dos povos tradicionais sobre agricultura, ressalta Fran, constroem sistemas resilientes no tempo a diversas mudanças. “Através do manejo do território, de forma racional e adotando uma diversidade de práticas agrícolas tradicionais, são responsáveis pela manutenção de engenhosos sistemas agrícolas. Isso é ciência. É agroecologia praticada há muito tempo”. [...] Com sua mãe, seu pai e seus avós, Fran também aprendeu que não há saúde humana sem respeito à Terra. Uma coisa está associada à outra. (RADIS, 2021, p.14)

3.4 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: PRODUZINDO VIDA PELO USO DA TERRA; RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS E ORGANIZAÇÃO DE CLASSE

O campo é uma das grandes centralidades deste trabalho. A urgência e relevância histórica do debate acerca desse âmbito percorre as marcas brasileiras desde suas bases mais embrionárias. A disputa pelo espaço produtivo, assim como já foi pontuado até aqui, demonstram e escancaram os entraves da desigualdade no acesso e uso dessa terra. Têm-se, portanto, um dever intensamente necessário, diante de todos os fatores e necessidades objetivas que costumam essa pesquisa: o de registrar os principais atores que resistem cotidianamente, por anos, a todas as ameaças do agronegócio e da monocultura, que são os produtores rurais que compõem o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST.

A história política de consolidação desse movimento tão expressivo e disseminado pelo Brasil deve ser registrada, assim como a dos povos originários, indígenas e quilombolas, que vivem e fazem parte das florestas e das águas. A necessidade de compreender a experiência de construção de todos esses povos se constitui enquanto caminho, trajeto de reconstrução, mudança e revolução, mas que cultiva raízes, reaviva memórias e práticas ancestrais. Olhar para o passado, entender sua importância, através do presente, é a única maneira possível de mirar para um futuro em busca de igualdade de classe, cor/etnia e gênero. Para além

disso, e de modo completamente intrínseco, se constitui enquanto perspectiva de construção de uma democracia da terra.

Para tanto, entende-se como fundamental pensar e analisar momentos importantes e centrais na construção do MST, suas implicações sociais e fluxos políticos, que se constituem enquanto herdeiros de um conjunto de lutas no campo. Para esta execução, é necessário pontuar outros sujeitos políticos que precederam esse processo que desemboca na organização do Movimento Sem Terra e que serão pontuados no tópico em questão. Diante disso, o livro “A História da Luta pela Terra e o MST” de Mitsue Morissawa (2001) realiza um resgate histórico importante para se pensar todas as implicações históricas, estruturais e conjunturais, que não só consolidam o MST enquanto movimento, mas também implicam em tensionamentos extremamente necessários na dinâmica nacional demarcando atores essenciais nesse processo. Pensando os limites do projeto, entende-se como necessário destacar um dos períodos mais relevantes para essa reflexão, que no livro está definido em “As lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional, entre 1950 e 1964” para que seja possível compreender o percurso do momento em que a Questão Agrária atinge um debate a nível nacional pela primeira vez no país.

Têm-se como princípio analítico que a Reforma Agrária enquanto mudança estrutural, que levaria efetivamente a uma reestruturação total do campo, nunca foi verdadeiramente considerada em momento algum no Brasil. As lutas organizadas no campo fizeram diferentes enfrentamentos no decorrer dos anos até o início do golpe civil militar de 64, como os embates contra grileiros que se espalharam pelo território. É fato que esse espraiamento esteve presente em vários estados brasileiros, por exemplo, “[...] no final da década de 40, havia uma disputa com Minas Gerais, que reivindicava a posse da região. Grileiros tentavam arrancar das terras os inúmeros posseiros que ali viviam e produziam” (MORISSAWA, 2001, p.88), isso demonstra como existia, inclusive, um apoio do governo do estado de Minas em relação aos grileiros e contra os produtores da terra, já que “[...] sempre que preciso, enviava tropas militares para ajudar seus comparsas” (*ibid.*).

Outro exemplo desse cenário, como aponta Morissawa (2001), demonstra novamente a aliança entre o governo e os invasores, destacando como o “[...] norte

e sudoeste do Paraná foram palco de diversos conflitos pela terra durante as décadas de 1940 e 1950, envolvendo camponeses, polícia e fazendeiros” (p.90). Outras experiências como a de Pindaré-Mirim, no Maranhão; No Rio de Janeiro e em Pontal e Santa Fé do Sul – São Paulo são apenas alguns de muitos casos que ocorreram no período entre 1950 e 1964, que demonstram a efervescência do campo, destacando a consolidação do movimento agrário combativo, ao mesmo tempo que já denunciava as intenções a nível político, estadual e federal, que estavam não apenas apoiando o crescimento de grileiros e grandes fazendeiros, como também se esquivando de qualquer compromisso democrático de olhar para a Questão da Terra a partir da perspectiva de acesso ampliado e respeito à natureza.

Sobre os conflitos do Pontal do Paranapanema (São Paulo), o autor aponta:

Desde o final do século XIX, os grileiros derrubavam a Mata Atlântica ali, para transformá-la em pasto e colocar umas cabeças de gado, apenas para justificar sua presença na terra e poder especular com a terra. Para escaparem da fiscalização do governo, usavam as famílias sem terra, consentindo que plantassem para a subsistência. Aqui de novo a velha tática: “Vem cá seu Zé, plante aí suas rocinhas e, se aparecer alguém do governo, diga que é empregado meu, viu? Mas olhe, para ficar aqui na fazenda, o senhor tem que formar uns pastos para mim”. Depois que haviam conseguido o que precisavam, expulsavam as famílias da área e utilizavam seus jagunços contra as que resistiam em deixar suas posses. Foi dessa forma que se formou o Pontal do Paranapanema um dos maiores grilos do estado de São Paulo. (MORISSAWA, 2001, p.92)

A técnica de combate à agricultura familiar, como demonstra o trecho acima, era uma das diversas estratégias utilizadas a nível nacional para o afastamento contínuo da possibilidade de acesso à terra. Porém, nesse cenário, a organização camponesa enquanto classe atinge patamar de importância entre os sujeitos do campo, que naquele momento puderam compreender que a luta coletiva, a organização e o enfrentamento político, eram a única maneira possível de resistir aos diversos e persistentes ataques. Esse modo de se constituir enquanto unidade provocou grandes impactos nacionais, que inclusive começaram a dissipar socialmente os debates sobre a Questão Agrária. Dessa forma, destacam-se as Ligas Camponesas, Ultab (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) enquanto principais elementos organizativos entre 1954 e 1964 (MORISSAWA, 2001).

As Ligas Camponesas tiveram início após a experiência de Pernambuco na década de 50, com a Liga Camponesa da Galiléia, que realizava encontros dos agricultores que “[...] usavam terras abandonadas por seus donos em troca de um foro, uma espécie de aluguel” (MORISSAWA, 2001, p.92). A primeira mobilização aconteceu em uma reivindicação contra o aumento do valor desse aluguel, e com o passar das reuniões e organizações, ao longo do tempo, a Liga da Galiléia serviu de exemplo para a criação de ligas “[...] formadas em mais de trinta municípios de Pernambuco e outros estados do Nordeste, e de outras regiões do país.” (ibid., p.93). A reivindicação tomou proporção maior a partir de 1962, quando as ligas se reuniram a partir da construção de congressos, e desse modo, “[...] a consciência camponesa estava formada no sentido da luta em torno de uma reforma agrária radical. Os Camponeses resistiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras. Eles tinham por lema ‘Reforma Agrária na lei ou na marra’.” (ibid., p.93).

A Ultab e Master também formaram a composição das primeiras reivindicações organizadas. A primeira, fundada em 1954 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), realizava uma aliança entre os trabalhadores rurais e operários, e o Master, fundado no final de 1950 no Rio Grande do Sul, foi responsável por articular em 1962 “[...] os acampamentos, uma forma particular de organizar suas ações. [...] eles são hoje uma das armas de luta do MST. [...] a luta dos integrantes do Master era para entrar na terra.” (MORISSAWA, 2001, p.94). Os maiores enfrentamentos nesse contexto se destacam pelo aumento expressivo nos conflitos rurais diante do contexto político, social e econômico que se constituía no governo de Juscelino Kubitschek.

[...] o Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek, se estende para os períodos subseqüentes e compõe um forte avanço do setor industrial no Brasil, caracterizado pelo Programa de Substituição de Importações, resultando num aumento da participação do Estado, fundamentando e aguçando a discussão agrária no país. Neste período, a agricultura brasileira teve como principal papel abastecer os centros urbanos e gerar divisas para financiar as importações necessárias à industrialização por substituição de importações. Entre as principais características do ciclo expansivo impulsionado pelo Plano de Metas, de acordo com Serra (1983), encontra-se um setor agrícola relativamente marginalizado em relação ao processo de desenvolvimento urbano-industrial proposto pelo plano. É neste mesmo período que a questão agrária com um caráter mais fundiário

ganha força, manifestado principalmente pela luta ao acesso a terra a partir de 1955, com a fundação das ligas camponesas, inicialmente no Nordeste e em seguida em todo o país. A discussão era a ausência de uma reforma agrária, em que a existência de grandes latifúndios ocasionando concentração de renda, impedia a criação de um mercado consumidor mais amplo para a indústria.” (MERA, 2008, p.3)

A década subsequente (1960) inaugura, a partir do conjunto de movimentações, tensionamentos e avanços da organização do campo enquanto classe, colocando para o cenário político, enfatizando o governo de Jango (João Goulart), a pauta das reformas de base enquanto necessidade para iniciar um processo de desenvolvimento no Brasil. Esse aceno para os trabalhadores do campo, conduz à uma atenção maior para as forças organizativas que se estabelecem nesse momento, para além disso, como foi mencionado acima, a potência agroexportadora que está em processo de ampliação neste período, fornece um tom de urgência aos principais anseios populares das organizações que precisavam alcançar um maior acesso à terra. Desse modo:

É claro, portanto, que os poderosos da terra no Brasil pelavam de medo de perder suas propriedades, que usavam se e quando queriam, como acontece ainda hoje. A reforma agrária seria para eles o prenúncio de uma revolução socialista bem debaixo de suas barbas. É fácil fazer a ligação entre o golpe militar de 1964 e a possibilidade da reforma agrária. E também compreender a violenta repressão que os generais lançaram contra os movimentos de luta pela terra. (MORISSAWA, 2001, p.95)

Após as esperanças da reforma agrária serem violentamente apagadas com a repressão e desmobilização dos movimentos populares, houve como consequência uma diminuição na expressividade desse debate, e principalmente, colocando urgências diversas que incapacitaram a população da possibilidade de refletir sobre o cenário político e social e se organizar politicamente. Contraditoriamente, no mesmo contexto de repressão dos movimentos do campo, no ano de 1964, “[...] o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, em quase quinhentos anos, que foi denominada Estatuto da Terra.” (MORISSAWA, 2001, p.99). Apesar do aspecto progressista do Estatuto, assim como aponta Morissawa, ele nunca foi efetivamente implantado, se constituiu apenas de forma momentânea e não visava uma mudança estrutural.

O Estatuto da Terra escancarou-se, então, como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização [...]. De 1965 até 1981 foram realizadas 8 desapropriações em média por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente. Desse modo, apesar de o Estatuto da Terra aparecer, por suas definições, como querendo modificar a estrutura fundiária e punir o latifúndio, a política agrícola e agrária dos militares promoveu a modernização tecnológica das grandes propriedades. [...] Enfim, o Estatuto da Terra não saiu do papel e a política agrária real do regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. E foi nesse período que se entregaram grandes extensões de terras públicas da região amazônica a grupos empresariais e também a multinacionais que, segundo o Incra, possuem hoje 30 milhões de hectares no Brasil". (ibid., p.100)

O marco do Estatuto da Terra após a derrota democrática, coroada com a aplicação do golpe, escancaravam mecanismos de controle que se reiteram em diversos modos. Não há como pensar numa democracia da terra em governos autoritários e fascistas. Desse modo, após um longo período de adormecimento das lutas e reivindicações por conta da repressão, nos anos 1970, houve um momento de reorganização e maior efervescência da resistência ao sistema. Diversos movimentos tomam corpo nesse período, sendo válido destacar "[...] que a Igreja Católica foi, durante a ditadura militar, a única instituição capaz de fazer frente ao regime, tanto nas cidades como no campo" (MORISSAWA, 2001, p.104). O apoio da Igreja, em sua parcela constituída a partir da Teologia da Libertação foi importante no processo de retomar a pauta do acesso à terra. A partir dessa articulação, são retomados os principais passos para a reconstrução de uma organização mais consolidada em torno da Questão Agrária.

Em 1975, surgiu a CPT (Comissão Pastoral da Terra), também da Igreja Católica, que, juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistência aos camponeses durante o regime militar. [...] com a eclosão de conflitos pela terra em todo o país, ela se tornou uma instituição de alcance nacional. Sua atuação nas lutas do Sul do país que deram origem ao MST [...]. (MORISSAWA, 2001, p.105)

O CPT foi a faísca para o surgimento e consolidação do MST, que começa a ser construído em diversos territórios do país em um mesmo período, como pontua Morissawa (2001), seja nas ocupações e lutas em Santa Catarina, Paraná ou São

Paulo. Mas foi no ano de 1981, com a ajuda do CPT articulado às outras diversas referências que lideravam movimentos ligados à questão da terra, que se constitui o “Encontro Regional do Sul e o seminário de Goiânia, que constituíram as bases da realização do 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra” (ibid., p.136). A partir disso, muitas outras mobilizações coletivas tomaram corpo e movimento. No ano de 1982, no seminário do Centro de Formação da Diocese de Goiânia foi criada uma carta que teria a intenção de comunicar com todos os trabalhadores rurais em prol de uma ampliação das lutas e organização mais coesa e concreta, dessa carta destaca-se o trecho:

Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e dos latifundiários. Se não nos organizarmos em nossos sindicatos e associações de classe, em nossas regiões, nos estados e em nível nacional, [...] para confrontar essa realidade que hoje escraviza os fracos, [...] nunca iremos nos libertar dessa vida de explorados e de verdadeira escravidão. Vivemos num mundo sem finalidade humana [...] fabricado por todo um sistema injusto implantado em nosso país. A terra nas mãos de poucos, os salários baixos, as leis que favorecem poderosos, o poder e a riqueza nas mãos dessa minoria revelam claramente esse fato que [...] é uma verdadeira violência contra o homem e a natureza. [...] Este mundo, [...] é o grande gerador de todo tipo de mal que infesta nossa sociedade, como: a criminalidade, a fome, [...] a miséria e outros tipos de violência. (Goiânia, 26 de setembro de 1982 in MORISSAWA, 2001, p.137)

Essa primeira carta de Goiânia, representou um importante avanço nesse cenário porque revela a urgência de debater não só a questão da terra, mas todos os atravessamentos do sistema capitalista nesse contexto. Assim, pode-se considerar que existia um chamamento à organização e luta coletiva por um acesso democrático à terra e que, necessariamente, precisava se articular a uma dimensão democrática mais ampliada. O MST, portanto, se consolidou, efetivamente, no estado do Paraná, em janeiro de 1984, sendo uma consequência de todo um processo de luta, organização e enfrentamento que desembocou na construção do maior representante da luta pela terra até os dias atuais. Nesse sentido, ao fazer um paralelo com a atualidade desse debate, é importante trazer ao texto que a maior parte dos anseios que eram discutidos nos primórdios da organização, ainda hoje continuam entre as principais pautas de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Na agricultura, se enfrentam há décadas três modelos de organização da produção. O latifúndio predador, que enriquece com a especulação imobiliária e da apropriação das riquezas naturais; O agronegócio, que produz apenas commodities agrícolas para exportação, concentrados em apenas cinco produtos (soja, milho, cana, algodão e pecuária bovina). Os fazendeiros enriquecem, mas não pagam impostos à sociedade graças às isenções das exportações e agridem a natureza com o desmatamento, o uso de agrotóxicos e o mono cultivo. E o terceiro modelo é da agricultura familiar, que usando mão-de-obra familiar protege à natureza e se dedica a produzir alimentos para suas famílias e para o mercado interno. (Carta do MST ao Povo Brasileiro in MST, 2022, recurso online)

O trecho acima revela, a partir da Carta ao Povo Brasileiro escrita em 2022 pelo MST, o atraso brasileiro em relação a uma efetivação da democracia da terra, uma vez que mesmo com o passar dos anos e com o avanço dos enfrentamentos realizados pelo movimento e todas as tentativas políticas, ainda hoje os entraves para alcançar essa igualdade ainda são imensos. Outros aspectos dos enfrentamentos atuais do MST em relação à questão da terra serão devidamente mencionados no capítulo III deste trabalho.

Dessa forma, a carta destaca que “Nossa missão maior, é seguir organizando o povo, para que lute por seus direitos, consagrados na constituinte de 1988, pois sabemos que sem mobilização popular não haverá nenhuma mudança verdadeira no país” (Carta do MST ao Povo Brasileiro in MST, 2022), que reforça a necessidade de uma implicação maior em relação ao debate sobre a construção de uma democracia efetiva da terra para todos os povos historicamente explorados e oprimidos. Portanto, um dos objetivos deste trabalho é contribuir, em alguma medida, para a ampliação desse debate no âmbito acadêmico, entendendo a importância deste no fortalecimento das organizações populares.

3.4.1. Reforma Agrária Popular e Agroecologia: construindo formas produtivas conscientes e novas sociabilidades

A história do MST, portanto, representa um aspecto necessário para se pensar como se entende a luta pela terra no Brasil, e como se estabeleceram historicamente as correlações de forças que permeiam essa dimensão. O próprio entendimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em relação à sua luta e

reivindicações passou por transformações e aprofundamentos com o decorrer dos estudos, processos históricos e reflexões. A defesa da reforma agrária sempre foi uma centralidade, porém, é imprescindível pontuar qual formato de reforma agrária o MST compreende e se organiza no contexto após a década de 90.

O cumprimento da Lei de Terras, a desapropriação de terras improdutivas e a criação de acampamentos e assentamentos ainda é uma urgência para o MST, porém, para além disso, a luta pela reforma agrária popular compreende dimensões que vão muito além da relação direta com a terra, diz sobre um modo social organizativo, uma forma de enfrentamento ao sistema capitalista e às opressões em amplo sentido. Para além disso, a Reforma Agrária Popular se ampara diretamente com a agroecologia enquanto estrutura produtiva-social que pretende enfrentar diretamente o modelo de produção aprimorado através da modernização conservadora que combina o que há de mais hostil como a exploração do trabalho, com a alta tecnologia e grandes maquinários do agronegócio e da Revolução Verde.

Para o MST (2013, p.6), a implantação da reforma agrária popular está condicionada ao avanço das seguintes questões: capacidade de pressão sobre os governos obtendo conquistas (fator importante na luta de classes e na formação da consciência política da militância, porém insuficiente); correlação de forças no enfrentamento ao agronegócio; fortalecimento interno da organização do movimento; construção nos assentamentos e em outros espaços conquistados, do novo modelo de agricultura; construção e fortalecimento de alianças com a classe trabalhadora do campo e da cidade; construção de consensos em torno da compreensão e defesa de outro modelo de agricultura e democratização do Estado” (GROSSI, 2017, p.26)

Lutar por uma Reforma Agrária Popular e participativa, necessariamente perpassa sobre a reestruturação do modelo agrário-produtivo, sobre o fim da concentração de terra, uma forma de cultivo que seja livre de produtos tóxicos e que esteja diretamente vinculada aos saberes ancestrais e camponeses enquanto centralidade. Para além disso, a compreensão da Reforma Agrária Popular entende a importância e o compromisso da cidade nesse processo, já que não será possível construir uma mudança estrutural sem que os movimentos e trabalhadores da cidade, que também irão consumir os alimentos e construir parcerias, estejam presentes.

O MST ao assumir a agroecologia, como estratégia produtiva e política, reúne elementos que potencializa sua proposta de reforma agrária popular, na disputa por outro modelo de produção da agricultura, contribuindo para o processo mais amplo de politização da questão agrária e ambiental na sociedade brasileira. A crítica ao atual modelo agrário e agrícola dominante requer a sustentação da agroecologia, em contraposição ao modelo do agronegócio que vem minando as duas fontes de produção de riquezas que são a natureza e o trabalho, gerando violência, superexploração do trabalho e devastação ambiental. (GROSSI, 2017, p.27)

Não é possível pensar, portanto, na Questão Agrária desvinculada da Questão Ambiental e da própria Questão Urbana. Existe uma imbricação dialética entre estas dimensões que precisam estar afinadas por um compromisso único de reestruturação das bases produtivas e da popularização dos territórios, que necessariamente impactam a saúde do meio ambiente, a manutenção dos bens naturais que são coletivos. Estes aspectos fornecem condições para uma melhoria na qualidade de existência de diversos sujeitos coletivos, já que a agroecologia pressupõe a garantia da alimentação, sua qualidade e diversidade para todos os sujeitos, sejam do campo e da cidade, sendo a produção de alimentos um ato político e coletivo, que perpassa pelo trabalho em seu sentido primordial, o de transformação.

As mudanças no atual metabolismo do capital, através da agroecologia e da soberania alimentar, passam por processos de trabalho renovados (cooperativos, autogestionários, não alienados, livres de opressões de gênero, geração, etc) em territórios livres, o que necessariamente impõe a elevação de resistências, confrontos e de ampla organização e luta política no campo e na cidade (e sua articulação) em torno da natureza e do trabalho. (GROSSI, 2022, p.5)

4. CAPÍTULO III – A ATUALIDADE E URGÊNCIA DA DEMOCRACIA DA TERRA: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ENFRENTAMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES (APIB, CONAQ E MST) NA ATUALIDADE

De forma a contextualizar e atualizar a urgência pela democracia no Brasil, foram selecionados os principais apontamentos, enfrentamentos e lutas dos povos negros, indígenas e do campo, que estão em curso nos últimos anos, até o momento em que este trabalho é escrito (2023). Esse aspecto demonstra e certifica a necessidade deste trabalho e desta discussão na sociedade brasileira, já que diversos dos problemas históricos até aqui mencionados ainda se encontram em

tensionamento no conflitos sociais que envolvem os sujeitos coletivos aqui protagonizados: APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil); CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos) e MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra)

Isto posto, os segmentos a seguir irão dar destaque a reportagens e manifestações que apontam, em um primeiro momento, para as maiores ameaças que os movimentos vêm sofrendo nos últimos tempos, e de modo articulado, para quais são as principais agendas de enfrentamento que os movimentos têm proposto para a construção de um horizonte democrático de acesso e pertencimento à terra.

4.1. APIB/POVOS INDÍGENAS

As demandas da população indígena voltadas para o alcance de uma cobertura ampliada de direitos são diversas, considerando a invisibilização que essa população sofre no cotidiano da sociedade brasileira. Portanto, para além de dimensões de saneamento básico, educação de qualidade, alimentação, moradia e garantia de território, existem alguns enfrentamentos que estão em pauta para os povos indígenas hoje que são um posicionamento e enfrentamento direto à PL's (Projetos de Lei) específicos que estão em curso no Brasil.

Nice Tupinambá, jornalista indígena do povo Kamuta Tupinambá, registrou em seu portal online informativo, ao lado de diversas reportagens em relação às questões alarmantes em territórios indígenas, sobre os principais Projetos de Lei dos quais provocam ameaças diretas aos povos indígenas e a seus territórios, mas que também afetam outros sujeitos coletivos que vivem na/da Terra. Estes projetos atuais são apenas alguns de muitos embates que povos e comunidades indígenas precisam construir frentes de resistência política para terem seus direitos garantidos.

Como foi denominado de “PL's da destruição”, este conjunto de projetos expressam o que há de mais deplorável no descaso estatal e social para com a segurança de territórios indígenas demonstrando, inclusive, como a questão ambiental também é um aspecto extremamente atual e necessário a ser debatido, já

que a maioria dos projetos também colocam em risco a forma orgânica da natureza, trazendo impactos diversos à sociedade como um todo.

1) Projeto de Lei (PL) 2.159 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Torna o licenciamento ambiental uma exceção, em vez de ser a regra. Também dissemina o 'licenciamento autodeclaratório', que dispensa até a verificação do relatório de descrição do empreendimento, além de expandir a lista de atividades que não precisam de licenciamento ambiental. A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados (PL 3.729) e pode ser pautada para votação no Senado a qualquer momento. De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), apenas no estado do Amazonas, a dispensa de licenciamento ambiental para a rodovia BR-319 poderia levar a um desmatamento de 170 mil quilômetros quadrados até 2050, resultando na emissão de aproximadamente 8 bilhões de toneladas de CO₂ no período. O que é licenciamento ambiental? É um processo administrativo multidisciplinar realizado pelos órgãos ambientais competentes. Esses órgãos expedem licença para que os empreendimentos instalem, ampliem e operem atividades que utilizem recursos ambientais e que possam trazer riscos de poluição ou outras formas de degradação do meio ambiente. Assim, o licenciamento ambiental é o processo por meio do qual o Estado executa seu dever de conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, orientado por conduta técnica, responsável, ética e dentro dos limites legais. (TUPINAMBÁ, 2022, recurso online)

2) PL 2.633 e PL 510 – GRILAGEM

Os dois projetos de lei estão relacionados e ambos concedem anistia à grilagem de terras públicas. Se aprovados, poderão permitir a regularização de áreas ilegalmente ocupadas em qualquer momento da história. Além disso, grandes propriedades, de até 2.500 hectares, poderão ser tituladas com uma mera autodeclaração. Ou seja, estimulam a continuidade de ocupação de terras públicas e do desmatamento. O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados (PL 2.633) e pode ser pautado para votação no Senado a qualquer momento, em uma versão ainda pior, que é a do PL 510. O que é grilagem de terras? É o roubo de terras, em geral públicas, por meio da invasão e do desmatamento para garantir um título fraudulento que permita a sua venda posterior. Hoje, a grilagem de terras é o principal motor do desmatamento no país, que, por sua vez, é responsável por 46% de todas as emissões brasileiras de gases do efeito estufa. (TUPINAMBÁ, 2022, recurso online)

3) PL 490 – MARCO TEMPORAL

Altera a demarcação das Terras Indígenas (TIs) e permite, entre outras coisas, a reintegração de posse de “reservas indígenas” pelo Governo Federal baseada em critérios subjetivos, colocando em risco pelo menos 66 territórios habitados por mais de 70 mil pessoas e que cobrem uma área total de 440 mil hectares. Além disso, estabelece que a demarcação pode ser contestada em qualquer estágio do processo e estabelece o “Marco Temporal” para todas as demarcações de Terras Indígenas. De acordo com o Marco Temporal, povos indígenas que não estivessem ocupando – e produzindo em – seu território ancestral em outubro de 1988 poderiam perder o direito originário à terra. As versões em debate permitem ainda a implantação de grandes empreendimentos nas TIs sem consulta às comunidades afetadas. A proposta foi considerada “constitucional” pelas principais comissões da Câmara dos Deputados, dominada pela bancada ruralista, e é uma das agendas prioritárias do Governo Federal. O que é Marco Temporal? É uma tese jurídica que defende uma alteração na política de demarcação de terras indígenas no Brasil. Segundo essa tese, só poderia reivindicar direito sobre uma terra o povo indígena que já a estivesse ocupando no momento da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. (TUPINAMBÁ, 2022, recurso online)

4) PL 191 – GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS

Autoriza a mineração e construção de hidrelétricas em terras indígenas, inclusive nas que têm indígenas isolados. Valida todos os requerimentos de exploração de minérios que tenham sido solicitados ou protocolados antes da Lei. Funciona como um libera geral a grandes empreendimentos e a garimpo em terras indígenas, aumentando riscos de vida, ambientais, sanitários e violência contra povos indígenas. Legaliza garimpos, atividade que, segundo a Constituição brasileira, não pode ser regulamentada em TIs. O PL também autoriza hidrelétricas, pesquisa e lavra mineral em TIs não homologadas, sem a autorização do Congresso Nacional e a oitiva dos indígenas prevista na Constituição. O PL não considera a necessidade de consentimento dos povos indígenas para as atividades nele previstas, todas altamente impactantes. Foi apresentado pelo Executivo e aguarda criação de Comissão Especial na Câmara de Deputados. (TUPINAMBÁ, 2022, recurso online)

5) PL 6.299 – PACOTE DO VENENO

Revoga a atual Lei de Agrotóxicos (7.802/89) e pretende flexibilizar ainda mais a aprovação e o uso de agrotóxicos no país. Se aprovado, irá transferir todo o poder de decisão de aprovação de um novo agrotóxico para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dessa forma, irá praticamente excluir órgãos fundamentais no processo de avaliação e aprovação, como o Ibama e a Anvisa, responsáveis pelos pontos mais importantes em jogo: meio ambiente e saúde. Além disso, viabilizará o registro de

substâncias cancerígenas e que atualmente são proibidas pelos riscos comprovados à saúde. Quase metade (cerca de 43%) das liberações de veneno no Brasil ocorreram nos últimos três anos, o que tem firmado o país no posto de líder mundial no consumo de agrotóxicos. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e depende, agora, da apreciação do Senado. (TUPINAMBÁ, 2022, recurso online)

Reportagem 1

The screenshot shows the top portion of a news article on the Instituto Socioambiental website. The header includes the organization's logo and name, a search bar, and a 'DOE' button. The main headline is 'Sem demarcação, não há democracia: maior mobilização indígena do país começa em Brasília'. Below the headline, there is a sub-headline: 'A 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) tem como pautas centrais a demarcação de Terras Indígenas, o fim das violências no campo e a emergência climática'. The author is identified as 'Equipe ISA - Direto da redação @socioambiental'. The publication date is 'Segunda-feira, 24 de Abril de 2023 às 11:34'. A '12min de leitura' indicator is present. On the right side, there are social media sharing icons for Twitter, Facebook, LinkedIn, and WhatsApp, along with a 'ATIVAR LEITOR TELA' button.

Fonte: ISA (2023)

Com o tema “O futuro indígena é hoje. Sem demarcação não há democracia!”, a expectativa é reunir mais de seis mil indígenas de 200 povos de todas as regiões no acampamento, que está sendo montado na Praça da Cidadania, ao lado da Esplanada dos Ministérios. A mensagem reforça a importância da demarcação de Terras Indígenas no país, paralisadas nos últimos anos. [...] Durante a programação, o movimento indígena também irá liderar três marchas pelas ruas da capital brasileira. A primeira delas, no dia 24, pedirá a derrubada dos projetos de leis anti-indígenas como o PL 191, que permite a mineração em Terras Indígenas, e o PL da Grilagem. (ISA, 2023, recurso online)

Reportagem 2

The screenshot shows the top portion of a news article on the Instituto Socioambiental website. The header includes the organization's logo and name, a search bar, and a 'DOE' button. The main headline is 'Câmara aprova medidas contra Mata Atlântica e populações tradicionais'. Below the headline, there is a sub-headline: 'Proposta também enfraquece Código Florestal. Artificio para prorrogar prazo de regularização ambiental estimula desmatamento e impunidade, segundo sociedade civil'. The author is identified as 'Oswaldo Braga de Souza - Jornalista do ISA'. The publication date is 'Quinta-feira, 30 de Março de 2023 às 21:07'. A '24min de leitura' indicator is present. On the right side, there are social media sharing icons for Twitter, Facebook, LinkedIn, and WhatsApp, along with a 'ATIVAR LEITOR TELA' button.

Fonte: ISA (2023)

O plenário da Câmara aprovou, no final da tarde desta quinta (30), duas Medidas Provisórias (MPs), ainda do governo Bolsonaro, com retrocessos socioambientais considerados importantes por organizações da sociedade civil. Ambas seguem agora para o Senado. Se forem alteradas, voltam a ser analisadas pelos deputados. [...] A MP 1.150/2022 abre brecha para mais desmatamentos no pouco que restou (12%) do bioma mais ameaçado do país: a Mata Atlântica. Nesse caso, a proposta foi feita por meio de um “jabuti”, ou seja, uma emenda sem relação com o tema principal da MP - o Código Florestal (Lei 12.651/2012). A ideia, de alterar a Lei da Mata Atlântica (11.428/2006) no caso, partiu do União Brasil e o líder do partido, Elmar Nascimento (BA), bateu o pé para incluí-la na redação aprovada. [...] Em resumo, a MP abre brechas para que a legislação não seja cumprida de fato. Essa é sexta vez que a adesão ao PRA é adiada. A questão se arrasta desde 2012, quando o novo Código Florestal foi aprovado (saiba mais nos quadros ao final da reportagem). A lei aprovada há 11 anos perdeu 41 milhões de hectares desmatados ilegalmente. De acordo com ela, 21 milhões ainda precisam ser reflorestados. O Brasil tem mais de 16 milhões de hectares de vegetação nativa de Reserva Legal e mais de três milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) que precisam ser recuperados. (SOUZA in ISA, 2023, recurso online)

Reportagem 3

≡ Brasil de Fato 20 anos
Rio Grande do Sul
Pesquisa por...

INÍCIO > VARIEDADES
INVASÃO

Agro e multinacionais têm 1,18 milhão de hectares sobrepostos a terras indígenas, mostra estudo

Levantamento revela que fazendas de empresas e bancos sobrepostas às áreas indígenas têm, somadas, o tamanho do Líbano

Redação
Brasil de Fato | Porto Alegre | 20 de Abril de 2023 às 16:40

Fonte: Brasil de Fato (2023)

São 1.692 as fazendas com incidência em território indígena delimitado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). É o que apurou o levantamento inédito "Os Invasores", realizado pelo observatório De Olho nos Ruralistas. Atrás das sobreposições estão gigantes do agronegócio, indústria armamentista e investidores dos cinco continentes. Entre as multinacionais com fazendas incidentes em Terras Indígenas (TIs) figuram subsidiárias e sócios de alguns dos principais grupos do agronegócio como Bunge, Amaggi, Bom Futuro, Lactalis, Cosan, Ducoco e Nichio. Entre os setores econômicos, produtores de grãos, carne, madeira, açúcar e etanol e frutas são os principais responsáveis pelas sobreposições. O estudo aponta ainda a participação de bancos e fundos de investimento na pressão econômica contra as TIs. Os principais nomes da lista são o Itaú (por meio da sua subsidiária Kinea) e o Bradesco. Também aparecem XP,

Gávea Investimentos, IFC e Mubadala. Das 1.692 fazendas, 452 estão sobre terras indígenas homologadas e regularizadas. Isto é – acentua o relatório – algo que constitui crime federal, com base no artigo 246 da Lei de Registros Públicos e no Estatuto do Índio. (BRASIL DE FATO, 2023, recurso online)

Reportagem 4



INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

CONFLITOS EM 2022

Violência no campo se concentrou na Amazônia e indígenas são os que mais morreram, diz CPT

Relatório anual da CPT afirma que bioma se tornou "epicentro da violência" após quatro anos de Bolsonaro

Murilo Pajolla
Brasil de Fato | Lábrea (AM) | 17 de Abril de 2023 às 11:00

Fonte: Brasil de Fato (2023)

O relatório “Conflitos no Campo Brasil 2022”, elaborado pela **Comissão Pastoral da Terra (CPT)** e divulgado nesta segunda-feira (17), aponta que a **Amazônia Legal** concentrou 59% dos conflitos por terra em 2022. A porcentagem aumentou em relação a 2021, quando o bioma foi palco de 51% das ocorrências. Impulsionada pela falta de governança e pelo enfraquecimento dos órgãos ambientais federais e estaduais, a Amazônia se tornou palco de uma expansão desenfreada da fronteira agrícola, associada diretamente ao desmatamento ilegal e ao crime ambiental, conforme análise da CPT. Os conflitos por terra na floresta amazônica cresceram em ritmo duas vezes mais intenso do que em outras regiões. Entre 2021 e 2022, as ocorrências no bioma saltaram de 695 para 926 em 2022, um aumento de 33%. Em todo o território nacional, o crescimento no período foi de 16,7%. **Evolução anual dos casos de conflitos por terra na Amazônia Legal, segundo a CPT: 2013: 495 / 2014: 437 / 2015: 568 / 2016: 804 / 2017: 668 / 2018: 627 / 2019: 797 / 2020: 1044 / 2021: 695 / 2022: 926** “Os números explicitam a relação direta entre Estado e agronegócio. Trata-se de uma relação histórica baseada na exploração das comunidades, na morte de pessoas, na destruição da natureza e dos modos de vida das comunidades. Isso precisa acabar”, diz Carlos Lima, da coordenação nacional da CPT. Entre as vítimas de conflitos por terra no bioma, o relatório destaca as centenas de **crianças Yanomami** vítimas do garimpo ilegal, além do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, assassinados por integrantes de uma quadrilha internacional de pesca ilegal na Terra Indígena Vale do Javari (AM). (PAJOLLA in BRASIL DE FATO, 2023, recurso online)

Reportagem 5



INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

DADOS DA CPT

Mandato de Bolsonaro concentrou 60% das invasões de territórios da última década

Números de guerra contradizem discurso de "pacificação" do campo e tem indígenas, quilombolas e sem-terras como vítimas

Murilo Pajolla
Brasil de Fato | Lábrea (AM) | 17 de Abril de 2023 às 11:03

Fonte: Brasil de Fato (2023)

Apoiada por latifundiários, a gestão de Jair Bolsonaro (PL) é a campeã em registros de invasão de territórios. Embora tenha prometido “pacificar” o campo, seu mandato figura junto com o agronegócio na lista dos principais causadores de conflitos rurais. Entre 2013 e 2022, a CPT identificou 1935 ocorrências de invasões de territórios no Brasil. Do total, 1185 foram registradas durante os quatro anos do mandato de Bolsonaro, o equivalente a 61,25%. A proporção se repete nas terras indígenas. Das 661 invasões a territórios ancestrais registradas pelo centro de documentação da CPT na última década, 411 ocorreram durante o governo Bolsonaro, um percentual de 62,17%. [...] Entre 2021 e 2022, os conflitos no campo cresceram 10% e totalizaram 2018 ocorrências: uma a cada quatro horas. Os casos envolveram quase 910 mil pessoas. Somadas, as áreas em disputa totalizam 800 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 1,5 vezes a área da Ucrânia. Os assassinatos aumentaram 30% e chegaram a 47 casos, 30% mais do que em 2021 e 123% maior do que em 2020. As tentativas de assassinato foram 123, o maior número já registrado neste século pela CPT, com crescimento anual de 270%. Casos gerais de violência contra a pessoa, que envolvem ameaças, cresceu 50%. As vítimas são indígenas (28%), posseiros (19%), quilombolas (16%), sem terras (12%) e famílias assentadas da reforma agrária (9%), em todas as categorias analisadas pela CPT. (PAJOLLA in BRASIL DE FATO, 2023, recurso online)

Reportagem 6



INÍCIO > OPINIÃO

POVOS INDÍGENAS

Artigo | Direito à terra não se negocia

Não há mediações possíveis quando se discute direitos originários: demarcar terras indígenas é dever absoluto da União

Roberto Liebgott*

Brasil de Fato | Porto Alegre | 04 de Abril de 2023 às 10:29

Fonte: Brasil de Fato (2023)

Os povos cujas terras estão demarcadas ou sob proteção, como as de alguns povos indígenas em situação de isolamento voluntário, enfrentam as consequências dos descabros do governo Bolsonaro, que promoveu a fragilização das equipes que atuavam na prevenção, fiscalização e combate às invasões dos territórios. No atual governo, em seus meses iniciais, priorizou-se as ações na área Yanomami, em função da invasão garimpeira e do processo de genocídio que ocorria sob os olhares complacentes dos governantes, das autoridades e da sociedade. No que se refere às comunidades e povos onde as terras não foram regularizadas – ou sequer tiveram os procedimentos de demarcação iniciados – percebe-se que o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) buscam se organizar diante de uma realidade orçamentária caótica, obrigando a centralizar as ações governamentais no atendimento de situações emergenciais, no enfrentamento aos ataques contra comunidades, como recentemente ocorreu em Mato Grosso do Sul. [...] Embora haja previsão legal, as questões envolvendo indígenas e pequenos agricultores não são solucionadas por falta de interesse político, de previsão orçamentária e por abrir um precedente possível de superação dos entraves burocráticos e jurídicos, o que não interessa aos que promovem o esbulho e invadem os territórios. Não há negociações e mediações possíveis quando se discute direitos originários, inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis dos povos indígenas. É dever absoluto da União demarcar as terras destes povos, por comporem parcelas de seu patrimônio e por ser caracterizada, a terra, como um direito fundamental. (LIEBGOTT in BRASIL DE FATO, 2023, recurso online)

Reportagem 7



INÍCIO > POLÍTICA

POVOS ORIGINÁRIOS

Lula pede arquivamento do PL da mineração, símbolo da política anti-indígena de Bolsonaro

Considerada inconstitucional, proposta abre caminho para empreendimentos de alto impacto sem consulta a indígenas

Murilo Pajolla
Brasil de Fato | Lábrea (AM) | 31 de Março de 2023 às 15:44

Fonte: Brasil de Fato (2023)

A retirada de pauta ocorre em meio à emergência sanitária na Terra Indígena Yanomami, crise humanitária provocada pelo garimpo ilegal. Grandes projetos minerários, acompanhados de genocídio contra os povos indígenas, foram uma das marcas da **ditadura militar**, que completa 59 anos nesta sexta-feira (31). “Nós esperamos que o Congresso Nacional cumpra a sua função de legislar para o equilíbrio do meio ambiente, para o bem estar social dos brasileiros e o respeito aos modos de vida dos povos indígenas. Estamos confiantes que o Congresso vai acatar ao pedido do presidente Lula”, afirmou a ministra dos povos indígenas, Sonia Guajajara. A solicitação de Lula atende a um pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). O movimento indígena considera que o PL fere o direito constitucional dos povos originários ao usufruto exclusivo das terras. A inconstitucionalidade também foi apontada por juristas e pelo Ministério Público Federal (MPF). (PAJOLLA in BRASIL DE FATO, 2023, recurso online)

Reportagem 8



INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

ATAQUES EM SÉRIE

Funcionários de fazenda destroem barracos e casa de reza de comunidade Guarani Kaiowá no MS

Indígenas denunciam que intimidações contra o acampamento Kurupi vêm da Fazenda Tujuí e da Polícia Militar

Gabriela Moncau
Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 30 de Março de 2023 às 06:28

Fonte: Brasil de Fato (2023)

Em menos de duas semanas, a comunidade **Guarani Kaiowá** do *tekoha* Kurupi, próxima à cidade de Naviraí (MS), sofreu dois ataques por parte de funcionários da Fazenda Balneário Tejuí, sobreposta ao território ancestral. De acordo com lideranças da comunidade ouvidas pelo **Brasil de Fato**, na madrugada da última segunda-feira (27), tratores operados por empregados da fazenda e acompanhados pela Polícia Militar (PM) destruíram barracos e a casa de reza, que além de seu valor espiritual, abrigava as reuniões dos indígenas. Segundo as lideranças, que por segurança falaram em anonimato, o objetivo dos ataques é retirá-los do local e preparar a terra para plantio de commodities por parte do arrendatário do fazendeiro Miguel Alexandre. "Nossa situação aí, ó", mostra, em vídeo, uma mulher Guarani Kaiowá depois da destruição. As imagens evidenciam as marcas de grade de trator na terra. "Derrubaram a casinha, ó o *xiru* [altar sagrado] ali, a casa de reza derrubou. Não limparam nada, só vieram para estragar. E ficaram atirando aqui ainda", denuncia. "Esses invasores...", lamenta um homem ao lado dela. Os Guarani Kaiowá denunciam ainda que os tratores estão avançando sobre uma Área de Preservação Permanente (APP), mata protegida pelos indígenas e de onde os anciões extraem plantas medicinais. (MONCAU in BRASIL DE FATO, 2023, recurso online)

4.1.1. Principais enfrentamentos e horizontes para os Povos Indígenas

A situação dos povos indígenas no Brasil sempre vivenciou contextos de apagamento e violência. Historicamente são invadidos e assassinados, e tiveram um processo tardio, e ainda inacabado, do reconhecimento de sua humanidade. Os garimpeiros, invasores de terra, grileiros, madeireiros e os fazendeiros do agronegócio são ameaças diretas e constantes tanto à natureza quanto aos povos indígenas, que se entendem como um só.

Antigamente, nossos maiores não ficavam morrendo à toa. Desde a chegada dos garimpeiros é diferente. A maior parte de nossos pais e avós foi devorada por suas doenças. Nas terras altas, muitos dos nossos estão agora morando em casas desabadas, cobertas de lonas de plástico velho. Os jovens, órfãos, não abrem mais roças e não vão mais caçar. Ficam na rede o dia todo, ardendo de febre. É por tudo isso que não queremos garimpeiros na floresta em que *Omama* criou nossos ancestrais. O pensamento desses brancos está obscurecido por seu desejo de ouro. São seres maléficos. Em nossa língua, os chamamos de *napê worëri pë*, os "espíritos queixada forasteiros", porque não param de remexer os lamaçais, como porcos-do-mato em busca de minhocas. Por isso também os chamamos de *urihi wapo pë*, os "comedores de terra". (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.336-337)

Está nítida a emergência dessa situação no Brasil, mas não apenas, tendo como principal inimigo a ganância, o acúmulo de riquezas e o uso indiscriminado

dos bens naturais. Para além de toda a situação que não reside apenas nos dias atuais, é preciso mencionar o quanto o discurso de ódio e a flexibilização legislativa corroboram para o avanço da exploração e a intensidade do aniquilamento indígena. Nos governos Temer (2016-2019) e Bolsonaro (2019-2022), houve um avanço expressivo e indiscriminado das movimentações em prol da exploração mineral e do agronegócio em terras indígenas, como exemplifica a reportagem: “Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe” (G1, 2023, recurso online). A questão do garimpo ilegal ganhou mais visibilidade nos últimos anos justamente pelos efeitos deste enquanto provocador de uma crise sanitária na Terra Indígena Yanomami, no qual apontou não apenas para um processo de desnutrição dos moradores do território, devido à contaminação dos solos e a impossibilidade de plantar seus alimentos, como também gerou casos severos de malária.

Para além do que foi mencionado até aqui, há de se destacar quais as principais lutas que os povos indígenas, organizados pela APIB, estão construindo resistências e enfrentamentos diretos. Tendo como pauta tais reivindicações, destacam-se aqui um compilado de enfrentamentos que estão verdadeiramente aprofundados no veículo eletrônico da APIB (2023), tais como a “Funai Anti-Indígena”, que estava sendo construída no governo Bolsonaro enquanto agenda de desmobilização dos povos Indígenas, e que urge a necessidade de ser reestruturada. Diante disso, está em curso a necessária construção de estratégias que pressionem para que a Funai esteja de fato alinhada aos interesses dos povos Indígenas, verdadeiramente auxiliando e executando processos de demarcação e reconhecimento de territórios.

O PL 2633/2020, conhecido como o PL da Grilagem, também é considerado uma grande ameaça aos territórios e à manutenção do bem-estar da natureza. Como este, o PL 984/2019, que pretende permitir o uso da estrada-parque em áreas de preservação; o PL 191/2020 que cria um cenário maior de permissividade de exploração em territórios indígenas por parte de grandes grandes projetos de infraestrutura e mineração (APIB, 2023, recurso online).

Como centralidade de ameaça está o PL 490, o PL do Marco Temporal, criado pela bancada ruralista, e pode ser analisado enquanto proposta de maior

impacto e destruição colocado em pauta no Congresso. O Projeto de Lei em questão tem como intenção o estabelecimento de critérios para avaliação da veracidade de ocupação do território, tendo como necessidade a efetiva comprovação anterior ao ano de 1988, ano de criação da Constituição Federal. A página da APIB (2023, recurso online) realiza um estudo acerca deste projeto e alerta sobre os perigos de estabelecer uma data para fiscalização de documento diante de um cenário no qual os povos indígenas, expulsos de suas terras, tendo seus direitos negados, sofrendo ataques e invasões, em diversos contextos não tiveram acesso à documentação que provariam seu estabelecimento no território. Essa tese abre espaço para a autorização de grileiros que possuem a prática de falsificar documentos, de ocuparem territórios que não lhe pertencem, além de incentivar o aumento de violência nos territórios.

Como enfrentamento a todos esses processos, além das mobilizações por regiões e territórios, é necessário mencionar o Acampamento Terra Livre enquanto importante estrutura que pressiona a ação estatal e publiciza a situação indígena a alcance internacional. O Acampamento acontece desde 2004, e nomeado enquanto maior Assembléia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que no decorrer de todos os anos produz materiais, estudos, discussões, documentos de análise, que são essenciais para a organização dos anseios e para o debate das principais estratégias a serem executadas. Enquanto conquistas e ressonâncias desse processo de organização estão a:

[...] criação do Conselho Nacional da Política Indigenista (CNPI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI) e da participação de representantes dos povos indígenas em instâncias ou colegiados que tratavam assuntos de seu interesse, relacionados com a promoção e efetivação dos seus direitos fundamentais. (APIB, 2023, recurso online)

Isto posto, mesmo que seja urgente discutir sobre a necessidade de avançar diversas dimensões essenciais para a garantia de acesso à direitos pelos povos indígenas, também é extremamente relevante pontuar sobre os avanços conquistados, assim como configura-se o caso do Acampamento mencionado acima. De modo histórico, Sônia Guajajara, nascida da terra indígena Araribóia no Maranhão, foi a primeira mulher indígena eleita a Deputada Federal, assumindo o Ministério dos Povos Indígenas em 2023, governo Lula. A conquista deste espaço

representa grande potência para a construção de oposições no âmbito do Congresso Federal, mas ao mesmo tempo deixa em evidência os limites da democracia capitalista, e a necessidade de construção de outros enfrentamentos.

4.2 CONAQ - POVOS QUILOMBOLAS

Assim como no item anterior, estão demarcados aqui questões pertinentes à luta dos povos quilombolas no período em questão. Os aspectos aqui elucidados também demonstram o atraso brasileiro em relação a demandas básicas e basilares de uma democracia. As reportagens servem para ilustrar sobre a necessidade de uma organização consistente e de enfrentamentos direcionados, já que existem diversas lacunas a serem solucionadas, e muitas delas estão relacionadas ao impacto das grandes empresas, do capitalismo e da Questão da Terra no Brasil. Para além disso, destaca-se a presença, assim como na Questão Indígena, da violência e da coerção como ferramenta de controle e opressão dos povos.

Reportagem 9



The image shows a screenshot of a news article from the website 'amazônia REAL'. The article is titled 'FAB usa violência em ação de despejo contra quilombolas em Alcântara'. The author is Nicololy Ambrosio, and it was published on 06/04/2023 at 10:39. The article is categorized under 'Questão Agrária'. The screenshot also shows the website's logo and a search icon.

Fonte: Amazônia Real (2023)

Manaus (AM) – Moradores do Quilombo Vista Alegre, em Alcântara, no litoral do Maranhão, foram vítimas de uma violenta tentativa de despejo, no último dia 29 de março. Militares da Força Aérea Brasileira (FAB) lotados no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e agentes da Polícia Federal (PF) invadiram uma parte do território de Vista Alegre, ferindo várias pessoas, inclusive crianças, mulheres e idosos. Foram usadas balas de borracha e gás lacrimogêneo para atacar a comunidade durante a ação. “Meu pai ‘pegou’ dois tiros de bala, um na perna e outro na virilha. Minha filha ‘pegou’ um tiro na testa. Eles atiraram contra ele e atingiram ela. Foi uma coisa horrível”, denuncia Orlandira Costa, uma das moradoras da Vista Alegre. A menina tem apenas 4 anos e estava dentro do

terreno da casa da família. Orlandira contou em entrevista à Amazônia Real que os quilombolas estavam reunidos, de forma pacífica, para impedir a entrada dos militares. “A gente não ia deixar eles invadirem nossa comunidade assim para querer derrubar nossas casas.” A comunidade Vista Alegre abriga cerca de 50 famílias. Ela está localizada em Alcântara, o município que tem o maior número de comunidades quilombolas do País. São mais de 3,3 mil famílias, com cerca de 22 mil habitantes. A relação com os militares nunca foi pacífica. Mas a ação da semana passada surpreendeu por retomar uma violência desmedida e desproporcional. [...] Os quilombolas de Alcântara denunciam que não podem mais ir à praia livremente e se sentem ameaçados em transitar na região. “Eles passam aqui o dia todo. A gente vive da pesca e não pode mais ir pescar, porque eles chegam com armas e botam na gente perguntando para onde a gente vai. A gente vive oprimido aqui. Agora não podemos trafegar no nosso próprio lugar. Eles sabem que vivemos da pesca e está difícil viver assim ameaçado”, afirma Orlandira Costa. Os quilombolas de Vista Alegre resistem no local há quatro gerações e, segundo Orlandira, vão continuar resistindo para ocupar o local, mesmo com a atitude dos militares. “Faz anos que eles querem nos tirar da comunidade, mas a gente vive aqui há muito tempo, passando de geração em geração e não vamos entregar nossas terras para eles”, diz. (AMBROSIO in AMAZÔNIA REAL, 2023, recurso online)

Reportagem 10

The screenshot shows the top navigation bar of the website 'Brasil de Fato 20 anos'. The header is red with white text. The main title 'Brasil de Fato 20 anos' is prominently displayed, with the tagline 'UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO' below it. To the right, there are social media icons for Facebook, Twitter, YouTube, Instagram, and RSS, along with language options for 'ENGLISH' and 'ESPAÑOL'. Below the navigation bar, a breadcrumb trail reads 'INÍCIO > POLÍTICA' and 'SAUDÁVEL E INCLUSIVO'. The main headline of the article is 'Povos tradicionais e quilombolas lutam para valorizar modos seculares de produção de alimentos'. A sub-headline reads 'Diversas atividades durante a semana em Brasília ajudaram a atrair visibilidade a conhecimentos ancestrais e nativos'. The author's name 'Alex Mirkhan' and the date 'Brasília (DF) | 26 de Março de 2023 às 11:31' are listed at the bottom of the article header.

Fonte: Brasil de Fato (2023)

Agricultura familiar, soberania alimentar e comunidades de matriz africana possuem muito em comum. Com apoio institucional e de políticas públicas, podem estabelecer conexões, valorizar suas produções e aumentar o alcance do seu conhecimento a outras regiões do país. É o que pensam algumas lideranças que estiveram em Brasília durante a semana da Igualdade Racial, e se reuniram para debater propostas e trocar experiências. Na segunda-feira (20),

diversas organizações do movimento negro promoveram uma conferência livre sobre saúde e segurança alimentar no auditório do Ministério da Agricultura e Pecuária. Com a presença de ativistas de diferentes estados, a condução e mediação dos debates foram feitos por Kota Mulanji, nome tradicional de Regina Barros Nogueira, coordenadora do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma). [...] "Os nossos saberes, conhecimentos, dentro da questão de ervas, todas essas práticas que são na verdade a grande porta de entrada da maioria desta população brasileira que não têm acesso na atenção primária, e ele vai para dentro dessas mudanças territoriais. E aí lá ele encontra a integralidade do ser, do corpo, físico e espiritual dentro desse processo alimentar também, uma alimentação adequada", pontua. [...] Agora, com o retorno do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, um trabalho interministerial começa a ser feito para garantir algumas proposições. Afinal, completou-se 20 anos da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, embrião do atual Ministério da Igualdade Racial. Um dos caminhos pode passar por um Marco Legal para os territórios já existentes, materializado no Projeto de Lei Makota Valdina, de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF). Outro projeto, do senador Jaques Wagner (PT-BA), estabelece que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passe a comprar uma cota mínima de produtos advindos de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. (MIRKHAN in BRASIL DE FATO, 2023, recurso online)

Reportagem 11

The screenshot shows the top navigation bar of the Senado Notícias website. It includes a 'Menu' icon, the 'SENADO FEDERAL' logo, and the 'senadonoticias' logo. Below the logo is a navigation menu with options: Notícias, Especiais, Fotos, Serviços, Saiba Mais, Expediente, and a commemorative banner for '100 anos sem Ruy Barbosa'. A breadcrumb trail reads 'Home > Matérias > Comissões'. The main headline is 'Comunidades quilombolas defendem agilidade na regularização de terras', dated 'Da Agência Senado | 10/08/2022, 14h49'. Social media sharing icons for WhatsApp, Facebook, Twitter, Telegram, and LinkedIn are visible at the bottom right.

Fonte: Agência Senado (2022)

Durante audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, nesta quarta-feira (10), o senador Paulo Paim (PT-RS) e representantes de comunidades quilombolas alertaram para a necessidade de agilizar o processo de regularização de terras para esses povos. Para eles, a longa espera pela titulação contribui para o aumento dos conflitos e das ameaças nos territórios quilombolas,

colocando em risco a existência dessas comunidades e a preservação ambiental. O debate desta quarta-feira faz parte da agenda de mobilização do Aquilombar, evento que reúne caravanas de quilombolas de todo o país em Brasília com o objetivo de inserir suas demandas na pauta política. [...] — No Brasil não se sabe quantos quilombos existem. Segundo levantamento da Fundação Cultural Palmares, são em torno de 3.600 grupos. Apenas 154 foram titulados. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), 1.700 grupos estão aguardando a conclusão dos estudos antropológicos ou a emissão de laudos técnicos para conquistarem seus títulos definitivos. Cuidar do meio ambiente é também proteger e respeitar os povos originários: quilombolas, indígenas e os povos das florestas que combatem o desmatamento e a degradação ambiental — afirmou o senador. [...] O artigo 68 da Constituição garante que os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras tenham a propriedade reconhecida. Em 2003, no governo do ex-presidente Lula, foi assinado o Decreto 4.887, de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. (AGÊNCIA SENADO, 2022, recurso online)

Reportagem 12



Auxílio de R\$ 900 por mês permite que essas populações se mantenham longe dos seus territórios. Falta de bolsas obriga universidades a criar outros critérios de seleção

30 de maio de 2022
10:00

Bruna Bronoski

Fonte: Agência Pública (2022)

No ano em que a Lei de Cotas completa dez anos, estudantes indígenas e quilombolas enfrentam um desafio ainda maior do que entrar na universidade: se manter nela. Vindos de espaços em que o dinheiro não é a moeda de troca mais valiosa, eles contam com a Bolsa Permanência para se sustentarem nas cidades em que estão localizados os campi das universidades federais. Levantamento exclusivo da Agência Pública com dados obtidos via Lei de Acesso à

Informação (LAI) mostra, porém, que o programa foi drasticamente reduzido durante o governo Bolsonaro. Hoje seis entre cada dez alunos dessas populações que solicitam o auxílio têm seus pedidos negados. [...] A estrutura financeira de estudantes indígenas e quilombolas é muito diferente de qualquer estudante já inserido no contexto urbano, explica a antropóloga indígena Braunila Baniwa, ao ressaltar a importância da Bolsa Permanência para essas populações. A cultura extrativista e o trabalho na roça da maioria dos seus pais e familiares nas florestas e comunidades, diz, não permitem que eles se mantenham com o alto custo de vida urbano, que só aceita dinheiro para sua manutenção. “Na cidade se passa fome, ninguém te oferece água, comida, nem teto. Tem que pagar.” [...] Da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), o quilombola Walisson Braga, estudante de artes visuais da UnB, analisa a Bolsa Permanência como uma ferramenta de desenvolvimento coletivo, e não apenas individual. “Quando os quilombolas passam pela universidade, não é só a gente que está lá. Levamos nossa comunidade inteira na mochila, damos um retorno ao nosso território.” Para ele, essa ferramenta também é de mão dupla. “Muita gente dentro das universidades não conhece a cultura quilombola como deveria. A universidade forma a gente, mas nós também formamos a universidade”, conclui. (BRONOSKI in AGÊNCIA PÚBLICA, 2022, recurso online)

Reportagem 13



Construção do Centro de Lançamento foi planejada pela ditadura e envolveu remoção de mais de 300 famílias; governo Bolsonaro quer que EUA utilizem base

11 de janeiro de 2022
12:00

[Rafael Oliveira](#)

🕒 Este texto foi publicado há mais de 1 ano

Fonte: Agência Pública (2022)

O Brasil será julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) por possíveis violações de direitos humanos contra as comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão. O caso está relacionado à instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), projeto iniciado pelo governo militar brasileiro, ainda na

década de 1970. A construção da base de lançamentos de foguetes da Força Aérea Brasileira (FAB) envolveu a remoção compulsória de mais de 300 famílias ao longo da década de 1980. Mais recentemente, o governo Bolsonaro chegou a assinar acordo para ceder a utilização da base aos Estados Unidos, o que também é questionado pelos quilombolas. Além disso, o processo de titulação do território não avança há mais de 13 anos. [...] Para Danilo Serejo, quilombola e assessor jurídico do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe), a expectativa é que o Brasil seja condenado pela Corte e “seja compelido a reparar as comunidades de Alcântara”. “A subida do caso para a Corte atesta e comprova que há de fato uma ação deliberada do Estado brasileiro de continuar violando os direitos das nossas comunidades, que há uma perpetuação de violações aos direitos humanos”, afirma.[...] A “cessão da Base Espacial para lançamentos privados”, que Pedrosa menciona, avançou especialmente com a assinatura de um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os Estados Unidos, celebrado entre Jair Bolsonaro (PP) e o então presidente norte-americano Donald Trump, em março de 2019, na primeira visita do mandatário brasileiro aos EUA. A tratativa entre os dois países se iniciou ainda no governo de Michel Temer (MDB), em 2017. Segundo estimativas do governo na época da assinatura, o aluguel da base poderia gerar até 10 bilhões de dólares anuais para o Brasil. [...] A denúncia dos quilombolas de Alcântara é o 17º caso brasileiro a chegar à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Até hoje, o órgão julgou o Estado brasileiro em 11 oportunidades, sendo que o Brasil foi condenado em dez ocasiões. Há outros cinco casos com análise pendentes. (OLIVEIRA in AGÊNCIA PÚBLICA, 2022, recurso online)

Reportagem 14



AgênciaBrasil

© Weverson Paulino

Direitos Humanos

Governo brasileiro vai se desculpar por violações contra quilombolas
Caso envolve comunidades retiradas da área da Base de Alcântara

Publicado em 27/04/2023 - 09:04 Por Paula Laboissière - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Fonte: Agência Brasil (2023)

O governo brasileiro anunciou que vai se desculpar publicamente nesta quinta-feira (27) por violações cometidas contra comunidades

quilombolas durante a construção do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. O caso está sendo julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH) em Santiago, no Chile. Em nota, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informou que a proposta é apresentar, durante a audiência de hoje, uma postura pautada pelo respeito às comunidades tradicionais e suas demandas, mas que também dialogue com a necessidade de avanço tecnológico da região e que possa primar pela construção de alternativas sustentáveis. [...] Os denunciantes querem que o governo brasileiro conceda a titulação definitiva do território quilombola, pague indenização às comunidades removidas e às que permanecem no local, crie um fundo de desenvolvimento comunitário em conjunto com as famílias e realize estudo de impacto ambiental e cultural. [...] Ontem, o governo federal [determinou a criação de um grupo de trabalho](#) (GT) interministerial encarregado de propor uma solução para a disputa territorial em Alcântara. O [decreto foi assinado](#) pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin, pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, e pelo advogado-geral da União adjunto, Flávio Roman. Composto por representantes de 12 órgãos federais, da Aeronáutica e de comunidades quilombolas, o GT deve encontrar formas de o governo conceder às comunidades remanescentes o título de propriedade das terras sem criar empecilhos às operações do centro de lançamento. (LABOISSIÈRE in AGÊNCIA BRASIL, 2023, recurso online)

Reportagem 15



A Repórter Brasil

Jornalismo

Pesquisa

Educação

Podcast

Contribua

Contato



Cercados pelo dendê, povos tradicionais vivem terror em disputa fundiária com produtora de biodiesel

Por Isabel Harari e Hélen Freitas | 08/08/22

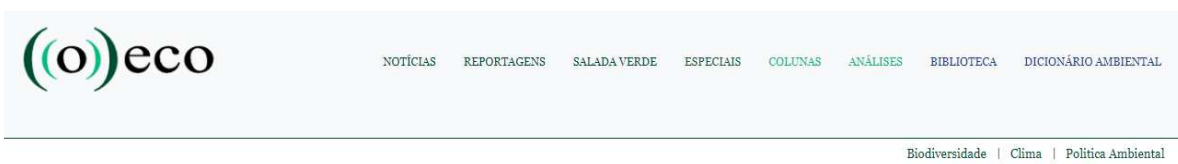
Plantações da Brasil BioFuels no nordeste do Pará estão sobrepostas a áreas reivindicadas por indígenas e quilombolas; empresa fechou acordo bilionário com a maior distribuidora de combustível de aviação no país

Fonte: Repórter Brasil (2022)

Cercados por plantações de dendê, moradores dos quilombos Nova Betel, Alto Acará Amarqualta e da terra indígena Turé Mariquita vivem um cenário de terror desde que a produtora de óleo de palma Brasil BioFuels (BBF), que afirma ser a maior da América Latina, se instalou na região, a 200 km de Belém. Os dendezaís, comprados pela BBF em 2020, cobrem os dois lados da estrada de terra que leva às comunidades tradicionais. As delimitações dos três territórios estão em disputa na Justiça. As famílias quilombolas aguardam há

mais de 10 anos pela titulação das duas áreas. Já os Tembê requerem, desde 2016, a ampliação da terra indígena de 147 hectares, demarcada há 30 anos. Enquanto as comunidades lutam pela regularização de seus territórios, a BBF afirma ser dona de fazendas sobrepostas às terras reivindicadas. Em meio ao caos fundiário, um clima de ameaças e violência se intensifica na região. “É a guerra do dendê”, afirmam os povos.[...] A BBF entrou no mercado paraense ao adquirir a Biopalma, então subsidiária da mineradora Vale, e hoje controla 56 mil hectares no estado. A área de cultivo da empresa, equivalente a 78 mil campos de futebol, está localizada nas regiões do Vale do Acará e no Baixo Tocantins, maior região produtora de óleo de palma do Brasil. [...] Indígenas e quilombolas afirmam que a BBF rompeu unilateralmente acordos firmados com as comunidades tradicionais que vivem no entorno das plantações de dendê, que previam apoio às roças e construção de poços artesianos. As ações eram mantidas pela Biopalma, uma das primeiras empresas a se instalar na região, em 2007. “Eles compraram as fazendas ‘com porteira fechada’, com os bois dentro. Só que não era boi, era a gente”, diz Emídio Tembê. (HARARI; FREITAS in REPÓRTER BRASIL, 2022, recurso online)

Reportagem 16



REPORTAGENS

Quilombolas pedem consulta prévia e paralisação de obra da Suzano dentro de território tradicional

Apesar dos desmatamentos, Inema alega dispensa de licenciamento. Fórum de entidades exige agilidade dos governos federal e estadual na titulação de povos tradicionais da Bahia

FERNANDA COUZEMENCO · 24 de março de 2023

Fonte: O Eco (2023)

A titulação dos territórios das comunidades e povos tradicionais é uma medida fundamental para garantir sua sobrevivência e, conseqüentemente, dos ecossistemas naturais com os quais eles convivem e protegem há gerações. No estado da Bahia, o atraso na implementação dessa política tem provocado danos sociais e ambientais ainda não mensurados, incluindo agressões e mortes de pessoas e aniquilação de milhares de hectares de vegetação primária ou em estágio avançado de recuperação nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, intensificando a insegurança hídrica de comunidades e cidades e a vulnerabilidade local e global frente à

crise climática. [...] Das 674 comunidades já certificadas pela Fundação Palmares, por exemplo, quase 94% não têm sequer o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) no Incra. Considerando que 407 comunidades quilombolas (quase dois terços) estão certificadas há mais de 10 anos, o documento alerta: “mais de 100 anos serão necessários para finalizar a regularização dos territórios quilombolas na Bahia se o Incra continuar no ritmo atual”. [...] Os signatários pedem, para os governos Lula e Jerônimo, a elaboração de planos de atuação, com cronograma definindo prazos e metas para os próximos quatro anos e com detalhamento de ações a cada bimestre. À gestão estadual é solicitado um mapeamento de todo o território baiano, “identificando e arrecadando todas as terras públicas” e que seja feita, “com urgência, a retirada de cercas, barramentos, tapumes e similares que, ao longo de territórios tradicionais, têm fechado caminhos centenários de servidão e cercado manguezais, praias, rios, áreas tradicionais de extrativismo etc”. [...] O rol de impactos é variado: venenos aplicados de avião que contaminam o ar, o solo e as águas, mortandade de animais domésticos e silvestres, secamento de nascentes, muito barulho e poeira provocado pela passagem das carretas que transportam as toras de eucalipto, acidentes com carretas, queda de eucaliptos com as ventanias, empilhamentos da madeira nas margens das estradas que bloqueiam o trânsito dos moradores e facilitam a ação de bandidos. “Temos mais de mil páginas de denúncias desde 2017 na procuradoria”, estima Célio Leocádio. A única ação vencida, no entanto, foi junto à companhia elétrica, a Coelba, que levou energia elétrica para a comunidade de Volta Miúda em 2021. “Com a Suzano a gente não consegue nada. O jurídico dela é muito forte”. (COUZEMENCO in O ECO, 2023, recurso online)

4.2.1. Principais enfrentamentos e horizontes para os Povos Quilombolas

A busca pela efetivação e legitimação política do direito à terra e a centralidade da organização de comunidades quilombolas. Esse processo de enfrentamento, assim como foi categorizado nos tópicos acima, é processo de constante luta, já que desde o contexto de colonização, a estrutura social nunca conseguiu efetivar os direitos sociais básicos para as pessoas negras.

Ivo Fonseca, liderança quilombola da Conaq e da Aconeruq, aborda o movimento de lutas das comunidades quilombolas, numa perspectiva histórica de processo: “*O Movimento quilombola pode se associar ao movimento contra a escravidão. Você pode ver que as nossas lutas de hoje não são muito diferentes [daquelas] da época da escravidão*”. Givânia Silva também reflete sobre esse processo mais amplo de resistência das comunidades quilombolas: “Os desafios de hoje são os desafios de ontem. Por que os de ontem? Porque esses foram o desafio da superação dos navios, da escravidão, do anonimato, do abandono etc. Os de hoje não são esses, mas tem a mesma finalidade que é anular qualquer possibilidade de que preto nesse país seja tratado como o restante da população. Quando a grande imprensa, o latifúndio, setores

conservadores da sociedade reagem contra essa política nós entendemos que o que está acontecendo hoje é o mesmo que aconteceu ontem, só que por outros meios e outros mecanismos. O que está posto é a certeza de que cada vez mais precisamos estar unidos. É uma luta árdua e, acima de tudo, é uma luta coletiva". (SOUZA in TEORIA E DEBATE, 2021, recurso online)

A contínua construção desse processo demonstra a quantidade de luta e resistência que ainda há pela frente. Diante de um Estado que não realiza investimentos significativos com mudanças estruturais para essa população, o sentido da resistência se encara, portanto, na dimensão de aquilombamento, mas que de modo intrínseco está atrelado aos pressionamentos e organizações a nível territorial, estadual e Federal. A própria organização do CONAQ, que se constitui enquanto movimento social, é constituído por subdivisões de coordenações estaduais que também estão em constante articulação com os territórios e as demandas destes.

As comunidades quilombolas apresentam um processo crescente de mobilização e organização, cuja pauta é a busca pela efetivação dos seus direitos, com ênfase para o direito à terra. É importante ressaltar o enorme passivo do Estado brasileiro para a efetivação dos direitos quilombolas, materializado pela escassez de recursos, meios técnicos e infraestrutura, além dos graves conflitos presentes em parte dos territórios quilombolas. Contudo, é visível o crescimento dessa rede que reúne comunidades de diferentes realidades, reunidas a partir de uma pauta comum de reivindicação de direitos. *Aquilombar-se* relaciona-se fundamentalmente ao movimento quilombola, pensando-o como proveniente da luta pela garantia dos direitos desses grupos. Essa trajetória de luta tem múltiplas facetas, sendo uma delas a institucional, das coordenações, associações e federações, o que se soma às outras formas de resistência das comunidades. O central é que *aquilombar-se* remete à luta contínua não pelo direito a sobreviver, mas pelo de existir em toda a sua plenitude. Trata-se da luta pela existência física, cultural, histórica e social das comunidades quilombolas. (SOUZA in TEORIA E DEBATE, 2021, recurso online)

O crescimento da rede que visa pela construção de direitos para os territórios quilombolas tem sido cada vez mais consistente. Fica nítido que a busca por acesso aos territórios é a principal demanda, mas não é a única. Diversas dimensões são constantemente enfrentadas, mesmo em territórios já reconhecidos pelo Estado, tais como a violência proveniente de invasores do agronegócio e grileiros, o acesso à educação de qualidade, o acesso à saúde nos territórios - o que ficou escancarado no período de pandemia do Covid-19, entre outras dimensões como acesso à água,

saneamento básico, e muitas outras questões que impactam a vivência de pessoas negras no território brasileiro.

Para a advogada Vercilene Dias, assessora jurídica da Conaq e da Terra de Direitos, a letalidade alta é reflexo da desassistência do Estado. “Na maioria das comunidades quilombolas, não há unidades básicas de saúde. Quando há, elas não têm médicos”, afirma. As dificuldades não se restringem à área da saúde: como a maioria dos quilombos não passou pelo processo de regularização fundiária, são frequentes os conflitos por terra, que continuaram durante a pandemia. Em algumas regiões, conta Vercilene, as pessoas têm dificuldade para acessar água potável. (CISCATI in BRASIL DE DIREITOS, 2020, recurso online)

A questão educacional também tem sido uma pauta de constante enfrentamento e organização em territórios quilombolas, e a CONAQ atua na publicização e organização dessas demandas. Em encontro com o MEC, em junho de 2023, possuiu o intuito de esclarecer algumas demandas e pressionar uma atuação mais direta e consciente em relação à educação em comunidades quilombolas. O que pode ser observado com essas questões é que mesmo com a regularização do território, é necessário que o Estado garanta a proteção social de modo ampliado e integral, que não atrapalhe o desenvolvimento dos territórios e não impeça o percurso de entrada dos jovens no Ensino Superior.

Entre os pontos citados estão: Falta de escolas dentro dos quilombos; Falta de formação de professores e professoras de acordo com as diretrizes para a educação escolar quilombola; Situação degradante das estradas rurais e ônibus escolares; Falta de estrutura nas escolas, incluindo os laboratórios, bibliotecas, quadras de esportes (quando as escolas possuem os espaços); Questões relacionadas à Bolsa Permanência; Evasão escolar; Desterritorialização por falta de escolas nos quilombos; Dificuldade no acesso de dados do censo escolar. Givânia Maria da Silva, co-fundadora da CONAQ, coordenadora do Coletivo de Educação da CONAQ e integrante da Rede de Ativistas pelo Fundo Malala no Brasil afirmou que o Governo Federal, em especial a SECADI, precisa se comprometer com a pauta e resolver as situações que criam barreiras para milhares de estudantes quilombolas. (CONAQ, 2023, recurso online)

Com todas as categorias analisadas até aqui, mesmo tendo o intuito de abarcar diversos atravessamentos, não é possível registrar neste trabalho as múltiplas lacunas que ainda existem para os povos negros quilombolas. São diversas violações e violências constantemente vivenciadas na existência de sujeitos historicamente colocados à margem da lógica social. A vivência dos povos

negros e quilombolas no Brasil, por si só, já é uma representação clara da resistência e do poder da coletividade que garantiu a sobrevivência da cultura, religião, modos de vida e de relação com a terra, que só permanecem vivas e fortes por conta desse processo constante de luta. A pluralidade alimentar, musical, a capacidade de produção e reprodução da vida e as religiosidades de matriz Africana, são apenas alguns dos diversos elementos que alimentam e compõem a riqueza da sociedade brasileira e que precisam ser preservadas e protagonizadas enquanto importância e centralidade no Brasil.

4.3. MST - TRABALHADORES DA TERRA

A luta dos povos do campo, em destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), também está demarcada aqui neste trabalho como centralidade no campo de disputas da luta de classes brasileira. Há muita atualidade no enfrentamento em relação à democracia da terra para esses povos do campo, que apesar de terem alcançado grandes e importantes avanços desde sua fundação, ainda continuam lutando por questões que não foram solucionadas no percurso histórico.

Reportagem 17



The image shows a screenshot of the MST website. At the top left is the MST logo, a circular emblem with a map of Brazil and the text 'MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA BRASIL'. To the right of the logo is the text 'PRODUTOS DO MST' followed by social media icons for Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, and a search icon. Below this is a navigation menu with the following items: 'O MST', 'NOTÍCIAS', 'MÍDIAS', 'PUBLICAÇÕES', and 'INTERNACIONAL'. The main content area features a news article with the following details:

- Category: [Alimentação](#)
- Title: **“O debate sobre alimentação passa pela estrutura fundiária e econômica”, afirma Felipe Campelo**
- Text: ONU aponta que 18,4% da população da América Latina não tem dinheiro para comprar alimentos saudáveis
- Tag: **Notícias**
- Date: 27 de janeiro de 2023

Fonte: MST (2023)

O novo relatório das Nações Unidas Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional 2022 garante que 22,5% das pessoas na

América Latina e no Caribe não têm meios suficientes para acessar uma alimentação saudável. Só no Caribe, 52% da população foi afetada por esta situação e na América do Sul, 18,4%. A publicação informa que 131,3 milhões de pessoas na região não puderam pagar por uma alimentação saudável em 2020. [...] Os números não são esperançosos, e o desafio para superar esta realidade é imenso. Felipe Campelo, integrante da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) da Bahia e da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egidio Brunetto, assentado da reforma agrária, nos explica que não há escassez de produtos, mas uma histórica concentração de terra que não pode ser desconsiderada no entendimento de tudo isso. [...] menos de 1% das propriedades com mil hectares ocupam quase 50% das terras agricultáveis no Brasil. Por outro lado, 40% das propriedades com 10 hectares, ocupam em torno de 2,3% das terras agricultáveis. “A grande quantidade da terra está nas mãos dos grandes latifúndios. E esses latifúndios produzem commodities para exportação para Europa, Ásia, EUA: soja, milho, algodão, eucalipto”, explica. Felipe afirma ainda que a fome na América Latina tem a sua raiz na história de apropriação da terra feita pelo grande capital financeiro. [...] “O grande debate sobre alimentação passa sobre a estrutura fundiária e pela estrutura econômica deste país que não permite que as pessoas tenham o mínimo de acesso ao trabalho, de acesso à terra, de acesso à produção e ao alimento”, acrescenta Felipe. (DIAS in MST, 2023, recurso online)

Reportagem 18



The image shows a screenshot of the MST website. At the top left is the MST logo, a circular emblem with a map of Brazil and the text 'MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA BRASIL'. To the right of the logo is the text 'PRODUTOS DO MST' followed by social media icons for Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, and a search icon. Below this is a navigation menu with the following items: 'O MST', 'NOTÍCIAS', 'MÍDIAS', 'PUBLICAÇÕES', and 'INTERNACIONAL', each with a dropdown arrow. The main content area features the text 'MST 38 Anos' in a small font, followed by the article title 'MST: 38 anos lutando pela democratização da terra no Brasil' in a large, bold font. Below the title is a short summary: 'MST completa mais um ciclo de resistência e conquistas na luta pela Reforma Agrária Popular e vida digna aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade'. A red button labeled 'Notícias' is positioned below the summary, and the date '21 de janeiro de 2022' is at the bottom left of the article preview.

Fonte: MST (2022)

Neste mês de janeiro de 2022, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completa 38 anos de uma luta histórica de resistências e conquistas. [...] Uma história de raízes profundas herdadas da luta pela terra dos povos originários, camponeses, indígenas e quilombolas, mas que se concretiza enquanto

movimento social organizado a partir do 1º Encontro Nacional do MST, no ano de 1984, em Cascavel, Paraná. [...] A partir da definição da ocupação como ferramenta de luta, nascem também os princípios organizativos do Movimento, baseados na objetividade histórica impulsionada pela necessidade de realizar a Reforma Agrária, com o fim de socializar a terra como bem comum ao povo, reivindicando “Terra para quem nela vive e trabalha”. [...] Atualmente, o MST é composto por 450 mil famílias assentadas e cerca de 90 mil famílias acampadas, organizadas em 24 estados brasileiros. Essas famílias estão organizadas por meio da agricultura familiar camponesa atuando em 1,9 mil associações comunitárias, 160 cooperativas e 120 agroindústrias, produzindo alimentos saudáveis para o campo e a cidade. [...] Izabel narra que o MST “nasce pautado na necessidade de terra para as populações que foram alijadas desse direito durante a ditadura militar, onde o capitalismo se expande no campo, dando início a toda essa questão do que estamos vivendo hoje, da expansão da monocultura e do agronegócio”. Assim, “Ocupar, resistir e produzir” se tornou a tônica em movimento como grito de ordem e rebeldia que atravessa as quase quatro décadas de existência do MST. [...] Assim como as comunidades indígenas e outros povos tradicionais lutam por uma terra sem males e para continuarem tendo o direito ao reconhecimento de seus territórios e modos de vida, a classe camponesa também forjou sua luta para sobreviver e conquistar uma vida digna ao longo de muitas décadas. (MST, 2022, recurso online)

Reportagem 19



The image is a screenshot of the MST website. At the top left is the MST logo, a circular emblem with a map of Brazil and a person holding a flag, surrounded by the text 'MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA BRASIL'. To the right of the logo is the text 'PRODUTOS DO MST' followed by social media icons for Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, and a search icon. Below this is a navigation menu with the following items: 'O MST', 'NOTÍCIAS', 'MÍDIAS', 'PUBLICAÇÕES', and 'INTERNACIONAL'. The main content area features a news article with the following details:

- Category: FENARA
- Title: **Com expectativa de reunir 500 toneladas de alimentos, MST lança 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária**
- Summary: Lançamento ocorreu no último sábado (29) com ato político que reuniu ministros, deputados e organizações sociais
- Tag: Notícias
- Date: 30 de abril de 2023

Fonte: MST (2023)

[...] “A nossa Feira tem o principal objetivo de expor a verdadeira importância da Reforma Agrária na produção de alimentos saudáveis a partir de um outro paradigma de produção, que produz a partir de outra relações humanas, com os bens naturais e com a saúde”,

destacou o dirigente em coletiva de imprensa de lançamento da Feira. [...] Também na coletiva de imprensa, Ceres Hadich, da direção nacional do MST, reforçou o papel da Feira na relação com a sociedade, como parte da construção do projeto de Reforma Agrária Popular. Segundo Ceres, o diálogo permanente com a população que está na cidade é fundamental para o fortalecimento da luta pela terra e pela produção de alimentos. “Essa aproximação construída ao longo dessas décadas de existência do MST, foi fundamental para que atravessássemos nossos 40 anos de organização, com apoio popular, e chegar até aqui”, refletiu Hadich. Para a dirigente, a relação com a sociedade impulsionada e fortalecida através das Feiras, seja em sua edição nacional ou nos estados, é central frente aos desafios da luta popular camponesa nesse período. “Esparramar e disseminando nosso jeito de ser, de fazer arte, de fazer luta, é um pilar da nossa relação com a sociedade que nos permitiu chegar até aqui e, com isso, compreender também o papel da Reforma Agrária para aqueles e aquelas que vivem nas cidades”. (MARINHO in MST, 2023, recurso online)

Reportagem 20



The screenshot shows the top navigation bar of the MST website with the logo on the left and social media icons on the right. The main menu includes 'O MST', 'NOTÍCIAS', 'MÍDIAS', 'PUBLICAÇÕES', and 'INTERNACIONAL'. The article title is 'O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?' and the date is '16 de julho de 2021'.

Fonte: MST (2021)

O último Censo Agropecuário brasileiro, realizado em 2017, aponta que cerca de 1% dos proprietários de terras controlam quase 50% da área rural. [...] Esse retrato da realidade ilustra o tamanho da expropriação realizada pelo projeto colonial, e ao longo dos séculos, tomada pelo capitalismo e imperialismo, com consequências políticas, econômicas, sociais e ambientais na construção histórica do Brasil e América Latina. [...] A realidade impôs a necessidade de atualizar a luta pela reforma agrária. Desta forma, o conceito de reforma agrária clássica passa a ser substituído pelo conceito da reforma agrária popular, que agora traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria

central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária. Cada vez mais a luta pela reforma agrária implica o enfrentamento ao capital, que se manifesta na luta contra as grandes empresas transnacionais, como as do agronegócio, responsáveis pela produção dos agrotóxicos, sementes transgênicas e o esgotamento dos recursos naturais. [...] A partir de então, a reforma agrária deixa de ser interesse apenas das populações que vivem no campo e se transforma numa necessidade do conjunto da sociedade. Da mesma forma, as(os) camponesas(es) sozinhas(os) não são mais capazes de alterar a correlação de forças para reorganizar a estrutura fundiária. Ela só será possível quando as populações das cidades também compreenderem a necessidade de realizá-la. [...] Porém, o conceito de reforma agrária popular vai muito além das questões produtivas. Perpassa também pela construção de novas relações humanas, sociais e de gênero, enfrentando o machismo e a lgbtfobia, por exemplo. Perpassa por garantir o acesso à educação em todos os níveis no meio rural, ao mesmo tempo que tem como propósito construir formas autônomas de cooperação entre os trabalhadores que vivem no campo e na relação política com as massas urbanas. (MST, 2021, recurso online)

Reportagem 21



The screenshot shows the top navigation bar of the MST website with the logo on the left and social media icons on the right. Below the navigation bar, the article title is prominently displayed, followed by a short introductory paragraph and a date stamp.

PRODUTOS DO MST

O MST ▾ NOTÍCIAS MÍDIAS ▾ PUBLICAÇÕES ▾ INTERNACIONAL ▾

Aromas de Março

Sementes Marias, Mahins, Margaridas: as mulheres e as lutas de resistência

A coluna deste abril traz um balanço das Jornadas de Luta das Mulheres Sem Terra e um histórico do protagonismo feminino nas lutas, apagadas pelo patriarcado, mas não silenciadas

Artigos Notícias

10 de abril de 2023

Fonte: MST (2023)

[...] *“O agronegócio lucra com a fome e a violência. Por Terra e Democracia, mulheres em resistência!”* Com essa consigna as mulheres Sem Terra anunciaram os aromas das lutas e ocuparam as ruas e as redes com ações nos 23 estados do país e no Distrito Federal, inclusive em terras africanas, na Zâmbia. A Jornada de março se insere na tradição histórica de lutas conduzidas por mulheres em todo o mundo. Luta por direitos trabalhistas, ao corpo,

por vida digna, pela construção de relações humanas livres de violência e igualitárias. [...] As mulheres sempre organizaram a resistência, mas o julgo patriarcal acabou por apagar seu protagonismo de nossa história. [...] **Seguimos em luta, pois não podemos permitir** que as crises das democracias limitadas do capitalismo naturalizem as desigualdades e aumentem cada vez mais a concentração de riquezas, que siga com a destruição dos bens da natureza e promova o enfraquecimento dos vínculos de solidariedade. [...] A mobilização das mulheres do MST reafirmam as pautas que, para alguns, perderam o sentido, mas para nós elas estão latentes e presentes no cotidiano de nossas vidas. Estas vidas que para muitos não importam, mas **nós nos importamos e estamos aqui bem vivas e em resistência!** [...] **Seguimos em luta e reivindicamos** a democratização da terra, através da implantação de uma Reforma Agrária Popular; com acesso à terra, a créditos para produzir alimentos saudáveis e combater a fome; por uma estruturação produtiva, com agroindústrias, assistência técnica e ambiental; com habitação e acesso à água; educação, cultura, esporte e lazer e ampliação dos instrumentos de participação popular de combate a violências contra as mulheres. (COLETIVO MULHERES MST in MST, 2023, recurso online)

Reportagem 22



Modelo Agrícola

O MST é um contraponto ao agronegócio predatório no Brasil?

Artigo pontua como em quase 40 anos de luta, MST transforma a Reforma Agrária em contraponto ao Agro; 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária, que acontece de 11 a 14 de maio, em SP é fruto desse processo

Artigos Notícias

8 de maio de 2023

Fonte: MST (2023)

O agro não é tudo, e nem tudo é agro. Antes de mais nada é importante diferenciar o que se chama de agronegócio predatório. É um equívoco colocar toda a produção agrícola brasileira no mesmo pacote, como tenta fazer a propaganda hegemônica. O agronegócio produz estritamente commodities para exportação. Para compreendermos a organização da produção agrícola no Brasil a

dividimos em três grupos: 1) O agronegócio exportador, que concentra a sua produção em cinco principais commodities (complexo soja, milho, carnes, celulose, café) e outras, como o complexo sucroalcooleiro; 2) A agricultura brasileira (produção média e agroindústria), produtores que possuem de 500 a 1.000 hectares (ha) ou até 2.000 ha de terra, para cultivo de frutas (melão, uva, laranja), hortifrutí, carne de porco e frango etc. Essa agricultura é produtiva, tem uma taxa de empregabilidade significativa e produz para o mercado nacional. 3) O pequeno agricultor, que não é agro, e que produz de 70 a 75% de toda a diversidade de produtos que vai para a mesa do povo brasileiro. [...] Uma demonstração da capacidade produtiva do MST foi a campanha de solidariedade encampada pelo Movimento durante a pandemia de Covid-19, quando doou cerca de 10 mil caminhões de alimentos (10 a 15 toneladas por caminhão) nas periferias das grandes cidades por todo o país. [...] O agro não é inimigo do MST e sim da sociedade brasileira. [...] Portanto, o contraponto que o MST faz ao agro tem a ver com o modelo agrícola e a matriz produtiva. O agronegócio é um modelo agrícola fundamentado no modo de produção capitalista e possui como matriz produtiva o modelo tecnológico da “Revolução Verde”. Enquanto que o Movimento Sem Terra, defensor de um modo de produção socialista, é precursor de uma matriz científica, tecnológica e produtiva da Agroecologia, que servirá de base para a construção de um novo modelo agrícola para o Brasil – em detrimento do modelo do agronegócio – que é o modelo da agricultura familiar e do campesinato. [...] Enquanto não é possível fazer uma Revolução Agrária no Brasil, caracterizada por uma política estrutural de Reforma Agrária, o MST luta pela implementação da “lei de terras”, representada na Constituição Cidadã de 1988 pelos Artigos 184 e 186, que declara a terra improdutiva passível de desapropriação. (ALMEIDA; RODRIGUES in MST, 2023, recurso online)

Reportagem 23

Brasil de Fato 20

anos

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO



ENGLISH ESPAÑOL

Início Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais Rádio Podcast

[INÍCIO](#) > [GERAL](#)

AGROECOLOGIA

O que o MST tem feito em contraponto ao agronegócio predatório no Brasil?

Produção de alimentos sem agrotóxicos, reflorestamento e recuperação de nascentes são algumas das práticas

Caroline Oliveira
Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 04 de Junho de 2022 às 13:59

Fonte: Brasil de Fato (2022)

Um dos princípios que norteia a atuação do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)** é a coexistência entre a

manutenção da biodiversidade existente no meio ambiente, a produção de alimentos saudáveis e as populações tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas, e suas práticas. Em outras palavras, isso significa uma interação entre o ser humano e o meio ambiente pelas vias sustentáveis de produção, além do respeito aos saberes tradicionais. “O projeto do agronegócio e da financeirização na agricultura tem nas sementes o elemento vital pra colocar em xeque não só os saberes camponeses, mas também aquilo que se materializa na semente e nos confere autonomia. Por exemplo, quando a gente compra uma semente numa loja, a gente compra os fertilizantes químicos, a modificação genética, com isso também comprando uma dívida”, afirma Kelli Maffort, da direção nacional do MST. “Por isso, ter as próprias sementes significa ter autonomia, ter práticas de preservação massificada da semente. Isso é algo extremamente estratégico para movimentos camponeses, e o movimento sem-terra preserva bastante isso.”[...] Maffort reforça que o princípio da coexistência entre todas as espécies, que dá a base para agroecologia, também é transportado para as relações sociais dentro do MST. “A gente trabalha muito por meio da perspectiva que relações doentes não produzem alimentos saudáveis. Então lutar contra machismo, racismo, LGBTQIA+fobia e outros preconceitos faz parte da agroecologia também”, afirma. “A agroecologia não é só uma questão de produzir sem veneno, mas é uma relação social que a gente precisa mudar, para que a gente possa ter alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, relações sociais saudáveis.” (OLIVEIRA in BRASIL DE FATO, 2022, recurso online)

Reportagem 24



The screenshot shows the top navigation bar of the MST website with the logo on the left and social media icons on the right. Below the navigation bar, there is a news article section. The article title is "Tô ComMST: CPI do MST torna o movimento ainda mais forte". Below the title, there is a sub-headline: "Lideranças políticas, artistas e sociedade civil manifestam solidariedade ao Movimento e as famílias Sem Terra de todo o Brasil". A red button labeled "Notícias" is visible below the sub-headline, and the date "26 de maio de 2023" is at the bottom of the article preview.

Fonte: MST, 2023

Desde antes da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST, que aconteceu no dia 17 de maio por articulação de deputados ruralistas e bolsonaristas, o Movimento tem recebido uma

onda de mensagens e atos de solidariedade em todo o país e de outros países, garantindo um espaço de discussão nunca antes alcançado. Sem fato determinado, a CPI é formada por maioria de deputados financiados pelo agronegócio e envolvidos em escândalos e investigações, a começar pelo presidente da comissão, Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS), investigado pela Polícia Federal sob a suspeita de ter estimulado atos antidemocráticos e dono da frase “prefiro o Covid do que essa merda de vacina”. Lideranças políticas, artistas e a sociedade civil tem se manifestado em defesa do MST nos mais diversos espaços, garantindo que as pautas da Reforma Agrária, da produção de alimentos saudáveis e a luta do Movimento pela democratização da terra e por justiça social se torne ainda mais conhecida. [...] Com a visibilidade em alta e a adesão e curiosidade de muitas pessoas ao que representa a luta do maior movimento social da América Latina, o MST vai realizar uma Jornada Nacional de visitas e vivências em acampamentos e assentamentos de todo o país, apresentando a riqueza e a diversidade da Reforma Agrária Popular. A jornada será realizada de 1 e 10 de junho em todos os estados brasileiros em que o Movimento está organizado, onde serão compartilhados os processos de produção das cooperativas e os desafios e conquistas das famílias, como uma forma de mostrar à toda sociedade que a Reforma Agrária Popular é uma possibilidade concreta de superação das principais mazelas do país, como a fome e o trabalho escravo. (CASTRO in MST, 2023, recurso online)

4.3.3 Principais enfrentamentos e horizontes para os Povos do Campo

No dia 17 de maio de 2023 foi instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) contra o MST que representa um sério e grave ataque da classe agrária dominante aos movimentos sociais do campo. A investigação foi instaurada a partir do discurso de investigação de “invasões” por parte do MST, que estariam sendo apuradas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023, recurso online). O que se constata, na realidade, é que a CPI representa um ataque escancarado ao MST e aos movimentos sociais de modo geral, já que a comissão é representada, em sua maioria, por ruralistas, dos quais possuem interesses divergentes e de ataque direto à luta do campo. Deste modo, em nota publicada pelo MST, é divulgado a denúncia à CPI:

O MST, por meio desta nota, denuncia a instalação da CPI contra o Movimento, feita nesta última quarta-feira (17). A Comissão é instalada sem objeto determinado e representa uma tentativa de criminalizar o MST e pressionar o governo. Ricardo Salles, relator, e Tenente Coronel Zucco, presidente, não possuem legitimidade para conduzir qualquer tipo de investigação contra um Movimento que caminha rumo aos seus 40 anos, levantando a bandeira histórica de

combate à concentração de terras no Brasil. Querer criminalizar nossa luta por meio de uma CPI é estratégia para omitir as reais mazelas do campo brasileiro: crescente desmatamento, grilagem de terra, queimadas, violência no campo, uso de mão de obra análoga à escravidão, destruição e contaminação dos bens naturais pelo uso de agrotóxicos. Somente neste ano, 918 vítimas de trabalho escravo foram resgatadas, um recorde em 15 anos. Estes são os temas que deveriam ser alvo de investigação. (MST, 2023, recurso online)

Diante de um cenário político como este delimitado em questão, faz-se cada vez mais necessário demonstrar os atravessamentos da realidade material, concreta, e como isso se estabelece em relação aos movimentos sociais, alvos constantes de violência. Para isso é necessário mencionar, de acordo com os dados analisados e estruturados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pela CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), publicados também na página do MST (2023) que:

Dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) mostram que, em 2022, ocorreram 47 assassinatos no campo e 117.600 conflitos por água. [...] Segundo dados do Cedoc (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), entre 2013 e 2022 houve aumento dos territórios em conflito por terra. Em 2013 foram registrados 810 territórios em conflito; em 2022, 1.050 territórios. Aumento de quase 30%. [...] No governo Bolsonaro, invasões promovidas por agentes do capital (latifundiários, mineradoras, grileiros etc.) em territórios ocupados por pequenos agricultores e posseiros cresceu 146,55%. Entre 2019 e 2022, o número de famílias de pequenos agricultores que tiveram suas terras invadidas foi de 326.684. Isso se deveu a quatro fatores: 1) iniciativa governamental no programa Titula Brasil; 2) mineração em terras indígenas; 3) extração de madeira em terras indígenas; e 4) decretos e projetos de lei encaminhados ao Congresso. [...] Tudo isso somado e facilitado pela redução dos recursos a Funai; recusa de fiscalização; e milícias armadas em apoio a garimpeiros, madeireiros e desmatadores. [...] E ainda querem criminalizar os sem-terra que exercem o sagrado direito de ocupar terras improdutivas num país de dimensões continentais. Haja matas e haja mortes! A fome e a insegurança alimentar jamais serão erradicadas no Brasil enquanto não houver reforma agrária. (MST, 2023, recurso online)

Os enfrentamentos aos ataques recentes estão sendo vistos nos posicionamentos constantes do MST na própria página online de notícias, na organização da defesa oficial contra a própria CPI, com a presença de integrantes para realizar o contraponto à investigação. Para além dessa ação, distribuídos em diversos estados brasileiros, os Assentamentos de Reforma Agrária atuam

diretamente com a produção de alimentos saudáveis a partir da agroecologia, que deve ser entendido enquanto um importante enfrentamento ao grande capital e ao sistema de monocultura. Pensando no território da Zona da Mata Mineira, é extremamente necessário mencionar o projeto do Plantio Solidário, que vem sendo executado desde 2022 e que tem a intenção de produzir alimentos saudáveis, de forma coletiva, para serem distribuídos para as famílias em situação de vulnerabilidade alimentar que vivem ao redor do Assentamento Dênis Gonçalves.

Em sete meses de atuação, o projeto Plantio Solidário, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), já doou 500 quilos de alimentos para 55 famílias em situação de insegurança alimentar. Com mutirões voluntários promovidos todos os sábados no Assentamento Denis Gonçalves, em Goianá, o projeto realiza o plantio de alimentos com o objetivo de ajudar na redução dos impactos da fome na região da Zona da Mata. A meta é produzir 5 toneladas de alimentos para doar para até cem famílias. (TRIBUNA DE MINAS, 2023, recurso online)

O combate à fome é uma importante e necessária forma de enfrentamento da Questão Social expressa através da fome e da desigualdade. A alimentação de qualidade garantida de modo integral para as famílias, portanto, representa uma luta ampliada dos povos do campo, nesse momento destacados através do MST. A urgência de enfrentamento a essa violência é cada vez mais alarmante no mundo capitalista, principalmente diante dos avanços do neoliberalismo e do contingente de impossibilitados de vender sua força de trabalho só aumentar. A agroecologia, portanto, é uma estratégia de enfrentamento a essa questão, sendo uma ferramenta coletiva de produção de alimento que precisa ser cada vez mais ampliada e difundida.

De forma a concluir todos os aspectos até aqui trabalhados em relação aos povos que lutam pela democracia da terra nos campos, é urgente afirmar que enquanto centralidade e defesa principal, acima de qualquer agenda, está a luta por Reforma Agrária Popular enquanto uma nova proposta de transformação do campo, a partir de um viés de mudança estrutural que preze por um acesso justo ao campo por parte da classe trabalhadora, mas que, para além disso, esteja direcionado ao uso da terra de maneira saudável e integrada, a partir da agroecologia. O trecho a seguir demonstra, de forma direta e real, quais são os verdadeiros anseios dos trabalhadores do campo organizados através do MST, englobando os fatores histórico-sociais e as categorias da materialidade discutidas neste trabalho.

Ao longo do último período, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular. Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos. Certamente, continuaremos na luta, juntos, na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, como é o sonho de todo brasileiro honesto e trabalhador. Com isso, os Sem Terra apresentaram seu novo programa agrário à sociedade, que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica. Neste sentido, o MST está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude. (MST, 2023, recurso online)

5. CONCLUSÃO

Pode-se afirmar, a partir do que foi pesquisado e analisado no trabalho em questão, sobre “A Negação Sistemática da Democracia da Terra e a Luta dos Povos dos Campos, das Águas e das Florestas”, que o entendimento acerca da Questão Agrária, da Questão da Terra, da Questão Ambiental e da Questão Social como um todo, são categorias de muita complexidade, contradições, implicações históricas e muitos atravessamentos. Esta constatação demonstra a compreensão de que não há processo findado com a análise realizada até aqui, dessa forma, é possível dizer que esta pesquisa abre mais questionamentos do que chega a conclusões.

A constituição histórica do território brasileiro, portanto, é o ponto de partida crucial para compreender as relações sociais que se estabelecem na vivência dos povos aqui destacados. Apenas a partir da análise da estrutura social e das diversas conjunturas que foram sendo construídas com o atravessar da história, que é possível enxergar, através das lentes do materialismo histórico-dialético, as categorias e complexos que irão conformar a luta de classes. O que é constituído na correlação de forças entre a ganância da classe dominante e as reivindicações e

lutas da classe trabalhadora, em que a segunda elenca e constrói estratégias de resistência e organização para se contrapor e sobreviver à sociedade exploratória capitalista.

Algumas estratégias e horizontes puderam ser visivelmente identificadas na história da classe trabalhadora e nos movimentos sociais aqui apontados, tais como: a organização e a mobilização, a defesa clara de interesses coletivos e comunitários, a luta por uma democracia efetiva e por uma sociedade sem exploração da terra e de seus seres, a reivindicação por uma produção justa e livre de opressão. Neste sentido, a defesa de uma alimentação saudável, plural e diversificada, capaz de alimentar a todos os seres humanos sem que haja a destruição dos solos e da vida, é central na construção de uma Reforma Agrária e Urbana Populares, e também, na defesa de territórios indígenas e quilombolas.

A luta de classes identificada na organização dos povos indígenas, quilombolas, e do MST demonstram a importância e urgência de sua ampliação, já que sem a estrutura coletiva e sem o apoio de outras organizações e sujeitos, fica cada vez mais difícil esse processo. Este aspecto também reconhece que a pesquisa acadêmica tem uma importância fundamental no registro documental da história dos movimentos, na análise social de seus avanços e enfrentamentos, e no fortalecimento de suas organizações.

De forma articulada, todos os aspectos discutidos até aqui permitem analisar a continuidade entre campo/floresta e cidade. A percepção do real fornece elementos essenciais para auxiliar na compreensão de que a luta por uma Reforma Agrária precisa estar relacionada à Reforma Urbana e à defesa de territórios indígenas e quilombolas, já que a opressão do campo e da cidade se esbarram na violência para com os mesmos sujeitos, que são os povos e a classe trabalhadora na sua imensa diversidade.

Na justificativa deste trabalho, foi construída uma pergunta central que buscava entender o motivo pelo qual a história brasileira é atravessada por essa impossibilidade de acessar, permanecer e viver na terra. O que pode ser concluído, que vai ao encontro à hipótese inicialmente pensada é que efetivamente o processo de colonização, que fortalece as bases para o estabelecimento e adensamento do capitalismo, são essenciais para compreender a relação de posse, e propriedade

privada, que se estabelece com a Terra e com os bens da natureza no Brasil. Compreende-se, portanto, que o motivo central é o acúmulo de riquezas, e que para este ser atingido em sua maior plenitude, é necessário que se combine a superexploração da mão de obra do trabalhador, com o alijamento da condição de pertencimento aos seus territórios, impossibilitando a construção coletiva de relação com a terra que tenha como orientação outra forma de sociabilidade dos povos e organizações, tão mencionados no trabalho em questão.

A construção progressiva deste entendimento, propiciou a análise dos próprios limites da “democracia burguesa”, sendo esta incapaz de provocar a construção de estruturas e funcionamentos que excluam a propriedade privada da terra, e até mesmo a exploração e apropriação privada da mais-valia. Deste modo, compreende-se que as urgências elencadas dos principais enfrentamentos no imediato dos movimentos e organizações, não solucionam um problema estrutural, mas dão condições à sobrevivência, e à construção de estratégias capazes de vislumbrar novas demandas e uma outra agenda de luta coletiva, que culmine numa ampliação de suas forças políticas, para que em processo histórico construam um novo projeto societário para o Brasil, que seja popular, coletivo, descentralizado e contra a exploração.

Pode-se concluir sobre a necessidade iminente e urgente de fortalecer a construção de uma soberania alimentar para o povo, sendo que esta só será possível a partir do acesso coletivo à terra, através de uma Reforma Agrária Popular e da demarcação de territórios indígenas e quilombolas. Aliado a isto, a agroecologia possui papel fundamental para provocar a construção política de uma outra sociabilidade e de uma outra relação de trabalho com a terra, por isso necessita de ser profundamente defendida e ampliada.

Urge o fortalecimento da relação entre o campo e a cidade como necessidade para endossar as lutas sociais de modo geral, mas principalmente as que visam o acesso legítimo aos territórios e à possibilidade de produção e reprodução da vida. A partir desta defesa é possível alinhar a luta pela produção coletiva, pela qualidade no consumo de alimentos, por uma relação com a terra que não passe pela violência, pela superexploração da mão de obra e dos bens naturais, que não se alinhe ao monopólio da terra, e que possibilite a construção coletiva, a defesa dos sujeitos sociais, sua história e ancestralidade.

Destaca-se a necessidade do enfrentamento ao sistema hegemônico agroalimentar, que possui grande responsabilidade nas expressões da Questão Social brasileira, sendo um dos aspectos que influenciam na fome, saúde e permanência dos povos. Este sistema que possui a violência, a misoginia, o racismo e a exploração humana como seus elementos constitutivos, necessita de enfrentamentos mais severos, necessariamente através das lutas sociais e populares, destacando a APIB, CONAQ e MST como alguns dos representantes e protagonistas neste processo.

Para além disso, foi possível observar a importância do veículo informativo através da internet, com os sites e redes sociais, como estratégia de combate às *fake news*, e como ferramenta de popularização de ações e objetivos organizativos dos movimentos sociais. É nítido que esta é apenas uma ferramenta de ampliação do debate que alcança diferentes pessoas, mas ela não substitui em nenhuma medida a organização da classe a partir do trabalho de base, encontros e discussões coletivas.

A democracia inconclusa no Brasil, que precisa ser defendida e construída, não só visa o acesso à terra, mas também se constitui a partir da soberania alimentar, do acesso ao saneamento básico, à saúde, do direito à dignidade humana, à igualdade de gênero, ao respeito à diversidade, da defesa da liberdade, tendo os sujeitos sociais coletivos e suas lutas como centralidade. Para tanto, o combate a todas as formas de opressão, por cor/etnia, classe social, identidade de gênero, orientação sexual, e também o combate à exploração do trabalho, se constituem enquanto alguns dos aspectos centrais para a construção democrática.

Desse modo, a luta pela Reforma Agrária Popular precisa estar incluída em outras lutas políticas e reivindicações sociais, como as lutas por demarcação de territórios coletivos, pois compreende-se que o acesso à terra e a reestruturação das bases produtivas são o primeiro passo para uma ampliação na democracia, tendo como horizonte a construção efetiva de uma outra sociabilidade mais justa e coletiva.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. Senado Federal. **Comunidades quilombolas defendem agilidade na regularização de terras**. 2022. Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/10/comunidades-quilombolas-defendem-agilidade-na-regularizacao-de-terras>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AGROFY NEWS. **Bancada do agro ‘mira’ invasões e reforma tributária neste início de 2023**: temas estão diretamente relacionados ao desenvolvimento do setor, diz fpa. Temas estão diretamente relacionados ao desenvolvimento do setor, diz FPA. 2023. Disponível em: <https://news.agrofy.com.br/noticia/201186/bancada-do-agro-mira-invasoes-e-reforma-tributar-ia-neste-inicio-2023>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ALMEIDA, Janailson Santos de; RODRIGUES, João Paulo. **O MST é um contraponto ao agronegócio predatório no Brasil?**. 2023. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/08/o-mst-e-um-contraponto-ao-agronegocio-predatorio-no-brasil/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

AMBROSIO, Nicolay. **FAB usa violência em ação de despejo contra quilombolas em Alcântara**. 2023. Amazônia Real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quilombo-vista-alegre/>. Acesso em: 27 maio 2023.

APIB. **Acampamento Terra Livre - Retomando o Brasil**: Demarcar Territórios e Aldear a Política. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/historicoatl/>. Acesso em: 12 jun. 2023

ÁVILA, Cristina. **Lula homologa seis Terras Indígenas, mas lideranças cobram mais**. 2023. Amazônia Real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lula-assina-homologacao/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL DE FATO. **Agro e multinacionais têm 1,18 milhão de hectares sobrepostos a terras indígenas, mostra estudo**. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/20/agro-e-multinacionais-tem-1-18-milhao-de-hectares-sobrepostos-a-terras-indigenas-mostra-estudo#:~:text=INVAS%C3%83O-,Agro%20e%20multinacionais%20t%C3%AAm%201%2C18%20milh%C3%A3o%20de%20hectares,a%20terras%20ind%C3%ADgenas%2C%20mostra%20estudo>. Acesso em: 19 jun. 2023

BRASIL DE FATO. **Multas contra garimpos ilegais crescem 70% no início do governo Lula**. 2023. In: Página do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/08/multas-contragarimpos-ilegais-crescem-70-no-inicio-do-governo-lula/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

OLIVEIRA, Caroline. **O Que o MST Tem Feito em Contraponto ao Agronegócio Predatório No Brasil?**. Brasil de Fato. 2022. Acesso em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/04/o-que-o-mst-tem-feito-em-contraponto-ao-agronegocio-predatorio-no-brasil>

BRONOSKI, Bruna. **MEC de Bolsonaro nega Bolsa Permanência a 6 em cada 10 alunos indígenas e quilombolas**. 2022. Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2022/05/mec-de-bolsonaro-nega-bolsa-permanencia-a-6-em-cada-10-alunos-indigenas-e-quilombolas/>. Acesso em: 10 jun. 2023

CALDART, Roseli Salette *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro - São Paulo: Expressão Popular, 2012

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara instala CPIs para investigar o MST, possível fraude na Americanas e manipulação no futebol.** Agência Câmara de Notícias, 2023.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/962841-camara-instala-cpis-para-investigar-o-mst-possivel-el-fraude-na-americanas-e-manipulacao-no-futebol/>

CAMPOS, A. **Do Quilombo à Favela: a Produção do “Espaço Criminalizado”** no Rio de Janeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. 268 p. (5). v. 302.

MST. **Carta do MST ao Povo Brasileiro:** Documento que será entregue ao Governo Lula cita várias medidas para combater a fome, estimular a produção de alimentos saudáveis, educação, cultura, combater as violências e levar mais vida ao campo. MST, 2022.

Disponível em: <https://mst.org.br/2022/11/29/carta-do-mst-ao-povo-brasileiro-2/>. Acesso em: 14 mar. 2023

CASTRO, Mariana. **TôComMST: CPI do MST torna o movimento ainda mais forte.** 2023.

MST. Disponível em:

<https://mst.org.br/2023/05/26/tocommst-cpi-do-mst-torna-o-movimento-ainda-mais-forte/>.

Acesso em: 03 jun. 2023

CESÁIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo.** Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1º ed. 1978

CISCATI, Rafael. **Enfrentamento ao racismo: Nos quilombos, falta de médico à água potável, diz Conaq.** Brasil de Direitos. 2020. Disponível em:

https://brasilledireitos.org.br/atualidades/nos-quilombos-falta-de-mdico-gua-potvel-diz-conaq?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=quilombolas&gclid=CjwKCAjwv8qkBhAnEiwAkY-aholesvVbZd9jHhJW31ftUvOfdUfHgh4WFU4t9EksfY1cOLjGgMm2XhoComUQAvD_BwE

COLETIVO DE MULHERES SEM TERRA DO MST (Maranhão). **Sementes Marias, Mahins, Margaridas: as mulheres e as lutas de resistência:** a coluna deste abril traz um balanço das jornadas de luta das mulheres sem terra e um histórico do protagonismo feminino nas lutas, apagadas pelo patriarcado, mas não silenciadas. A coluna deste abril traz um balanço das Jornadas de Luta das Mulheres Sem Terra e um histórico do protagonismo feminino nas lutas, apagadas pelo patriarcado, mas não silenciadas. 2023.

MST. Disponível em:

<https://mst.org.br/2023/04/10/sementes-marias-mahins-margaridas-as-mulheres-e-as-lutas-de-resistencia/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONAQ. **Escola Nacional e Coletivo de Educação da CONAQ discutem educação quilombola em audiência no MEC.** 17 jun de 2023.

<https://conaq.org.br/noticias/escola-nacional-e-coletivo-de-educacao-da-conaq-discutem-educacao-quilombola-em-audiencia-no-mec/>

CONAQ. **Quem Somos.** [s.d.]. Disponível em:

[https://conaq.org.br/nossa-historia/#:~:text=A%20CONAQ%20%C3%A9%20uma%20organiza%C3%A7%C3%A3o,\(as\)%20quilombolas%20do%20Brasil.](https://conaq.org.br/nossa-historia/#:~:text=A%20CONAQ%20%C3%A9%20uma%20organiza%C3%A7%C3%A3o,(as)%20quilombolas%20do%20Brasil.) Acesso em: 03 abr. 2023

CONAQ. **Quilombo? Quem Somos Nós! O que é Quilombo?**. [s.d.]. Disponível em: <https://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 03 abr. 2023

COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael (org.). **Cartas Para o Bem Viver**. Salvador: Boto-Cor-de-Rosa Livros, Arte e Café, 2020. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartas-para-o-Bem-Viver.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

COUTINHO, C. N. **A Democracia Como Valor Universal**. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1979.

COUZEMENCO, Fernanda. **Quilombolas pedem consulta prévia e paralisação de obra da Suzano dentro de território tradicional**: apesar dos desmatamentos, Inema alega dispensa de licenciamento. fórum de entidades exige agilidade dos governos federal e estadual na titulação de povos tradicionais da bahia. Apesar dos desmatamentos, Inema alega dispensa de licenciamento. Fórum de entidades exige agilidade dos governos federal e estadual na titulação de povos tradicionais da Bahia. 2023. O Eco. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/quilombolas-pedem-consulta-previa-e-paralisacao-de-obra-da-suzano-dentro-de-territorio-tradicional/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

DIAS, Bárbara do Nascimento. **Em Formosa (GO), incêndios criminosos que atingiram acampamento Dom Tomás Balduino tiveram origem em fazendas da região**: o acampamento, destinado à reforma agrária, ainda sofre com a morosidade do incra e os conflitos envolvendo incêndios provocados por latifundiários da região notícias. O acampamento, destinado à Reforma Agrária, ainda sofre com a morosidade do INCRA e os conflitos envolvendo incêndios provocados por latifundiários da região Notícias. 2022. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/23/em-formosa-go-incendios-criminosos-que-atingiram-acampamento-dom-tomas-balduino-tiveram-origem-em-fazendas-da-regiao/#:~:text=Na%20segunda%2Dfeira%20do%20dia,mesmo%20a%20igreja%20da%20comunidade>. Acesso em: 21 dez. 2022.

DIAS, Vânia. **“O debate sobre alimentação passa pela estrutura fundiária e econômica”, afirma Felipe Campelo**: onu aponta que 18,4% da população da américa latina não tem dinheiro para comprar alimentos saudáveis. ONU aponta que 18,4% da população da América Latina não tem dinheiro para comprar alimentos saudáveis. 2023. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/01/27/o-debate-sobre-alimentacao-passa-sobre-estrutura-fundiaria-e-economica-afirma-felipe-campelo/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST. **Carta do MST ao Povo Brasileiro**. [S.L.], 2022. 3 p. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/11/29/carta-do-mst-ao-povo-brasileiro-2/>. Acesso em: 25 dez. 2022.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade Civil e Democracia: Um Debate Necessário**. Libertas, Juiz de Fora, v.8, n.2, p.83–94, jul-dez/ 2008

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968

FARAGE, Eblin. A CONSTITUIÇÃO DOS DISTINTOS TERRITÓRIOS DA CIDADE: o estado na conformação das favelas cariocas. **Libertas**: Revista da Faculdade de Serviço Social/UFJF, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 83-103, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica . 4. ed. São Paulo: Globo, 2005, p. 426.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Sarah. **Contra Covid-19, indígenas e seringueiros recriam Aliança dos Povos da Floresta**. MST. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/31/contra-covid-19-indigenas-e-seringueiros-criam-alianca-dos-povos-da-floresta/>. Acesso em: 03/07/2023

FORMIGA, Dayana de Oliveira; PAULA, Ana Beatriz Rodrigues de; MELO, Charles Aparecido Silva. O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930). **Intelligere**: Revista de História Intelectual, [s.], n. 7, p. 75-96, jul. 2019. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 08 set. 2022.

G1. **Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe**. Por Arthur Stabile e Poliana Casemiro. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/02/11/garimpo-aumenta-787percent-em-terras-indigenas-entre-2016-e-2022-aponta-inpe-infografico.ghtml> Acesso em: 15 mar. 2023

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. 632 p.

GROSSI, M. **Questão Ambiental, Agroecologia e Soberania Alimentar**: Lutas Sociais na Construção de Sistemas Agroalimentares Sustentáveis e de Outro Metabolismo Social. XVII ENPESS. 2022

GROSSI, M. **Questão Ambiental, Reforma Agrária e Agroecologia**: Desafios Políticos ao MST. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 17, n.2, p. 17-28, ago. a dez. / 2017

GROSSI, Mônica Aparecida. CAPITALISMO E QUESTÃO AMBIENTAL: contribuições da tradição marxista. **Libertas**: Revista da Faculdade de Serviço Social/UFJF - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 33-56, jan./jun. 2009.

GROSSI, Mônica Aparecida. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao mst. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 17-28, ago./dez. 2017.

GUAJAJARA, Sonia (org.). **Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena**: relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no brasil. Philippines: Indigenous Peoples Rights International, 2021. 168 p.

GUARDIÕES DA FLORESTA. [S.L]: Radis, v. 227, ago. 2021.

GUEDES, Elitiel. **Quebradeiras de Coco Babaçu inauguram Centro de Formação no Maranhão**: na abertura, o mst, parceiro de luta do miqcb, trouxe a importância histórica da educação contextualizada e a resistência para o bem viver. Na abertura, o MST, parceiro de luta do MIQCB, trouxe a importância histórica da educação contextualizada e a resistência para o Bem Viver. 2023. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/03/quebradeiras-de-coco-babacu-inauguram-centro-de-formacao-no-maranhao/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

HARARI, Isabel; FREITAS, Hélen. **Cercados pelo dendê, povos tradicionais vivem terror em disputa fundiária com produtora de biodiesel**. 2022. Repórte Brasil. Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2022/08/cercados-pelo-dende-povos-tradicionais-vivem-terror-e-m-disputa-fundiaria-com-produtora-de-biodiesel/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

HUTUKARA Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana. **Cicatrizes na floresta**: evolução do garimpo ilegal na TI Yanomami em 2020. 2021. Boa Vista. Relatório. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/cicatrizes-na-floresta-evolucao-do-garimpo-ilegal-na-ti-yanomami-em-2020>. Acesso em: 19 dez. 2022.

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: Edusc - Anpocs, 2004. 350 p. (II).

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1987. 362 p.

IBGE. **Quilombolas no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ISPAN. **Os Povos da Floresta**. [2020]. Disponível em: <https://ispan.org.br/biomas/amazonia/povos-e-comunidades-tradicionais-da-amazonia/>. Acesso em: 08 maio 2023.

ISA. **Sem demarcação, não há democracia: maior mobilização indígena do país começa em Brasília**. Instituto Socioambiental. 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/sem-demarcacao-nao-ha-democracia-maior-mobilizacao-indigena-do-pais-comeca>. Acesso em: 28 mai. 2023

JORNALISTAS LIVRES. **É preciso financiar quem realmente produz alimentos: A Agricultura Familiar colhe 70% de tudo o que vai parar nos pratos dos brasileiros - ao menos daqueles que ainda têm com que comprar alimentos - mas ela recebe pouco mais de 15% dos recursos para a agricultura**. Jornalistas Livres, 2022. Acesso em: 23 mai. 2023

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

KRENAK, Ailton. **A Vida Não é Útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

KRENAK, Ailton. **O Amanhã Não Está à Venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LABOISSIÈRE, Paula. **Governo brasileiro vai se desculpar por violações contra quilombolas**: caso envolve comunidades retiradas da área da base de alcântara. Caso envolve comunidades retiradas da área da Base de Alcântara. 2023. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/governo-brasileiro-vai-se-desculpar-por-violacoes-contra-quilombolas>. Acesso em: 16 jun. 2023. amazonia

LIEBGOTT, Roberto. **Direito à terra não se negocia: Não há mediações possíveis quando se discute direitos originários**: demarcar terras indígenas é dever absoluto da União. Brasil de Fato. 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefatores.com.br/2023/04/04/artigo-direito-a-terra-nao-se-negocia>. Acesso em: 28 abr. 2023

MARINHO, Gustavo. **Com expectativa de reunir 500 toneladas de alimentos, MST lança 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária**: lançamento ocorreu no último sábado (29) com ato político que reuniu ministros, deputados e organizações sociais. Lançamento ocorreu no último sábado (29) com ato político que reuniu ministros, deputados e organizações sociais. 2023. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/30/com-expectativa-de-reunir-500-toneladas-de-alimentos-mst-lanca-4a-feira-nacional-da-reforma-agraria/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 296 p.

MARTINS, A. F. G. **A Questão Agrária no Brasil: da Colônia ao governo Bolsonaro**. v.10. Expressão popular. 2022

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A Questão Agrária no Brasil**: da colônia ao governo bolsonaro. [S.L.]: Expressão Popular, 2022. 396 p. V. 10.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política**: livro i - o processo de produção do capital. 16. ed. [S.L.]: Boitempo, 2013. Parte superior do formulário

MEMORIAL CHICO MENDES. **Chico Mendes**. [2018]. Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/chico-mendes/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**: as contribuições de Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel. In: XI ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 11., 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Anpec-Sul, 2008. p. 1-15. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_aceitos.html. Acesso em: 23 dez. 2012.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BRASIL: desafios e perspectivas**. **Cordis**: Revoluções, cultura e política na América Latina, São Paulo, n. 11, p. 253-279, 2013. Jul./Dez.

MIRKHAN, Alex. **Povos tradicionais e quilombolas lutam para valorizar modos seculares de produção de alimentos**: diversas atividades durante a semana em Brasília ajudaram a atrair visibilidade a conhecimentos ancestrais e nativos. Diversas atividades durante a semana em Brasília ajudaram a atrair visibilidade a conhecimentos ancestrais e nativos. 2023. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/26/povos-tradicionais-e-quilombolas-lutam-para-valorizar-modos-seculares-de-producao-de-alimentos>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MONCAU, Gabriela. **Funcionários de fazenda destroem barracos e casa de reza de comunidade Guarani Kaiowá no MS**. Brasil de Fato. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/30/funcionarios-de-fazenda-destroem-barracos-e-casa-de-reza-de-comunidade-guarani-kaiowa-no-ms>. Acesso em: 20 mai. 2023

MORBACH, M. R.; **A Publicidade no Período Médici: Os Efeitos da Propaganda e da Ocupação da Amazônia**. in XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS. 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/122003350579377410508479055427843866148.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MST. **A Reforma Agrária Popular**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/>. Acesso em: 20 jun. 2023

MST. **CPI contra o MST – III | Artigo de Frei Betto**. 30 de maio de 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/30/cpi-contra-o-mst-iii-artigo-de-frei-betto/>. Acesso em: 22 jun. 2023

MST. **Instalação de CPI é mais um capítulo da ofensiva contra o MST**. 18 de maio de 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/18/nota-instalacao-de-cpi-e-mais-um-capitulo-da-ofensiva-contra-o-mst/>

MST. **MST: 38 Anos Lutando Pela Democratização da Terra no Brasil**: MST completa mais um ciclo de resistência e conquistas na luta pela reforma agrária popular e vida digna aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. MST completa mais um ciclo de resistência e conquistas na luta pela Reforma Agrária Popular e vida digna aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/21/mst-38-anos-lutando-pela-democratizacao-da-terra-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

MST. **O Que É o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?**. 2021. Acesso em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>

MST/TO, Comunicação. **Famílias de acampamento do MST em Ipueiras (TO) sofrem ataques com incêndio de casas e plantações**: incêndio queimou casas com os pertences das famílias no acampamento Clodomir Santos de Moraes, além de outras estruturas existentes na área; este é o segundo ataque em menos de um mês. Incêndio queimou casas com os pertences das famílias no acampamento Clodomir Santos de Moraes, além de outras estruturas existentes na área; este é o segundo ataque em menos de um mês. 2022. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/06/familias-de-acampamento-do-mst-em-ipueiras-to-sofrem-ataques-com-incendio-de-casas-e-plantacoes/#:~:text=As%20fam%C3%ADlias%2C%20ao%20perceberem%20que,casas%20e%20planta%C3%A7%C3%B5es%20fossem%20destru%C3%ADdas.&text=Segundo%20os%20vest%C3%ADgios%20encontrado%20pelas,%C3%A1rea%20foi%20pelo%20lago%2Drio..> Acesso em: 22 dez. 2022.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista Ideias**: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009.

NOBREGA, Camila; BANDEIRA, Olívia. **Agronegócio e mídia brasileira: onde duas monoculturas se conectam**. 2019. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/>. Acesso em: 25 maio 2023.

OLIVEIRA, Rafael. **Caso de quilombolas afetados por Base de Alcântara chega à Corte Interamericana**: construção do centro de lançamento foi planejada pela ditadura e envolveu remoção de mais de 300 famílias; governo Bolsonaro quer que eua utilizem base. Construção do Centro de Lançamento foi planejada pela ditadura e envolveu remoção de mais de 300 famílias; governo Bolsonaro quer que EUA utilizem base. 2022. Agência Pública. Disponível em:

<https://apublica.org/2022/01/caso-de-quilombolas-afetados-por-base-de-alcantara-chega-a-corte-interamericana/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

(PARDAL), Adalberto Floriano Greco Martins. **A Questão Agrária no Brasil: da colônia ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. 396 p. (Vol. 10).

PAJOLLA, Murilo. **Lula pede arquivamento do PL da mineração, símbolo da política anti-indígena de Bolsonaro**. Brasil de Fato. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/31/lula-pede-arquivamento-do-pl-da-mineracao-simbolo-da-politica-anti-indigena-de-bolsonaro>. Acesso em: 28 abr. 2023

PAJOLLA, Murilo. **Mandato de Bolsonaro concentrou 60% das invasões de territórios da última década**. Brasil de Fato. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/17/mandato-de-bolsonaro-concentrou-60-das-invasoes-de-territorios-da-ultima-decada>. Acesso em: 15 mai. 2023

PAJOLLA, Murilo. **Violência no campo se concentrou na Amazônia e indígenas são os que mais morreram, diz CPT**. Brasil de Fato. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/17/violencia-no-campo-se-concentrou-na-amazonia-e-indigenas-sao-os-que-mais-morreram-diz-cpt>. Acesso em: 07 mai. 2023

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

RAUBER, Maiara. **Há 10 anos o MST lidera a maior produção de arroz orgânico da América Latina: famílias assentadas comemoram nesta sexta-feira, dia 18, a 19ª festa da colheita do arroz agroecológico, em nova santa rita, no rio grande do sul**. Famílias assentadas comemoram nesta sexta-feira, dia 18, a 19ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico, em Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. 2022. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/03/15/ha-10-anos-o-mst-lidera-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

REDE BRASIL ATUAL. **Aliança dos Povos da Floresta é relançada para frear ataques e manter conquistas do passado**: Mais de 500 lideranças indígenas reuniram-se na aldeia Piraçu, na Terra Indígena Capoto-Jarina, em Mato Grosso, para reativar compromissos em comum. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/alianca-povos-floresta-frear-ataques/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

REDE BRASIL ATUAL. Brasil de Fato (comp.). **No Ano da "Boiada", Brasil Encerra 2020 com Recorde de Queimadas em Uma Década**: Luiza Lima, do Greenpeace, destaca a inação do governo Bolsonaro como símbolo de destruição ambiental. Luiza Lima, do Greenpeace, destaca a inação do governo Bolsonaro como símbolo de destruição ambiental. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/04/no-ano-da-boiada-brasil-encerra-2020-com-recorde-de-queimadas-em-uma-decada>. Acesso em: 23 mai. 2023.

ROCHA, Igor. **70% das pessoas que passam fome no Brasil são negras, aponta estudo**. Notícia Preta. 2022. Disponível em:

<https://noticiapreta.com.br/70-das-pessoas-que-passam-fome-no-brasil-sao-negras-aponta-estudo/>. Acesso em: 02/07/2023

RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi. **Política da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política**. 2014. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, A. F. G. DOS. **Amazônia, propaganda e publicidade**. Faces da História, v. 6, n. 2, p. 459-477, 16 dez. 2019.

SCHAPPO, Sirlândia. AGRICULTURA DE SUSTENTAÇÃO SOB OLHARES DE JOSUÉ DE CASTRO. **Temporalis**, Brasília (Df), v. 12, n. 12, p. 83-101, jul./dez. 2012.

SOARES, Nicolau. **Pela terceira vez em cinco meses, tiros são disparados contra Acampamento Marielle Vive, em SP**: de dentro de um carro, um homem alvejou a portaria da ocupação do mst em valinhos (sp), onde vivem 450 famílias. De dentro de um carro, um homem alvejou a portaria da ocupação do MST em Valinhos (SP), onde vivem 450 famílias. 2022. BDF. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/19/pela-terceira-vez-em-cinco-meses-tiros-sao-disparados-contracampamento-marielle-vive-em-sp/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SOUZA, Bárbara Oliveira. Movimento Quilombola: reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2013. **Anais**. Porto Seguro: Associação Brasileira de Antropologia, 2013. p. 1-18. Disponível em: <https://silo.tips/download/movimento-quilombola-reflexoes-sobre-seus-aspectos-politico-organizativos-e-iden#>. Acesso em: 02 maio 2023.

SOUZA, Hugo. **PL compõe 1/4 da bancada ruralista na Câmara, que chega a 300 deputados**. 2023. De Olho Nos Ruralistas. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/pl-compoe-1-4-da-bancada-ruralista-na-camara-que-chega-a-300-deputados/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, Oswaldo Braga de. **Câmara aprova medidas contra Mata Atlântica e populações tradicionais**. Instituto Socioambiental. 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/camara-aprova-medidas-contramata-atlantica-e-populacoes-tradicionais>. Acesso em: 22/05/2023

STEDILE, João Pedro. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: o debate tradicional: 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. 304 p.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **A luta quilombola em movimento**. Edição 214. Teoria e Debate. 2021. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2021/11/12/a-luta-quilombola-em-movimento/>

TRIBUNA DE MINAS. **Programa Plantio Solidário já doou meia tonelada de alimentos. 2022. Disponível em:** <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/04-12-2022/plantio-solidario-ja-doou-meia-tonelada-de-alimentos.html>

TRONCARELLI, Maria Cristina *et al* (org.). **Ecologia, Economia e Cultura Livro 1: parque indígena do xingu**. São Paulo: Norwegian Rainforest Foundation, 2005. 136 p.

TUPINAMBÁ, Nice. **A Luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas**. 2022. Disponível em:

<https://www.nicetupinamba.com/post/a-luta-pela-m%C3%A3e-terra-%C3%A9-a-m%C3%A3e-de-todas-as-lutas>. Acesso em: 15. mar. 2023.

VIA CAMPESINA (Bagnolet) (comp.). **Declaración de La Via Campesina: 30 años de luchas colectivas, esperanza y solidaridad**. 2022. Disponível em:

<https://viacampesina.org/es/declaracion-de-la-via-campesina-30-anos-de-luchas-colectivas-esperanza-y-solidaridad/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?** 2008. III

Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?". Disponível em:

<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.